





# conjuntura brasileira

réception n° 43 089 com. paritaire  
directeur de la publication : trefeu roger inscription no 59390  
tiragem : 950 exemplares

**assinatura**      **assinatura de apoio**  
6 meses US\$ 10,45f)      6 meses : US\$ 20 (100f)  
1 ano US\$ 20,90.f)      1 ano : US\$ 40 (200f)

## pagamento

cheque bancário ou postal  
CCP 10 822 83 A paris  
via aérea mais US\$ 3 (15f)  
números atrasados US\$ 2 (10f)

## endereços

bp 322  
75 122 paris cedex 03  
france

## distribuição

librairie portugaise et brésilienne  
16, rue des écoles - 75005 paris  
le tiers-mythe  
21, rue cujas - 75 005 paris  
librairie " que faire "  
1, place des grottes - 1201 geneve  
livraria opinião  
rua nova trindade, 24-lisboa

## publicações consultadas

FOLHA DE S. PAULO

O ESTADO DE S PAULO

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DA TARDE

**O GLOBO**

GAZETA MERCANTIL

FOLHA DA TARDE

TRIBUNA DA IMPRENSA

MOVIMENTO

Brasil Mulher

O SAO PAULO

DE FATO

REPORTER

EM TEMPO

**VERSUS**

DIRIGENTE INDUSTRIAL

Conjuntura Económica

DIRIGENTE RURAL

Visão

EXAME

BANAS

VEJA

ISTOÉ

**boletins**

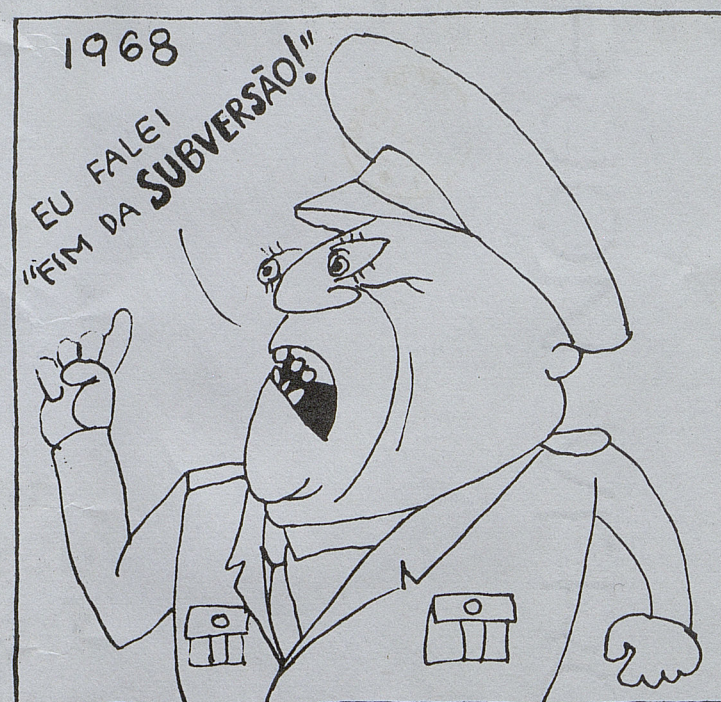
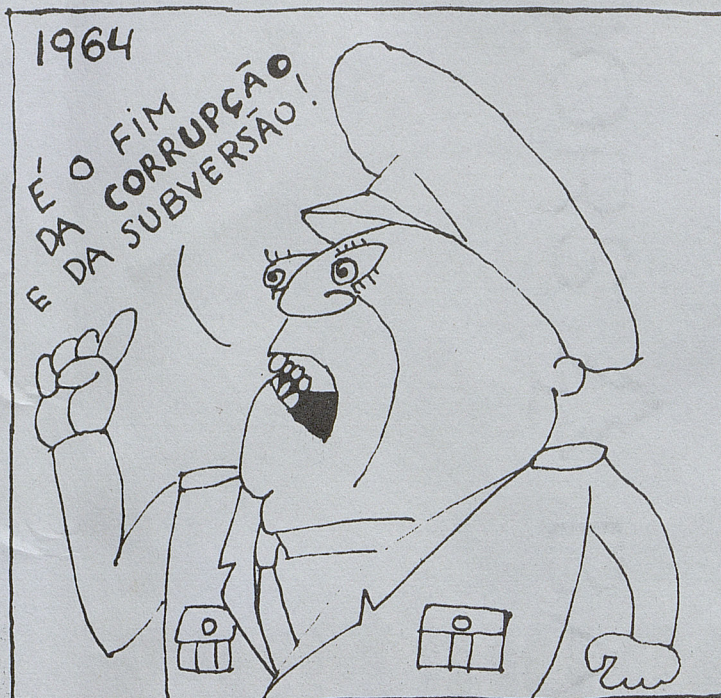
**DIAL**

LATIN AMERICA

publicações latino-americanas

jornais operários, estudantes,

boletins e imprensa sindical



## índice

editorial	3
movimentos sociais	5
repressão	33
política salarial	38
economia	40
política e comércio exterior	45

os títulos seguidos da indicação cb não correspondem ao título original



## editorial

O significado e o alcance das divergências que afligem as classes dominantes e suas conseqüências do ponto de vista do debilitamento da dominação ditatorial e do fortalecimento do movimento de oposição democrático e popular são questões que se colocam no centro das discussões políticas hoje no Brasil. O bombardeio de declarações espetaculares, denúncias, previsões fatídicas, boataria e interpretações disparatadas da realidade, sendo em grande parte uma contingência de período eleitoral, comportam o risco de turvar a compreensão da situação política e de suas perspectivas mais imediatas. Exemplo disso é a frequência com que vem sendo proclamada a "agonia do regime" ou "fim da ditadura", proclamações estas caucionadas quase que exclusivamente por declarações e prognósticos de dissidentes que até agora nada mais apresentaram que variantes para a dominação ditatorial.

O fato de que a ditadura tenha imposto integralmente seu projeto de reformas, coroamento parcial da "distensão gradual" de Geisel é levado a conta dos últimos espasmos do regime. O que não impede que as "reformas" sejam tomadas como ponto de partida para articulações políticas a partir de janeiro - quando passam a vigorar - que mobilizam e concentram as preocupações da oposição dentro da grande burguesia, dos liberais e, curiosamente, de setores da oposição democrática. Nesses termos, a imagem que se pode fazer é de um regime que se "auto-suicida", abrindo caminho para a organização dos que lhe faziam oposição. Na realidade, a ação política na direção da luta pela derrubada da ditadura vai sendo substituída por um propagandismo frenético que não se preocupa em acertar contas com a realidade. E nesse pretendido processo de "fim de regime" a maior ou menor intervenção política da classe operária e das massas é considerada um dado quase aleatório, pano de fundo que compõe o quadro de crise, cuja importância determinante é quando muito remetida para o pós-ditadura. Ao mesmo tempo, um elenco de propostas, programas e projetos contribuem menos para clarificar do que para submergir a questão central de como acumular forças no movimento de oposição democrático e popular, avançando em sua mobilização e organização para a conquista das liberdades democráticas, pelo fim da ditadura.

### A CRISE NAS CLASSES DOMINANTES

A atual crise nas classes dominantes impede qualquer conciliação ou arranjo palaciano e impõe para sua solução o confronto de forças. A briga dentro da grande burguesia é pelo poder (ou se se quizer, pela hegemonia) e não há outra forma de encaminhá-la a não ser pela comparação de forças, pela luta política. Esta circunstância obriga os setores da grande burguesia que se situam na oposição a serem "democratas". E o terreno reivindicado para resolver os conflitos é o Estado de Direito, eleições livres e diretas, assembléia constituinte, etc. O objetivo a nível institucional é recriar as bases da dominação dando-lhe uma mais ampla legitimidade política e social.

A ditadura e os setores da grande burguesia e do imperialismo que ela representa mais diretamente (e que mantém a hegemonia do poder), não está disposta a ceder facilmente. Ao Estado de Direito contrapõe as "reformas", como meio de resolver sem turbulências excessivas - isto é, não em meio a luta política aberta, onde estariam presentes a classe operária e as massas - e burocraticamente a crise de hegemonia, a luta pelo poder. Mesmo que não garantindo todas as condições para que o confronto dentro das classes dominantes ganhe livre curso, as "reformas" são um ponto de partida para a reorganização das bases em que os futuros embates se desenvolverão. E frente a elas os setores de oposição dentro da grande burguesia preparam-se para



ra recomeçar a luta após o processo sucessório. Nas palavras de um dos seus mais qualificados representantes, Cláudio Bardella, quando lhe perguntaram sobre a atual conjuntura política e em especial sobre a chamada "questão militar": "Estamos vivendo o varejo, embora queiramos o atacado. Estamos em um período de transição e portanto a crise atual (referia-se a sucessão) não tem importância. O que vale é como serão os próximos dez anos e, nesse prazo, como construiremos as instituições democráticas" (Isto é, 27/9/78).

Com efeito a oposição dentro da grande burguesia não está disposta a lançar-se em aventuras. Ao longo dos 3 últimos anos, o núcleo principal desta oposição, o setor produtor de bens de capital e produtos de base, deu mostras de estar munido de disposição suficiente para um enfrentamento de longo prazo em sua luta pelo poder, em meio a disputas que vem lhes proporcionando resultados positivos e até excepcionais, como é o crescimento de suas atividades econômicas à um ritmo superior a média geral e graças sobretudo a ação do Estado - a concorrência para Itaipu foi ganha por um consórcio onde estão presentes empresas brasileiras, entre elas a Bardella. Como se vê, uma prudência gratificante.

Mesmo dissidentes até a pouco mais veementes em suas proclamações políticas, como o senador Magalhães Pinto, dão mostra de flexibilidade quanto aos seus propósitos democratizantes. Lançador da Frente de Redemocratização, o velho golpista afastou-se dela prudentemente, recusando-se a apoiar o candidato Euler Bentes. Sua recusa, segundo o deputado Massuda (MDB-S.P) e sua (re)adesão ao governo são fruto de "uma operação de seguro das Usinas Angra 1 e Angra 2 no valor de 54 bilhões e 800 milhões de cruzeiros" (ESP-23/9/78), que passou com o governo através de seu banco. Pelo momento Magalhães parece ter ancorado no Estado de Direito, ou segundo suas próprias declarações de que as "reformas" aprovadas são "o primeiro passo para a democracia", se sente bem próximo dele.

Como estas existem muitas outras evidências de que, apesar dos estímulos de liberais tipo Brossard que enchem a boca para dizer que "o regime está podre", os passos da oposição dentro da grande burguesia estão firmemente condicionados pelos resultados sucessivos de suas pressões no plano econômico e pela correlação de forças existente na sociedade, onde ela conta com a ditadura o objetivo de neutralizar o movimento de oposição democrático e popular, mesmo que divergindo quanto a forma. E foram esses condicionamentos bem reais que levaram a oposição dentro da grande burguesia a considerar a Frente Nacional de Redemocratização como varejo. Os esforços para comprometê-la com a Frente foram vãos. Nem mesmo a publicação do programa econômico do general Euler, feito sob medida para o setor de bens de capital e produtos de base, foi suficiente para sensibilizá-la. Seu interesse quanto a sucessão foi sugerido pelo sr. Mindlin quando da publicação do "Primeiro Documento dos Empresários" (documento dos 8): "Estamos vivendo uma fase de transição de governo e é preciso que se evite que isso seja apenas uma mudança de guarda, mas sim a hora de discussão de prioridades". É evidente o sentido de barganha da declaração. Mas, do ponto de vista da oposição dentro da grande burguesia, o general Euler deu-lhe uma interpretação excessiva e foi mais a frente, propondo um governo de transição que, segundo ele, asseguraria mais amplamente a "discussão de prioridades". Jogou alto mas não teve resposta - ou mais concretamente, não recebeu o apoio pretendido. A oposição dentro da grande burguesia quer discutir prioridades, aproveitar a questão sucessória para marcar um pouco mais sua posição e arregimentar forças. Mas também não perde de vista a correlação de forças na sociedade e em especial nas forças armadas. E aqui a situação indicava que a candidatura Figueiredo, apesar do barulho dos dissidentes, já estava consolidada. Nesse contexto, mesmo que o general Euler seja mais competente, mais esclarecido e ilustrado, mais comprometido com criar con-



dições para que a luta pela hegemonia dentro das classes dominantes possa fruir livremente, apoiar sua candidatura apresenta para a oposição dentro da grande burguesia mais riscos de aparecer como uma aventura do que uma forma de encurtar caminho para atingir seus objetivos. Quanto a Frente Nacional de Redemocratização, frustrada sua manobra para envolver a oposição dentro da grande burguesia e sem condições de poder assumir as reivindicações já expressas pelo movimento de oposição democrático e popular, passou a flutuar como cortiça n'água. A atração dos liberais pelas "reformas", a certeza da vitória de Figueiredo, ampliaram as deserções em suas fileiras. Entrincheirados em suas restritas bases militares, apoiados por um pequeno exército de civis, o último ato político do principal articulador militar da FNR, general Hugo Abreu, denunciando a "corrupção no palácio do planalto", pode ser tratado pela ditadura como provocação dissônante. E a ordem veio seca: prende. O general Euler conserva a esperança de "manter uma fração expressiva do MDB intacta, de forma a garantir uma bancada oposicionista na próxima legislatura e manter vivo e em discussão o projeto de governo de transição". (FSP - 24/9/78).

O relativo desinteresse da oposição dentro da grande burguesia em investir no varejo pelo momento, em nada altera seu ímpeto na luta pela hegemonia. Para esta oposição, "a médio e a longo prazos - sejam quais forem as condições institucionais agora geradas na proveta de Brasília - há de manifestar-se o peso do país real" (ESP-Editorial- 21/9/78). O ditador Geisel também expressa, a seu modo, suas preocupações com a crise pela revelação dos pesadelos dos seus sonhos. Numa conversa com o comandante do III Exército, o governador do R.G.do Sul e o senador Tarso Dutra disse "ter condições para esmagar, se necessário fosse, não apenas o general Euler Bentes Monteiro, candidato do MDB, mas quantos outros se antepusessem em seu caminho ou obstruíssem suas metas. Exaltado, batia com uma das mãos na mesa, ao tempo em que acentuava não estar preocupado com questões políticas, por poder resolvê-las assim, mas com problemas econômicos e financeiros. Estes sim, lhe tiravam o sono, ainda mais porque capazes, no futuro, se não solucionados, de despertar graves repercussões na situação política" (Carlos Chagas - ESP - 24/9/78). As duas declarações sugerem por onde vão prosseguir os embates dentro das classes dominantes. O ditador reconhece a persistência e amplitude da crise mesmo que no plano político ele pense poder impor suas soluções, via esmagamentos.

O desenvolvimento da crise econômica, política e social abre perspectivas bem concretas para a mobilização e organização da classe operária e das massas. Explorar estas condições é saber combinar e unificar forças em torno do objetivo central, a derrubada da ditadura. Mudanças profundas na correlação de forças não serão obra nem dos dissidentes nem da oposição burguesa, mas o resultado da intervenção política concreta da classe operária e das massas.

#### AS "REFORMAS" - A REFORMA PARTIDÁRIA

As "reformas" da ditadura são suas bases de negociação. Sua reforma partidária visa organizar estas negociações, ordenando as frentes de conflito político de forma a poder atacá-las independentemente. Para tanto ela procura fragmentar a oposição, dando canais de expressão diferentes aos interesses contraditórios que se manifestam no interior dessa oposição. A estratégia da ditadura quer substituir o choque direto com o conjunto da oposição, para o qual suas forças se mostram cada vez mais insuficientes, por uma situação onde sua mobilidade (sua capacidade de barganha e pressão sobre cada um dos setores oposicionistas isolados) e a dispersão política do inimigo, permita a multiplicação de sua resistência. Vejamos como as coisas se passam no campo concreto da luta política.



As várias tendências da oposição estiveram até agora compelidas a conviver numa mesma estrutura partidária. Os militares dissidentes foram obrigados a bater às portas do partido de oposição quando quiseram fazer valer suas alternativas através do jogo institucional. O mesmo caminho tiveram que tomar as dissidências civis do regime. O bipartidarismo tem dado por tanto ao MDB o monopólio da oposição. Essa situação leva a que nos momentos eleitorais e quando da discussão no congresso das fórmulas políticas destinadas a diminuir o arbítrio, esse partido fale a aja como porta-voz e representante de toda a oposição. Esta contingência dá a seus vereditos uma importância desmesurada, se tomada em conta as diferenças enormes que existem no seio dessa oposição. Por outra parte, o MDB é incapaz de expressar e dar curso a todas as propostas e projetos dos setores oposicionistas. A essa debilidade contrapõe-se sua vocação para bater-se pela reivindicação mais geral e abstrata que agrupa as oposições presentes no partido: a volta ao estado de direito.

Até poucos anos atrás o MDB funcionava claramente como uma mordaza para os setores democráticos pequenos burgueses que atuavam no seu interior. Na medida em que o movimento de oposição democrático e popular cresceu, com prometendo cada vez mais as massas, a correlação de forças no interior do MDB foi modificando-se, aumentando a influência dos seus setores mais consequentemente democráticos. Ultimamente o MDB transformou-se para estes setores num instrumento utilizável por eles para comprometer sua ala moderada e mesmo adesista com táticas e políticas muito mais agressivas do que as que espontaneamente adotariam. O processo de adesão desse partido a Frente Nacional de Redemocratização, por exemplo, é ilustrativo disso. Evidentemente não há aqui nenhuma consideração sobre a consequência política dessas táticas. Somente constatamos esse fenômeno que sem dúvida teve grande importância no cálculo político da ditadura quando da estruturação de sua reforma partidária.

Resumidamente. Se o MDB estabelece o denominador comum das oposições em torno a questão mais geral e abstrata - o estado de direito -, o crescimento da influência de seus setores democraticamente mais consequentes leva a "radicalizações" de suas posições. O que, por sua vez, acentua o descompasso entre sua política e os interesses de forças que são obrigadas a fazer-se representar por este partido.

A ditadura com sua reforma partidária procura resolver o enigma de seu sistema político. Permitir nesse momento a expressão dos interesses mais diferenciados no campo da oposição, permite também eludir a questão do estado de direito e negociar em torno a sobremesa. Até aqui a ditadura transformara a "racionalidade" dos setores hegemônicos do grande capital em lei absoluta. Isso obrigou a oposição a unir-se em torno a luta pela conquista dos canais e meios através dos quais possa influir nos rumos políticos do país. Para enfrentar esta frente de luta, a ditadura abre perspectivas de participação aos setores da oposição burguesa e liberal através de suas reformas partidária.

Há setores da oposição burguesa que tem pouco mais que a sobremesa para discutir, sendo lógico portanto que não façam grande oposição a reforma partidária tal como a ditadura a impôs; a vêm mesmo como uma necessidade. É o caso de Magalhães Pinto, Theotonio Vilela, etc. Outros setores da grande burguesia na oposição a vêm como um ponto de partida, mesmo porque não pretendem precipitar soluções. A nova situação significa para eles um avanço, não um avanço decisivo, mas uma situação na qual poderão resolver melhor várias questões que se colocam, antes de darem passos mais definitivos. Entre essas questões tem destaque o problema militar e a representação política dos trabalhadores. A questão militar se resume na busca de uma correlação de forças mais favorável nas forças armadas. Quanto a representação política dos trabalhadores, veremos mais a frente como estes setores pensam encaminhar este problema.



Dividir a oposição que hoje se expressa através do MDB, impedindo a influência dos setores democráticos mais consequentes sobre seu conjunto, isolando esses setores e estabelecendo canais de negociação com as diversas outras forças políticas, são objetivos da reforma partidária da ditadura. Mesmo que abrindo uma brecha para a organização legal dos setores da oposição ligados ao movimento democrático e popular, a ditadura espera confinar estes setores no ghetto de um partido político minoritário, impotente para alterar qualquer regra do jogo político e submetido a ameaça do fogo de suas baterias pesadas.

Não temos nenhuma dúvida de que conseguirá atingir seus objetivos se prevalecerem no interior dos setores ligados ao movimento de oposição democrático e popular os sonhos pueris da pequena burguesia democrática, erigidos em orientação política para o movimento. Aqui temos a intenção de discutir a idéia muito em voga no Brasil hoje da construção de um partido legal dos trabalhadores. E não é só a pequena burguesia radical que avança suas propostas no sentido da construção de um partido "socialista" - até mesmo setores da burguesia falam da necessidade da organização política dos trabalhadores e articulam manobras com vistas a consecução deste objetivo. Começaremos a discutir a questão através das idéias contidas nos "Rumos Editoriais" do jornal Em Tempo, número 26, quando trata da reforma partidária.

#### SOBRE NOVOS PARTIDOS

O Em Tempo saúda a reforma partidária da ditadura, dando-lhe boas vindas, com restrições, é claro, "a exigência de 10% de deputados e senadores, 3% dos votos de 11 Estados, etc", além de outras.

Os setores burgueses dissidentes a querem, como já vimos, porque precisam de um instrumento para negociarem com o governo questões como, por exemplo, a diminuição da taxa de juros. Este será segundo Severo Gomes, falando pela oposição dentro da grande burguesia, o objetivo da próxima batalha a ser travada.

O Em Tempo tem motivos muito mais "sérios" e "profundos" para festejar a reorganização partidária. Antes de examinar esses motivos, ou seja, para que o Em Tempo pensa que é importante o fim do bipartidarismo, vamos ver mais de perto as simplificações e conclusões da sua análise do "processo de rearticulação partidária".

Para ele esse processo "já em curso é, a grosso modo decorrente de dois fenômenos:

- a) O atual sistema bipartidário já não satisfaz sequer às necessidades do próprio regime militar e de suas bases de sustentação sendo insuficientes como canal de manifestação dos projetos diferenciados das classes dominantes. E mais, para o regime, o bipartidarismo tornou-se uma faca de dois gumes, obrigando-o a enfrentar uma espécie de plebiscito a cada eleição que se realiza no País.
- b) em parte ela é decorrente também do estágio a que já chegou a luta de classes no País, onde as camadas populares conquistam um maior espaço político, necessitando de canais de expressão mais definidos, capazes de contribuir com maior eficácia do que o MDB para a consecução dos seus objetivos políticos. ( grifos CB)

Isso o leva a conclusão de que: "Enfim, existem condições para se construir uma agremiação política que no plano institucional supere o MDB, cujas limitações são por demais conhecidas". ( grifo CB)

Destaca-se, antes de mais nada, que na pressa de enveredar-se por caminhos obscuros o Em Tempo trata "a grosso modo" questões fundamentais que devem ser resolvidas antes de avançar-se qualquer proposta sobre o que fazer



nesse novo período que se abre após 15 de novembro. A que "bases de sustentação" o jornal quer referir-se, os José Bonifácios, os Petronios Portela, a grande burguesia Brasileira, as multinacionais, os dissidentes da Arena e militares, os usineiros, o capital financeiro? Quem? Que "projetos diferenciados" são esses? O que une ou separa setores da burguesia no campo político hoje no Brasil? em torno a que? A parte a do jornal Em Tempo não responde a nada disso. Repete o óbvio.

Poderíamos resumir, sem nenhum perigo de simplificação, ao contrário, clarificando, as idéias do Em Tempo, expostas acima, na seguinte frase: Nenhum setor das classes dominantes está mais interessado na manutenção do bipartidarismo e as massas já tem condições de impor "uma agremiação política que no plano institucional supere o MDB".

Resumindo dessa forma o pensamento do conselho editorial do Em Tempo estamos admitindo que esse conselho vê possível o surgimento dessa "agremiação superior ao MDB", não como uma decorrência das camadas populares estarão necessitando de canais de expressão mais definidos capazes de contribuir com mais eficácia que o MDB para a consecução dos seus objetivos políticos", mas sim que algum processo(?) criou uma situação na qual as massas conseguiram obrigar a ditadura a conceder a possibilidade delas organizarem-se nesta "agremiação superior". Nos resulta improvável que o Em Tempo pense que com a reforma partidária a ditadura vizasse suprir as necessidades de organização política das massas, mesmo que o tenha escrito. Mas nesse caso o Em Tempo nos deve a explicação desse processo misterioso que levou as massas a arrancarem da ditadura aquilo que ele entende como sendo uma conquista, sua reforma partidária.

Mas voltemos ao que podemos extrair como "pressupostos analíticos" das propostas do Em Tempo. Não serve de nada constatar que existem setores importantes da burguesia querendo substituir o bipartidarismo hoje no Brasil. Isso é uma evidência. Basta ler os jornais. Adiantaria muito saber por que. Mas parece que o conselho editorial do Em Tempo está tão apressado em avançar propostas e aproveitar oportunidade que não teve tempo de meditar sobre a questão. Assim parte do fato como um dado e prepara-se para cair numa armadilha pensando instrumentalizar uma grande estratégia. Que as massas tem forças para impor "uma agremiação política que no plano institucional supere o MDB" não é mais do que uma afirmação. Se o Em Tempo possui elementos para fazer essa afirmação, também esqueceu-se de dar a público este segredo. Até que o conselho editorial possa nos convencer da existência de todas essas "potencialidades", não poderemos deixar de considerar ilusória a profissão de fé do jornal.

Convencemo-nos mais completamente da tendência do artigo à ficção, quando o jornal expõe para que deve ser utilizada a reforma partidária da ditadura e como a nova agremiação política vai superar "no plano institucional" o MDB. O Em Tempo parte da idéia de que estamos num "período transitório de fim de regime autoritário" e sustenta que "o jornal não deve propor uma postura abstencionista ante a rearticulação partidária". Deve participar. Quando expõe sua concepção sobre "o tipo de partido de oposição que se faz necessário" tem o cuidado de não definir os objetivos estratégicos desse partido. Se atem a seu "eixo tático de (sua) intervenção" e aí agrupa "todas as bandeiras democráticas tais como a convocação de uma Assembleia Constituinte satisfeitos todos os seus pré-requisitos, anistia ampla geral e irrestrita, fim dos aparatos repressivos, punição dos responsáveis pelas torturas, eleições livres e diretas, livre organização partidária etc". Reconhece (ante a evidente possibilidade de ser diferente) que o partido terá "muito mais um caráter de frente do que propriamente de partido". Explica as razões disso, que identifica claramente como uma limitação, como sendo "dado o fato da reorganização partidária se realizar ainda nos quadros de um regime autoritário, de inexistência de liberdade partidária, o que implica que este novo partido de oposição abrigará necessariamente correntes e pensamentos politicamente diferenciados". Enumera um certo número de requi-



sitos mais que deve ter o partido e finaliza reivindicando "ampla democracia interna" e exigindo direito de "tendências e frações".

No último ponto da resolução sobre novos partidos, "movimento socialista", fica claro porque o conselho editorial do Em Tempo decreta o fim do regime autoritário antes do tempo, combate corajosamente o abstencionismo "ante a rearticulação partidária", foge da definição dos objetivos estratégicos, entende que uma frente é um objetivo limitado e faz estardalhaço em torno da democracia interna e do direito de tendência.

A aritmética da construção política do conselho editorial do E.T. torna-se trivial quando ela nos expõe que seu objetivo é articular o "movimento socialista" se não num grande partido legal, porque a reforma partidária da ditadura não permite, pelo menos como tendência dentro do partido de oposição saído da reforma ditatorial. Vejamos dito nas suas próprias palavras: "Este movimento - o socialista - que hoje se articula nos diversos poros da sociedade, deve conquistar um espaço legal e parlamentar, quer se constituindo em força própria, quer atuando como fração no interior de uma agremiação oposicionista onde lute também por seus objetivos. Esta questão será resultado da correlação de forças alcançada, quando do desfecho institucional do processo de reorganização partidária em curso".

O regime ditatorial é incompatível com suas aspirações. O conselho editorial o suprime através de um ato mental. Infelizmente a realidade jurídica impede a criação de um partido puro. O engenho político do conselho editorial contorna magistralmente a questão. Fecha-se acordo em torno do "eixo tático" com aliados passageiros e registra-se o partido. Para esses aliados o "eixo tático" são objetivos estratégicos. Não há problema. O direito de tendência permitirá radicalizar a luta interna e fazer o partido marchar para a adoção do programa que une as "diversas correntes e setores sociais que apontam o socialismo como solução para a sociedade brasileira".

Os setores de oposição dentro da grande burguesia querem usar as "aberturas políticas" da ditadura para influenciar nos mecanismos de controle da taxa de juros, defender a lei de similares, o nível de encomendas estatais e obter melhores posições na luta pelo estado de direito. O Em Tempo quer usá-las para construir um partido que considera "que a questão agrária, a questão nacional, enfim as contradições geradas pelo modo de produção capitalista somente serão solucionadas nos quadros de uma sociedade socialista, onde, sob um governo dos trabalhadores os meios de produção sejam socializados". Supondo que esse partido aja coerentemente com essa compreensão, o Em Tempo está propondo que se organize legalmente o partido revolucionário do proletariado a partir das "aberturas" que a ditadura fez no esquema de re-presentação partidária. Propostas como essa só podem expressar os impulsos de uma pequena burguesia radical, descompromissada com a realidade da luta das massas.

Qual interesse existe hoje do ponto de vista do desenvolvimento desse movimento de massas, de sua radicalização real, a purificação ideológica da frente que se pode formar? Nenhum. Isto só teria como resultado o isolamento das forças comprometidas de forma consequente com o socialismo. Quando dizemos socialismo, não nos referimos a social-democracia ou socialismo pequeno burgues. Essa precisão é necessária porque aquilo que o Em Tempo chama de "movimento socialista" que se articula nos diversos poros da sociedade está eivado destas tendências. Se levamos a depuração ideológica ao interior desse campo também, para separar verdadeiros socialistas de sociais demeratas e socialistas pequeno burgueses, o isolamento das forças do socialismo será maior ainda. E para que fazê-lo?

O Em Tempo pensa na criação de um partido revolucionário através de um processo legal e sob os olhos atentos de uma ditadura militar, cuja presença não quer reconhecer. A formação de um partido revolucionário não depende nem pode depender das condições legais que oferece a legislação arbitrária



da ditadura. Pensá-lo em função dessas condições é uma ingenuidade. O caminho da formação de um partido revolucionário do proletariado está no desenvolvimento do movimento democrático e popular, do nível de organização e mobilização política da classe operária, da experiência e fortalecimento dos grupos de vanguarda que atuam no seu interior, da unificação dos comunistas. Esse processo só poderá vir a luz do dia quando conquistarmos efetivamente reais liberdades democráticas. Isso significa a existência de uma correlação de forças marcada fundamentalmente pelo fato da classe operária estar mobilizada e disposta a garantir, pelos meios que for necessário, as liberdades conquistadas e pela existência de uma aliança de classes que esteja objetivamente interessada em sustentar tais liberdades. Nada disso existe no momento a não ser talvez na cabeça do conselho editorial do Em Tempo e de outras tendências mais inconsequentes ainda, como a "convergência socialista".

Afastada a hipótese de construir-se legalmente sob a ditadura o partido revolucionário do proletariado, o partido do socialismo, em que sentido devemos nos conduzir frente a nova situação criada pelas "reformas" da ditadura? Para resolver esta questão temos que precisar mais uma vez que o objetivo da luta de massas hoje deve ser o fim do regime autoritário e a conquista do regime democrático. Este objetivo está em perfeito acordo com as tarefas históricas do proletariado, ou seja, com seus objetivos finais. Essa definição correta do objetivo a atingir permite uma grande área de manobra para as forças democráticas e populares. Permite antes de tudo que essas mesmas forças se agrupem numa frente política que tenha como objetivo central a derrubada da ditadura e a formação de um governo capaz de garantir uma série de conquistas democráticas para as massas tais como:

- liberdade de manifestação e organização partidária para todos os oprimidos e explorados.
- liberdade sindical.
- anistia ampla, geral e irrestrita.
- desmantelamento do aparelho repressivo, julgamento e punição dos torturadores, estímulo a vigilância popular contra os abusos e violência policiais.
- melhores condições de vida e de trabalho para a classe operária e as massas.

Uma frente popular contra a ditadura tem que ter em conta, corretamente, as diferenças políticas e ideológicas existentes no seio das massas atualmente. Concretamente, as diferenças de nível de desenvolvimento político de seus diversos segmentos. Devemos portanto congregar e organizar legalmente todas as forças democráticas e não somente as forças que se reivindicam como socialistas. Do ponto de vista prático isso significa a união das forças e organizações populares que hoje compõe o movimento de oposição democrático e popular num movimento político legal. Essa Frente Popular Democrática deve unificar o conjunto das frentes e organizações de massa existentes e as distintas forças democráticas e de esquerda em torno a luta pelo fim do regime autoritário.

No mesmo número do Em Tempo que publica os "rumos editoriais" há um artigo de Rosalice Fernandes em que ela constata corretamente a necessidade da organização de uma frente que organize e unifique o movimento de oposição democrático e popular. Nossa discordância com esta companheira está no fato de que ela radicaliza o programa em contradição com os objetivos que ela propõe. Alcançar o socialismo está menos em função da predica desse objetivo e muito mais no nível de experiência, mobilização, organização e intervenção política da classe operária e das massas. A revolução cubana está aí para comprovar este fato.

Dotar o conjunto do movimento de massas, nesse momento, de uma direção unificada é a única possibilidade de evitar que ele perca sua independência política. Esta deve ser a resposta dos setores avançados desse movimento às manobras que os setores de oposição dentro da burguesia e seus agentes fa-



zem no sentido de envolve-lo.

Como vimos, setores dissidentes da burguesia reivindicam a volta ao estado de direito. Quando o fazem, e independentemente de suas vontades, abrem espaço para a intensificação das lutas do movimento de oposição democrático e popular, ao mesmo tempo que tentam envolve-lo. A disposição com que esses setores burgueses sustentam a luta pelo estado de direito depende da crise econômica e da evolução da situação política. As voltas com contradições materiais bem concretas, estes setores da oposição dentro da grande burguesia começam a projetar o capitalismo brasileiro diferente de sua realidade atual. Seus ideólogos passam a louvar os avanços do desenvolvimento desse capitalismo que estaria ultrapassando a fase da barbárie para entrar numa fase moderna e avançada, a qual corresponderia uma melhor distribuição da renda, o crescimento do mercado interno, etc. Neste novo cenário haveria lugar para uma classe operária organizada, com representantes atuantes e reivindicativos. Estão nesse contexto as declarações de empresários falando da necessidade de se organizar politicamente os trabalhadores. Esclarecem entretanto que não se deve voltar a esquemas gastos de antes de 64. Querem inovações! É nesse ponto que velhos populistas e novos sociais-democratas tomam o discurso e se oferecem para concretizar politicamente as aspirações da burguesia. Todos tem novíssimos métodos para adiar sine die a questão do socialismo, desde que possam sair em campo vendendo ilusões.

Igual que o conselho editorial do Em Tempo todos estão muito interessados na organização política dos trabalhadores no processo de "transição do estado autoritário para o estado democrático". Evidentemente tem motivos diferentes. Não sofrem de doença infantil, como o "Em Tempo". Ao contrário, são políticos experientes. Querem organizar os trabalhadores na fase de "transição", quer dizer, sob os olhos vigilantes da ditadura, para cumprir calmamente suas tarefas de estruturar partidos de cima para baixo e enquadrar currais eleitorais, antes de defrontarem-se com massas mobilizadas politicamente e dispostas a lutar conseqüentemente por seus interesses. Estão em plena atividade.

A deputada Ivete Vargas oferece os serviços do PTB para advogar os interesses de todas as oposições, sem se perguntar se tal partido é representativo e se existe liberdade política suficiente no Brasil hoje para que alguma força política receba tal outorga, por meio de um processo democrático.

Da mesma forma o sr. Doutel de Andrade - ex-líder da bancada do PTB depois do golpe - perguntado pela revista Veja como encararia a formação de vários partidos populares, respondeu: "Sou de opinião que as forças populares devem se manter unidas até o completo retorno do país ao leito democrático". Unidas no PTB é claro. Sobre o projeto de "reformas" da ditadura diz: "Mesmo que ela (a "reforma") resulte numa legislação pouco elástica no que toca a reorganização da vida partidária nacional, essa legislação tenderá a permitir que a sociedade venha a respirar de maneira mais livre, através dos partidos representativos das diversificadas tendências existentes no seu interior".

A organização de uma ampla Frente Popular Democrática, que dê uma direção unificada ao movimento de oposição democrático e popular é uma resposta para esses senhores democratas a meias.



#### A FRENTE POPULAR DEMOCRÁTICA

Unificar numa Frente Popular Democrática o conjunto do movimento de oposição sob um programa preciso: o fim do regime autoritário e a conquista de um regime democrático, é dotar o movimento da forma política adequada para seu avanço e desenvolvimento político.

Esta Frente não é a agregação pura e simples das diferentes tendências existentes no movimento popular. Sua estruturação parte de dentro do movimento, pela aglutinação do conjunto das frentes e organizações de massa e das distintas forças democráticas e de esquerda.

A unificação da oposição popular nestas bases permite um amplo campo de manobras na luta contra o regime, evitando a dispersão de forças e impedindo o isolamento do movimento. Amplia sua capacidade de ação política, ao aglutinar sob um mesmo programa as diferentes frentes e organizações de massa. Não há forma mais consequente de considerar os diferentes níveis de consciência e organização existentes hoje dentro do movimento popular que a criação de condições para que se desenvolva em bases reais, isto é, pela intervenção direta das massas, a luta política e ideológica dentro do movimento. A clarificação política do movimento só pode se dar neste processo, pelo embate concreto no seu interior, envolvendo diretamente as massas.

É na direção de contribuir para a unificação do movimento de oposição na Frente Popular Democrática que deve se orientar a futura atuação dos candidatos populares a se elegerem em novembro. O número elevado desses candidatos nessas eleições, corresponde de certa maneira aos avanços do movimento popular. É como expressão parlamentar do movimento, como uma das frentes de luta desse movimento, que deverão atuar os que forem eleitos. O compromisso com a unificação do movimento popular, da parte desses parlamentares, não será o de lançarem-se em articulações partidárias que pretendem organizar as massas a partir de diferentes proposições programáticas, e sim na luta pela conformação da Frente Popular Democrática em torno ao objetivo comum: o fim do regime autoritário e a conquista de um regime democrático.

---

Obs. Sempre que nos referimos neste editorial ao jornal Em Tempo, temos em vista o Conselho Editorial e Administrativo do jornal que aprovou majoritariamente os "Rumos Editoriais".



# O projeto agrário Figueiredo vai pegar?

## 1º Congresso dos lavradores (cb)

### As greves

na

### zona rural

ver pag. 6

## No Guarujá, posseiros fazem passeata e derrubam cercas

"Isso que fizemos hoje é para mostrar que o Perequê está sob administração e controle do povo". Essa frase de Hélio Lobo, presidente da Sociedade de Amigos da Praia do Perequê, encerrou ontem à tarde, no Guarujá, a segunda manifestação dos posseiros nesta semana.

ESP -8-9-78

Em Tempo nº 28

## Pancadaria no mato

Lavradores do Município de Santa Luzia, no Maranhão, que reivindicam legalmente a posse de suas terras desde 1966, foram presos e torturados por terem derrubado a cerca da Fazenda Maguari. As terras da fazenda, "propriedade" do senador arenista José Sarney, que cercou toda a área do Povoado Senador, na verdade foram usurpadas dos lavradores, que começaram a cultivá-las em 1953, quando ali chegaram procedentes do Ceará, tornando produtivas terras até então consideradas como devolutas.

Por ordem de Sarney eles tiveram unhas e cabelos arrancados, foram submetidos a choques elétricos e espancamento com coroa de fuzil, suas casas foram arrancadas a trator e incendiadas, mulheres e crianças sofreram sevícias, suas filhas foram ameaçadas de estupro e muitos dos presos estão desaparecidos. Isto aconteceu entre os dias 23 e 25 de setembro do ano passado e hoje os lavradores estão indiciados em vários inquéritos, inicialmente pela Lei de Segurança Nacional e posteriormente transferidos para a Justiça comum. O Governo do Estado, que através de um preposto do governador Nunes Freire, inimigo político de Sarney, insuflou os posseiros a derrubar a cerca, fez intervenção para apurar torturas. Mas a Polícia Federal concluiu que, apesar do primeiro inquérito ter sido feito na base da violência, suas conclusões são válidas.

### Satúrios dos rurais no TAT

A DRT enviou ontem ao Tribunal Regional do Trabalho o processo de dissídio coletivo dos mais de dois milhões de trabalhadores rurais paulistas, que querem 80% de aumento salarial a partir de 15 de setembro, "13º salário", férias de 30 dias, pagamento de salários em dias chuvosos, descanso semanal remunerado e outras 18 cláusulas. ESP-16-8-78



Em Tempo nº 28

## Na Festa de São Pedro, a derrubada das cercas.

Com ajuda do juiz, do padre e da polícia local, o grileiro Classídio e seus jagunços constroem um pequeno reinado às custas das terras dos lavradores, queimando casas, lavouras colheitas e até animais.

Resistência-junho de 78

## "A polícia tem que mentir"

Sete policiais inventaram uma mentira das mais sujas, para encobrir o assassinato do posseiro José Clemente.

Em Tempo nº 30

## "Repudiamos toda a política agrária"

"Repudiamos toda a política agrária do governo que tem marginalizado a maioria dos trabalhadores e suas famílias que vivem em condições escravas", dizem os participantes do XXI Congresso Nacional de Estudantes de Engenharia Agrônoma.



# Greve no campo

Mesmo com família grande para sustentar, eles suportaram até dezesseis meses sem ver a cor do dinheiro, porque a sobrevivência era garantida pelos armazéns das fazendas, que vendiam fiado. Mas chegou o dia em que as prateleiras ficaram vazias: não havia o que comer. E veio o desespero. Como numa absurda prova de paciência, os 1.200 trabalhadores das fazendas Mambu, Banaúrea, São Pedro e Barigui — produtoras de bananas em Itanhaém, Litoral Sul de São Paulo — ainda resistiram três semanas, comendo apenas banana cozida. A esperança, enfim, esgotou-se: os trabalhadores decidiram entrar em greve, a primeira na zona rural nos últimos catorze anos. De 27 a 30 de junho, eles cruzaram os braços e só voltaram ao trabalho quando os armazéns foram reabastecidos e os patrões prometeram pagar em quinze dias os salários atrasados.

“A fome não perde tempo com burocracia para fazer doer o estômago. Foi por isso que o pessoal fez a greve”, explica o alagoano Arnóbio Vieira da Silva, presidente do Sindicato Rural de Itanhaém. Passaram-se os quinze dias, e o dinheiro não apareceu. Novamente Arnóbio foi procurado pelos trabalhadores, e deu um ultimato aos fazendeiros: “Não havia mais condição de segurar ninguém, ia sair outra greve. Aí, me pediram pelo amor de Deus para não deixar o pessoal parar de novo. Então, eu disse: ‘Bota o dinheiro aí que eles ficam calmos’”.

**Chuva de fogo.** O subdelegado do Trabalho em Santos, Alexandre Cerqueira César, apressou-se em viajar até Itanhaém ao saber da greve e da iminência de outra. E depois, num relatório que levou pessoalmente a Vinícius Ferraz Torres, titular da DRT em São Paulo, afirmou: “O movimento de intranquilidade, insatisfação e renúncia de greve que agitava os trabalhadores era movimento natural, espontâneo, ditado pela insensibilidade patronal ao atendimento das necessidades mínimas dos trabalhadores”.

Cerqueira César foi aos bananais num domingo e viu que os trabalhadores estavam “desenvolvendo atividades de corte, embalagem e carregamento de bananas”, como de costume. Soube, então, que para conseguir 2,5 mil cruzeiros por mês eles têm que trabalhar das 5 às 22 h, diariamente, mesmo debaixo de chuva. “Nos dias de embarque”, diz Arnóbio, “pode chover fogo que o pessoal tem que trabalhar”. Seus filhos não vão à escola porque também trabalham nos bananais, junto com as mães, pois só assim as famílias conseguem um saldo positivo no fim do mês, quando as fazendas descontam

as compras feitas em seus próprios armazéns.

Eles têm que comprar ali porque as fazendas ficam longe da cidade e não se pode perder tempo. Então, sujeitam-se a pagar 85 cruzeiros por um quilo de café, 18 cruzeiros por uma dúzia de ovos, 118 cruzeiros por um bujão de gás e 12,50 cruzeiros por um quilo de açúcar.

**O peso argentino.** Os trabalhadores não conseguiram imaginar o motivo do atraso nos pagamentos. Afinal, as fazendas são mecanizadas, possuem aviões e aeroportos, carretas para levar bananas até a Argentina e portos de extração de areia para construção — que retiram, em média, 15 mil metros cúbicos por mês. O dinheiro não aparecia, mas as carretas continuavam saindo carregadas das fazendas, transportando cerca de mil toneladas diariamente. Os patrões alegaram uma crise no mercado, argumentando que a desvalorização do peso argentino reflete nas transações.

**Aumento ou greve.** A briga ainda não terminou, pois esta semana os donos das fazendas receberão um pedido de 60% de aumento nos salários. “Se não concordarem, o pessoal faz greve de novo”, garante Arnóbio, certo de que os trabalhadores — agora conscientes de sua força — estão muito unidos. E não se intimidarão com as ameaças de dispensa. “Afinal, a maioria não é nem registrada.”

“Enquanto não resolver essas coisinhas, vou continuar botando a boca no trombone, porque só assim vamos garantir a honestidade dessa gente”, diz Arnóbio, que, na semana passada, foi procurado por representantes das fazendas para “um favorzinho”: pediram-lhe que não dissesse mais nada à imprensa sobre as irregularidades, “para não atrapalhar os nossos negócios, especialmente os financiamentos”.

Com seu jeito calmo, fumando um Continental sem filtro, Arnóbio respondeu: “Aí só depende de vocês: é só andar direitinho na linha. Senão, nós abrimos a boca e pára tudo de novo”.

ISTOÉ 09/08/1978



## Nos bananais, acerto e reajuste

Há alegria nos bananais do litoral sul de São Paulo. As fazendas Banaúrea, Mambu, São Pedro e Barigui — que deviam de 3 a 16 meses de salários atrasados a seus 1.200 trabalhadores — finalmente acertaram as contas, após a greve dos trabalhadores de 27 a 30 de junho, e a ameaça de outra, na semana passada.

No último dia 6, centenas deles compareceram à assembleia geral do sindicato, realizada num cinema de Itanhaém. Pela primeira vez, em muitos anos, os trabalhadores dos bananais discutiram seus problemas e saíram satisfeitos, depois de elaborarem um memorial com 22 reivindicações, das quais a mais importante é um reajuste salarial de 60%, a vigorar a partir de 15 de setembro, extensivo aos trabalhadores volantes. Querem também que o tempo gasto no seu

transporte da cidade para o trabalho e vice-versa, seja contado como período efetivo de trabalho e exigem que os veículos sejam seguros e próprios para “o transporte de pessoas”.

Os empregadores também ficariam obrigados a fornecer instrumentos de trabalho no local da prestação do serviço, evitando “a todo custo” transportar tais instrumentos juntamente com os trabalhadores, como costumam fazer. Os lavradores querem, ainda, alimentação sadia e gratuita no local de trabalho, equipamentos e meios de proteção, comprovantes de pagamento, garantia de que o trabalhador admitido para as funções de outro dispensado receba salário igual ao do substituído, adicional para as horas-extras trabalhadas, seguros pessoais contra acidentes e outras providências, muitas das quais já contempladas pela legislação trabalhista mas que os donos dos bananais nunca pensaram em respeitar.

(José Meirelles Passos)



# SINDICATOS

Alvorada set.78

## A FUNDAÇÃO DO SINDICATO

Nos dias 21, 22, e 23 de julho, foram realizadas reuniões com os trabalhadores rurais de Pontinópolis, onde se estudou a Fundação do Sindicato Rural dos Trabalhadores do Município. Na ocasião, vieram dois companheiros do Sindicato Rural do Goiás para ajudar o povo a pensar o que é e para que serve o Sindicato. Ficou claro para todos que o principal do Sindicato é a união dos trabalhadores rurais e é o meio mais prático e legal de defesa dos interesses da classe trabalhadora do campo.

Os companheiros trabalhadores daqui convidam todos os companheiros de outros patrimônios para juntos, formarem o Sindicato Rural dos Trabalhadores, essa grande força que une todos os que trabalham na terra. Aproveita também para dar os parabéns para os colegas de Santa Terezinha que já fundaram o seu Sindicato.

## O POVO FALA DA SUA ASSEMBLÉIA

Como foi importante aquele nosso encontro nos dias 14, 15 e 16 de julho, lá no rancho alegre do Heleno!

Ao todo eram 51 pessoas, representantes dos três patrimônios vizinhos: Ribeirão Bonito, Cascalheira e Matinha. Participam também representantes do sertão: Gengibre, Piabanha, Mata da Banana, Boqueirão, Turvo e Água Limpa. Da Matinha, foi a primeira vez que vieram. Estavam em 12 e todos preocupados com a situação da área do patrimônio. Isso porque o fazendeiro João do Fumo exige que cada morador pague 8 ou 11 mil cruzeiros pelo lote que está morando.

Quando a gente conversava sobre as injustiças que estamos sofrendo, a primeira que apareceu foi a falta de terra para todos.

Depois fomos apontando outras grandes injustiças: perseguição da polícia, falta de assistência à saúde e à educação, alto custo de vida. Muitos diziam: "São tantas injustiças, que fica difícil historiar".

Diante dessa realidade, fomos vendo que a culpa disso tudo, não é de Deus. A responsabilidade é do governo, junto com os tubarão apoiados pela polícia. Tem também uma parte nossa, dos fracos que ainda precisamos aumentar a nossa união para romper com essa situação. Para estas doenças, lembremos que existe uma vacina: é a união de todos os fracos. Para o problema da terra vimos que essa união pode ser representada pelo Sindicato verdadeiro.

Alvorada agos.78

Alvorada jul./agos78

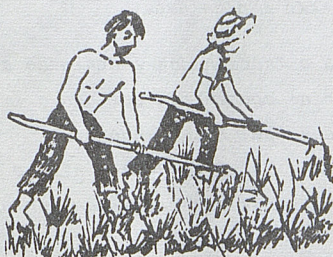
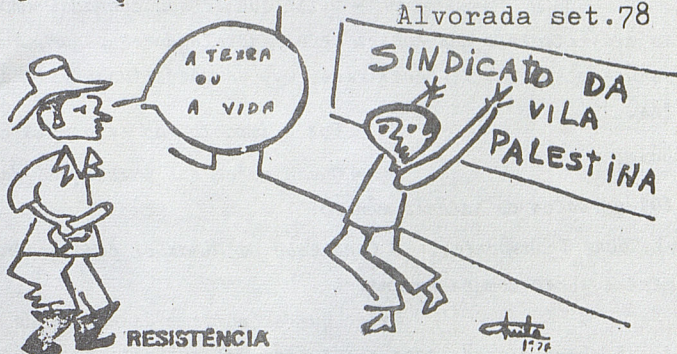
## EM SANTA TEREZINHA, O POVO QUER FORMAR O SINDICATO RURAL

No dia 28 de maio foi realizada uma reunião de trabalhadores rurais em Santa Terezinha, com a presença do tesoureiro do Sindicato de Barreira do Campo-Pará, que veio até nossa cidade ajudar os companheiros daqui que estão labutando pela formação do Sindicato.

## ESTÁ FUNDADO O SINDICATO DO MUNICÍPIO DE LUCIARA, COM SEDE EM SANTA TEREZINHA

Domingo, dia 20 de agosto foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Santa Terezinha. A reunião contou com a presença de 130 trabalhadores.

Alvorada set.78



## O POVO DE ANTÔNIO ROSA, UNIDO PRA RESOLVER SEUS PROBLEMAS.

Dia 18 de junho, o povo do Antônio Rosa fez outra reunião pra continuar discutindo como resolver seus problemas. O que saiu na reunião:

### O Mutirão

Tamos fazendo mutirão de derrubada das roças. Os companheiros se juntam e trabalham um, dois dias, quantos precisar na roça de outro companheiro. Trabalhando junto, o serviço rende e a gente fica mais animado.

### Rocha da Cooperativa

Os companheiros do Antônio Rosa, vamos botar uma roça, todo mundo junto. O que apurar nessa roça vai ser para começar uma pequena cooperativa. A cooperativa vai servir pra todos nós pois desse jeito, nós mesmos compramos as coisas, sai mais barato e não vai ter nenhum comerciante enricando às nossas custas.

### A Sociedade do Motor

Aqui no Antônio Rosa é muito difícil transporte. No tempo da enchente, a gente fica ilhado, sem ter como sair. Pra levar o que a gente produz pra vender em Santa Terezinha ou noutro lugar, é uma grande dificuldade. Quando tem um doente, a gente passa grande apertado, esperando condução na beira do rio, pra tirar o doente. Por conta disso tudo, vamos formar uma sociedade pra comprar um motor. Vai servir a todos os sócios e os moradores.

Pensamos tudo isso e vamos conseguir, pois sabemos que nossos problemas, nós é que temos que enfrentar. E tem de ser todos juntos.

Alvorada jul./agos.78





# 1º Congresso dos lavradores

(CB)

Aconteceu nos dias 09 de abril até 25 de maio deste ano. Contou com 193 participantes. Veio gente de Mirassol, Balsamo, Neves Paulista, Jaci e Mirassolândia.

Aqui vai um resumo das coisas mais importantes que estes companheiros decidiram:

## a) Sobre condições de trabalho:

1º - Eles pedem que seja proibida a ordenha de gado feita a céu aberto e sem proteção para a saúde do trabalhador.

2º - Exigem que os empregadores sejam obrigados a fornecer o equipamento para garantir que o lavrador não adoça com o uso destes venenos e inseticidas que são usados no campo.

## b) Condições de vida para o trabalhador rural que já mora na cidade:

- Pedem que as prefeituras e o BNH criem conjuntos de casas populares que o trabalhador rural possa comprar.

- Dizem que se são cobrados impostos para água, saneamento e ajeitamento das ruas e se os trabalhadores pagam, que ao menos eles possam se servir mesmo destes benefícios. Que as prefeituras estendam estes bens às casas de les.

- Que o imposto não seja mais caro do que 1% do salário base.

- Que o valor das prestações das casas não vá além de 20% do valor do salário mínimo.

c) Sobre Transportes: O Congresso de Mirassol pede que não se transportem ferramentas junto com os homens.

Exige que se cumpram as normas do Código Nacional de Trânsito. E chama atenção para a situação das mulheres trabalhadoras e das crianças que as acompanham. Que elas sejam tratadas com respeito e dignidade.

d) Sobre o Trabalho: Acontece que muitas vezes o trabalhador é obrigado a assinar recibo de pagamento em branco e se fazem certas aparências que dão a impressão que o trabalhador está ganhando um salário justo e bom. E sai enganado.

1º - Os companheiros de Mirassol pedem que o recibo de pagamento seja padronizado para todo o Brasil e só valha se uma via ficar com o trabalhador.

2º - Que os trabalhadores rurais tenham direito a salário família.

e) Contratos agrários: 1º - Os trabalhadores rurais pedem que o prazo mínimo para os contratos de parceria do café sejam por lei de seis anos.

2º - E como nestes contratos muitas vezes o parceiro fica no fim com menos do que um salário mínimo é preciso que o proprietário só possa participar com o máximo de 50% de participação na produção.

Os companheiros neste Congresso pedem ainda maior justiça no que diz respeito à regularização da documentação do trabalhador rural que é autônomo e denunciaram que, até em São Paulo, dito como estado desenvolvido, são péssimas as condições das casas onde moram os trabalhadores do campo. Lamertam e reclamam que quinze anos depois de existir no Brasil o Estatuto do Trabalhador Rural muitos patrões ainda não estão cumprindo a lei. E pior. Quando um lavrador reclama, é logo despedido.

- A necessidade de melhorar as possibilidades de educação para os filhos dos trabalhadores rurais.

- O problema da Previdência Social, que ainda é muito difícil para o homem do campo.

E tocaram na questão da Reforma Agrária, coisa por demais necessária e prevista no Estatuto da Terra.

Enquanto não se fizer uma reforma agrária justa e corajosa, a situação do trabalhador rural será sempre difícil.

Comissão Pastoral da Terra jul./agos./1978

Alvorada set.78

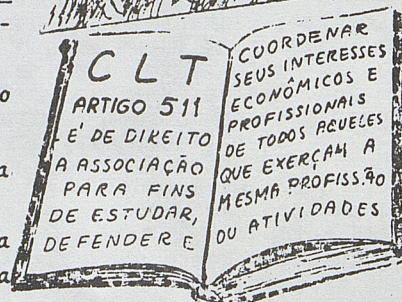
## OS DIREITOS DOS POSSEIROS

(Trechos)

O posseiro perseguido, de fazer roça, proibido, com a posse invadida, ou ameaçado de saída não deve ser conformado. Defender-se por lei, se pode. Se for preciso e depende, mesmo da força usando.

Continuando na perseguição, com ameaças ou intimidação, e terminando com a expulsão. O lavrador, logo agindo, com sua força procurar, no prazo de um ano, querendo pra sua terra retornar, e o direito retomar.

O direito tem, no roçado que ocupa, permanecer, como também de não ser por ninguém apearado. Nem por gerente e delegado, ou de outro que do lavrador, quer ser um explorador...



### SOBRE O SINDICATO...

Sobre o sindicato: "A antiga diretoria saiu do sindicato porque os agricultores notaram que ela era composta não por lavradores, mas sim pelo escrívão de polícia (Joaquim Sales), o vereador (Francisco dos Santos), barbeiro e outras profissões que nada tinham a ver com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Apresentados como agricultores, eles não se interessavam pelos nossos problemas. Exigimos a prestação de contas - que provou estar havendo roubo na mão no sindicato. Eles não conseguiram dar nenhuma explicação, então aconteceu a intervenção da FETAGRI. Nesta altura já estava formada uma chapa de oposição (eles queriam continuar lá), que venceu com uma grande maioria de votos.

Sobre o Furrurrl: "Ficamos intrigados. O agricultor não está orientado e acha que ele vai resolver tudo, e não é nada disso".

Resistencia agos.78



JORNAL  
RESISTENCIA  
( PARA )  
AGOSTO - 78

Nós somos agricultores  
Sempre de enxada na mão  
Oh que vida tão cansada  
Parecendo escravidão

### Hino do agricultor

Trabalhar pro fazendeiro  
nem dá para ganhar o pão  
sem direito e sem justiça  
contínua a escravidão

Agricultores, com isso  
Muito cuidado  
Ve se vocês se reúne  
Porque estão muito isolados



Pra legalizar a terra  
vejam só que confusão,  
só quem tem muito dinheiro  
ou então um pistolão

Esta terra já não dá  
já não tem mais condição  
o que fazer de nossas vidas,  
se não tem mais produção?

Mas o agricultor é forte  
sua fé não falta  
nós tem esperança  
que um dia vai mudar a situação.

Apelar pro sindicato  
parece a solução  
mas o que vamos fazer  
se não temos união

Letra e música de agricultores  
de Vista Alegre.

#### DIA DO LAVRADOR

#### ALVORADA

JULHO-AGOS. 78

#### RESISTÊNCIA BELEM - PARA N. 5

Em Curuçá, 1300 trabalhadores rurais comemoraram o seu dia

pedindo liberdade e união para a luta em busca de dias melhores

No dia 25 de julho comemoramos o dia do lavrador brasileiro; dia dos trabalhadores que são esquecidos da proteção e lembrados na opressão e perseguição. O resultado desta opressão são as injustiças em que vivem os lavradores:

- Falta de terra no Brasil: somos 11 milhões de famílias sem terra.

- Falta de assistência e orientação técnica por parte do Estado.

- Falta de estrada;

- Preço baixo nos produtos.

- Falta de escolas e de assistência à saúde.

- Dificuldade de organizar um Sindicato verdadeiro e livre.

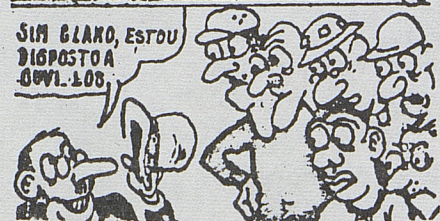
Sentindo esta realidade, sabemos que os trabalhadores da roça, quando se unem e se organizam, podem acabar com essas injustiças.

Nós trabalhadores precisamos conhecer as nossas necessidades os nossos direitos e a nossa força. Assim poderemos conquistar o nosso valor de esteio da nação.

POVO DECIDIDO E ORGANIZADO  
CONSEGUE O QUE PRECISA.



SIM GLAHO, ESTOU  
DISPOSTO A  
OUBR-LOS.



## A festa dos lavradores

Reunidos em Mocajubinha, Curuçá no último dia 30 de julho, pelo menos 1.300 pessoas, entre lavradores e suas famílias, comemoraram ativamente o Dia do Trabalhador Rural. Eles vieram de vários municípios do interior, como Santo Antonio do Tauá, Nova Timboteua e outras cidades das regiões do Salgado e Bregantina, o encontro foi dos mais sérios e bem organizados e todas as localidades participantes discutiram intensamente a sua realização com três meses de antecedência. Logo, cedo, à chegada das primeiras delegações, começou o trabalho, com a colocação de cartazes e faixas que traziam os seguintes dizeres: "Os agricultores de Curuçá pedem a união da classe em busca de dias melhores"; "Liberdade é o grito de amor e lutaremos contra toda a opressão"; "Queremos liberdade de organização e expressão aos

trabalhadores rurais e demais setores oprimidos".

Como sempre, o encontro sofreu alguns boicotes. As delegações de Tauá e Timboteua foram bastante prejudicadas. A primeira, porque dos quatro caminhões contratados para levar o pessoal, três não compareceram, "misteriosamente". A segunda, porque a Polícia Rodoviária resolveu empacar os caminhões, exigindo o pagamento de 600 cruzeiros por cada um que deixassem passar. O dinheiro só deu para pagar uma multa, e muitos trabalhadores tiveram que voltar, sem poder participar da festa.

Ao som de carinhões e hinos (dos quais um de maior expressão era o "Hino do Agricultor" todo mundo animou-se bastante. De cima de um palanque improvisado falava-se sobre a situação do trabalhador rural, o sentido do encontro e, com exemplos tirados das

diversas comunidades, tratou-se do tema "como resistir".

No quadro "A Situação", falou-se sobre o problema principal da região, a terra, principalmente em relação aos posseiros, e também sobre o custo de vida. No quadro "Como Resistir", os trabalhadores deram exemplos práticos de defender-se mutuamente, principalmente quanto à exploração do intermediário. Falaram também dos campos experimentais, feitos por eles próprios, para estudar técnicas que depois serão aplicadas no cultivo. Entre os exemplos de "como resistir", um contado pelos agricultores de Curuçá: eles montaram uma feira-livre com seus produtos, sem entregá-los ao intermediário. Com isso conseguiram melhores arrecadações por saca, mesmo vendendo para o consumidor abaixo do vendido pelo comerciante.

#### "INVASORES" CONSEGUEM TERRENO

A maior parte deles são bôias-frias, nos arredores de Itaberaí, Goiás.

Não tendo onde morar, por falta de recursos, ocuparam, há mais tempo, um terreno abandonado, sem proprietário.

Ultimamente, um fazendeiro apresentou-se como "dono" destes terrenos. Quis expulsar os "invasores". Dizia: "os pobres enfeiam minha fazenda".

O povo uniu-se para defender seu direito e sua precisão.

Organizados em mutirão para construir mais um barraco para um companheiro, viram aumentar as ameaças.

O barraco foi quase todo derrubado pelo fazendeiro e o terreno cercado.

Os moradores do "Catarrão", porém, não recuaram. Fizeram novo mutirão, exigindo apoio e cobertura das autoridades locais e da população.

Resultado: O barraco foi construído e o Prefeito terminou garantindo um lote para cada morador.



## AVANÇAM AS LUTAS NO CAMPO

A partir do CB-19 temos procurado identificar alguns problemas relevantes criados pela política agrária da ditadura que - baseada no crescimento da agro-indústria e na necessidade de aproveitamento do mercado externo - provoca violentos conflitos de terra, pela expulsão do trabalhador rural de sua cultura, no afã de realização dos projetos de fortalecimento do capital no campo. Os diferentes pronunciamentos de Figueiredo confirmam a atual política agrária, enfatizando a importância de intensificar a produção para exportação. Entretanto, os que sofrem as consequências dessa política levantam-se, cada vez mais numerosos, para denunciá-la e enfrentá-la, numa luta de resistência que revela importantes avanços na organização dos trabalhadores agrícolas. Ao mesmo tempo, diferentes setores da sociedade se solidarizam e se mobilizam para apoiar as lutas no campo.

Recentemente, os estudantes de Engenharia Agrônômica, reunidos em seu XXI Congresso declararam que "diante da situação em que se encontram os trabalhadores rurais brasileiros em todo o país, denunciada e criticada pela imprensa e por todos os setores combativos da sociedade", repudiam "todo o sistema imposto desde 1964, cujas propostas não correspondem em nada aos anseios da população em geral e especificamente à classe dos trabalhadores rurais".

O documento que apresentam contem dados referentes aos mais diferentes pontos do país, mostrando os efeitos nocivos da política agrária em nome da "colonização e Reforma Agrária" - que tem "marginalizado a maioria dos trabalhadores e suas famílias, que vivem em condições escravas em perímetros irrigados, expulsos pelas multinacionais (ajudadas pela polícia) das terras devolutas e em combinação com a corrupção nos cartórios, nos judiciários e entre os políticos". Apoiam a luta dos trabalhadores rurais pela terra, contra as expulsões, contra a exploração, contra os sindicatos atrelados, pela liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores rurais e classes oprimidas.

Estas como outras manifestações de solidariedade com os trabalhadores rurais correspondem à mobilização desses últimos, diretamente atingidos pela política agrária da ditadura. Com efeito, um amplo movimento de trabalhadores rurais vem se configurando e assumindo formas avançadas de luta. Não são mais simples explosões, na defesa contra invasões - os trabalhadores partem em busca de terras livres, buscam soluções para sua situação de opressão, se reúnem, chamam para o apoio às suas lutas, discutem, se organizam.

Hoje, as lutas no campo assumem amplitude nacional e contam com repercussões pela imprensa, CPI, setores da Igreja e movimentos populares.

### LUTAS NO LITORAL PAULISTA

A construção da estrada Rio-Santos provocou verdadeiros massacres em vilarejos de pescadores da região de Trindade, Parati. As indenizações à serem pagas aos pescadores foram substituídas por uma feroz repressão. As reações foram várias e até mesmo diferentes categorias profissionais convocadas pelo IAB (Instituto dos Arquitetos Brasileiros) levaram a reuniões públicas a discussões desses acontecimentos, contribuindo para ampliar as denúncias das arbitrariedades e crimes cometidos pela ditadura, sempre em nome de sua política de "modernização".

Sendo uma frente importante de luta, essas denúncias devem ser multiplicadas, assim como devem ser divulgadas amplamente as lutas dos trabalhadores agrícolas.

- Em Peruibe, o problema de remoção ilegal de posseiros motivou a formação de uma sociedade que tem como objetivo "defender os direitos dos posseiros à terra" (ESP- 25/7/78)

- No Guarujá, Perequê, posseiros fizeram passeata e derrubaram cercas, exigindo contra a invasão de suas terras (CB 23- pg.5).

- Em Itanhaém, 1.200 trabalhadores pararam o trabalho nos bananais, exigindo pagamento de salário atrasado. A greve foi vitoriosa. É a primeira gre



ve no campo, depois de 14 anos de ditadura. Ela se dá numa região onde o número de assalariados agrícolas é considerável: 68,8% (permanentes e temporários) <sup>1</sup>. Vitoriosa a greve, os trabalhadores se preparam para lutar por um reajuste salarial de 60% (o que concerne cerca de 2 milhões de trabalhadores rurais de S.P.), ameaçando com nova greve, caso a reivindicação salarial não seja atendida. Também formulam outras 21 reivindicações que integram o memorandum apresentado pelos trabalhadores em luta (CB 23 - pg.6).

O crescimento da grande propriedade agrícola capitalista **acarretou** uma importante modificação nas relações de trabalho no campo, intensificando o assalariamento, que em algumas culturas já é a forma predominante de exploração da força de trabalho.

#### TRABALHADORES AGRÍCOLAS SE ORGANIZAM

Em outras regiões, além do litoral paulista e especialmente no Norte e Oeste do país, surgem grupos de trabalhadores para a resolução em comum de seus problemas, os mais variados: derrubada de roça, compra de motor, cooperativa. Diversas organizações de base, ao se formarem, afirmam a importância da união dos trabalhadores para solucionarem seus problemas (CB 23-pg.7). Elas buscam também difundir suas experiências, o que estimula um movimento de maior solidariedade (cartas de apoio, versos, dinheiro), de intercâmbio, de discussões em conjunto de problemas que envolvem várias comunidades vizinhas; neste sentido é ilustrativa a notícia da Assembléia realizada na prelazia de São Félix (CB 23 - pg.7).

Também foi realizado neste período o Primeiro Congresso de Lavradores, em S.P., do qual publicamos (pg.8) as principais resoluções. e a reunião da Comissão Pastoral da Terra.

As mobilizações em todo o país, os progressos na organização dos trabalhadores agrícolas e a realização de um Congresso de Lavradores revelam uma mudança qualitativa das lutas no campo. Uma das expressões dessa mudança é a atividade sindical; a necessidade de um sindicato rural que seja representativo e combativo na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais vem se impondo nas discussões de grupos e associações hoje existentes no campo.

A forma de constituição de um sindicato rural hoje é significativa: há casa em que a formação do sindicato é precedida de debates sobre seu papel, sua história, aspectos práticos de sua fundação.

#### REAÇÕES DA DITADURA À ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

Através do INCRA (Instrução Especial número 14/78, que deve entrar em vigor a partir do próximo ano), a ditadura pretende diminuir o tamanho do módulo rural (de 25 a 30 hectares para 15 a 20 hectares), de forma a que o lavrador que tenha um módulo ou mais seja considerado "empregador". Nesse caso, seria grande o número de pequenos proprietários que deveriam passar para o Sindicato rural (sindicato dos patrões), enfraquecendo o Sindicato dos Trabalhadores.

A ACONTAG, pelo seu conselho de representantes, reivindica:

1- Que seja revogada (que fique sem valor) a Tabela de módulos da Instrução Especial número 14/78 do INCRA.

2- Que seja mudado o Decreto-Lei número 1.166 de 1971, para que seja considerado "trabalhador rural" todo aquele que tenha terra com tamanho igual a até um módulo rural.

3- Que os proprietários com terra entre um e três módulos, que tenham arrendatários, parceiros ou empregados, possam escolher, livremente, entre estar no Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou no Sindicato dos Empregados.

<sup>1</sup> - Limite máximo de mão de obra ocupada em S.P. Graziano da Silva e outros. "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência Agricultura Brasileira". Botucatu, 1977 (ABRA).



4- Que todo trabalhador rural tenha igual direito ao Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e não seja confundido com os "empregadores".

5- Que o filho do pequeno proprietário, ao completar 18 anos, seja considerado "trabalhador rural" e não "empregado" do pai (como está querendo o Ministério da Previdência e Assistência Social), mesmo continuando na mesma propriedade. (Texto publicado pela Comissão Pastoral da Terra - Boletim de julho/agosto 1978).

#### MOBILIZAÇÃO POPULAR -CIDADE/CAMPO

Embora não seja ainda uma característica de todo o movimento, em determinadas regiões já vem sendo exprimida a necessidade de ligação das lutas no campo com as lutas dos operários urbanos e demais setores populares. Na festa dos trabalhadores rurais, no Pará, uma das faixas continha a palavra de ordem de "Liberdade de Expressão e Organização aos Trabalhadores Rurais e de mais Setores Oprimidos".

Outro exemplo dessa compreensão da ligação necessária entre as lutas da cidade e do campo é a análise contida no Boletim do MCV (CB 22- pg.27) que mostra como a inflação e o aumento do custo de vida tem em sua origem a política agrária onde "exportar é o que importa", fazendo com que desapareçam dos mercados os produtos básicos como cebola, feijão e outros.

As lutas no campo já não são percebidas como explosões isoladas, sem maiores repercussões. A tendência à organização dos trabalhadores rurais e o avanço em suas formas de luta indicam uma resistência ativa contra a atual política agrária e uma integração das lutas dos trabalhadores rurais ao movimento de oposição democrático e popular, na luta pelas liberdades democráticas, pelo fim da ditadura.

(CB)

EM TEMPO

### O movimento contra a carestia em São Paulo parte para novas formas de organização, que possibilitem ampliação e conquista de novas adesões.

O Movimento do Custo de Vida, em São Paulo, realizará dia 29 assembleias setoriais de protesto pelo não atendimento por parte do governo de suas reivindicações: congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores e aumento de salários acima do aumento do custo de vida.

Esta decisão foi tomada na reunião ampliada da coordenação com participação de representantes de 23 regiões de São Paulo, no dia 30 de setembro, último dia do prazo dado ao governo para responder ao abaixo-assinado com quase um milhão e trezentas mil assinaturas reivindicando congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, abono salarial de 20% imediato e sem desconto e aumento dos salários acima do aumento do custo de vida.

Serão realizadas cinco assembleias (ABC, Zona Leste, Zona Sul, Zona Oeste e Campinas-Valinhos), em locais abertos na medida do possível, todas às 16 h. A coordenação entende que a organização setorial possibilitará a ampliação do movimento e a conquista de novas adesões, como as de entidades e setores específicos de cada região.

Como base para as discussões regionais, para ampla divulgação, foi feita uma síntese da avaliação dos resultados do Movimento do Custo de Vida até o momento. Como pontos negativos, em particular do ato realizado em 27 de agosto na Igreja da Sé, a coordenação ressaltou: "a participação de grupos de pessoas que quiserem se aproveitar de nosso movimento; o procedimento das autoridades que além de não comparecerem, proibiram o ato na

praça e reprimiram o movimento de diversas formas; o papel da imprensa que destacou a repressão e não a manifestação, que consideramos vitória do movimento; como consequência da atuação dos órgãos de repressão, um medo generalizado de setores da população"; entre outras críticas à organização do ato da Sé. Como aspectos positivos, foram estes os principais: "o desmascaramento, na prática, de quem são as autoridades do Estado e do País; a união e a coragem dos participantes do MCV; o grande número de assinaturas; a combatividade e o crescimento do movimento, como propiciou a experiência nova que foram os mutirões de rua para coleta de assinaturas; a presença de representantes de outros Estados no Ato da Sé; o crescimento de consciência".

A grande discussão presente na coordenação do MCV foi: tendo em vista os saldos, como continuar? De fato, se o abaixo-assinado foi um importante instrumento de aglutinação, de colocar o movimento nas ruas, e agora esta fase está encerrada, trata-se de buscar outros instrumentos que consigam aprofundar as reivindicações, incorporar novas bandeiras diretamente vinculadas à questão do custo de vida, ampliar a participação. Portanto, as assembleias regionais podem significar este passo - combinação de um protesto, com a capitalização em termos de consciência diante da ação do governo em não comparecer ao Ato da Sé, ao não receber a comissão do movimento em Brasília e ao responder as reivindicações afirmando que o movimento é "desonesto" e sua solidificação e ampliação. Nesta medida, a

preparação das assembleias regionais ganham uma nova dimensão. Com este fim algumas propostas foram aprovadas como:

- \* organização de um dia de estudo, por bairro ou região, visando aprofundar e compreender cada uma das reivindicações, elaborando documentos contendo informações sobre o funcionamento da economia brasileira, o que é a inflação, como se calcula o salário mínimo, a questão da dívida externa brasileira, a produção agrícola e o trabalho assalariado no campo, etc. Neste sentido poderão ser realizadas conferências com participação de professores, economistas, etc;

- \* a realização de atividades informativas, aglutinadoras e que contribuam para angariar fundos para o movimento, como palestras, filmes, shows, teatros, etc.

- \* confecção de faixas e cartazes com as bandeiras do movimento para serem afixados nas casas, pela cidade;

- \* organização de um material que explique a unidade entre o movimento do custo de vida e a campanha salarial, discutindo de casa em casa;

- \* a realização de um mutirão no centro de São Paulo, distribuindo amplamente a convocação para a assembleia do dia 29 junto com uma rápida pesquisa sobre o que a população está pensando da resposta do governo ao movimento. Esta mesma pesquisa será feita nos principais centros das regiões onde se darão as assembleias. Estes mutirões serão um meio de divulgar as assembleias, dar continuidade aos processos de contato com a população e agitar a questão do custo de vida.

9 A 15/10-78



# SINDICATOS CONTRA REFORMAS

JORNAL DO  
BRASIL

Dirigentes de 33 sindicatos de trabalhadores de vários Estados e categorias identificados com o novo sindicalismo, reunidos ontem no Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro, aprovaram um documento que firma posição quanto aos projetos de reforma política em tramitação no Congresso Nacional.

O documento, que será levado ao Congresso pelo maior número possível de trabalhadores no próximo dia 11, condena o projeto do Governo por "não ter sensibilizado ninguém e ter provocado apenas desencantos e frustrações", mas apóia "emendas, embora poucas, que atendem parte das necessidades dos trabalhadores".

## Contra as reformas

Em nome dos dirigentes presentes, o presidente do Sindicato de Petróleo de Santos, Sr Pedro Gomes Sampaio, esclareceu que "não aprovamos as reformas que estão em tramitação no Congresso, com ou sem as emendas que melhoram as condições dos trabalhadores. Mas ao darmos apoio a certas emendas estamos adotando uma posição de, a curto prazo, pugnar por um espaço político maior para os trabalhadores".

O preâmbulo do documento diz que "os trabalhadores aspiram a uma Constituição que realmente reflita seus anseios de desenvolvimento e definitiva integração nos destinos da nação. É necessário, porém, que a lei maior que deverá reger todos os brasileiros seja amplamente discutida, livremente votada e conte com os subsídios de todas as camadas da população". Diz que "na presente realidade, quando o Poder Executivo empenha-se em mais uma vez emen-

dar a Constituição, não querem os sindicatos omitir-se e só por isso apóiam emendas apresentadas que se prestam a atenuar a situação política vigente. Porém, deixam expresso que também os trabalhadores sentem-se frustrados e desencantados mesmo porque a reforma objetivada os mantém marginalizados do processo desenvolvimentista e vigorantes os princípios que impedem o exercício pleno da democracia". Após listar as emendas que merecem apoio, o documento conclui dizendo que "o povo brasileiro já atingiu a maturidade suficiente para merecer uma Carta definitiva e que reflita a realidade de nossos tempos. Dessa forma, proclamamos que apenas a convocação de uma Constituinte eleita pelo voto popular, com poderes bastantes para discutir e votar livremente, poderá legitimar uma Constituição. É isso que almejamos. E este ideal é insuperável".

## Emendas apoiadas

O documento refere-se a emendas ao projeto oficial e itens da emenda do MDB que os dirigentes sindicais decidiram apoiar. Na emenda do MDB mereceu especial destaque o item que garante o direito de greve e restitui a autonomia sindical. O direito de greve porque "eleva o empregado ao nível do empregador possibilitando-lhe obter melhores condições de trabalho e um salário justo". E a autonomia porque "o sindicato é a expressão natural da organização dos trabalhadores e deve ser livre e vedada qualquer interferência do Poder Executivo em sua atuação". Diz que as organizações sindicais não poderão sofrer inter-

venção nem ser dissolvidas senão em virtude de decisão judicial. O documento apóia também a revogação da obrigatoriedade do voto em eleições sindicais e o fim da imposição da contribuição sindical.

Em relação à anistia, o documento apóia a emenda do MDB e o item quarto do emenda do projeto Portella. Diz, que "a concessão de anistia a quantos foram atingidos pelos Atos Institucionais, a partir de 31 de março de 1964, traduz um anseio geral, um reclamo que une todos os cidadãos. Ela "representa não um perdão, mas forma de reencontro de um povo com seu próprio destino... Sua concessão não deve ficar restrita à vontade do Presidente da República. Instituto manifestamente político, sua aplicação há que ser transferida para o Congresso Nacional".

Quanto à reforma partidária, o documento apóia a emenda ao projeto governista, afirmando que as minorias também têm direito à representação e que não subsiste o sistema que divide a população em dois Partidos antagônicos, criados por uma só vontade, já dispostos como representativos da situação e oposição. Afirma que "estabelecer que não terá direito à representação o Partido que obtiver votações inferiores a determinados limites importa em tolher a livre manifestação popular, consagrando-se, mais uma vez, o artificialismo político". Na emenda do MDB, foi apoiada "a representação extrapartidária nas Camaras Municipais, capaz de ensejar o surgimento de lideranças ainda alheias aos Partidos políticos". 3/9/78

## Protesto dos sindicalistas

Os dirigentes sindicais que se reuniram ontem no Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro para aprovar o documento sobre os projetos de reforma política, elaboraram um manifesto "aos trabalhadores" repudiando a tentativa do Ministério do Trabalho de impedir a realização do encontro.

O Delegado Regional do Trabalho, Sr Luis Carlos de Brito, anteontem, manteve reuniões em separado com os presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Derivados de Petróleo, Energia Elétrica e Rodoviários do Rio para persuadí-los da "inconveniência" da realização do encontro. Alegou que a reunião poderia ser aproveitada por oportunistas e que a reunião se realizaria na Semana da Pátria.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, Sr Oswaldo Pimentel acatou a sugestão do delegado e cancelou a realização do encontro na sede do seu sindicato, como originalmente estava previsto. Durante a reunião justificou que a sua diretoria ainda enfrenta problemas pendentes da época das eleições, quando cinco candidatos chegaram a ser impugnados. Disse também que herdou do seu antecessor uma dívida de Cr\$ 6 milhões que está financiada pelo Governo.

Apesar da insistência do delegado do Trabalho contra a realização da reunião — o Sr Luis Carlos de Brito chegou a afirmar que o Ministério do Tra-

balho tinha carta branca para impedir-la — os sindicalistas decidiram manter o encontro, na sede do Sindicato dos Rodoviários do Rio. A proposta do manifesto foi apresentada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Sr Luis Inácio da Silva, Lula.

O manifesto "reafirma a posição de intransigente defesa de democracia, liberdade e autonomia sindical, direito de greve e negociação direta com os empregadores, nos termos dos pronunciamentos da maioria dos sindicatos operários de todo o país, seja em congressos de categorias profissionais, seja em reuniões de dirigentes sindicais ou assembleias-gerais das respectivas classes". Diz que "a verdadeira democracia somente será instaurada no Brasil quando todo povo brasileiro puder se organizar livremente, em sindicatos, partidos políticos e quaisquer agremiações que lutem pela democratização da economia". Repudia o atual regime em que "pequenas minorias controlam todo o processo decisório". "Por isso", acrescenta, "reafirmamos nossa independência diante do quadro artificial da política nacional, uma vez que fomos aliçados do processo eleitoral, além de sofrermos restrições ao nosso legítimo direito de reivindicar".

O manifesto "estranha" declaração do Ministro do Trabalho que "insinua que o atual encontro significa uma ten-

tativa de formação de entidade que o atual sistema não permite". Acrescenta que "estamos promovendo reuniões de acordo com o que prescreve a Constituição Federal".

O manifesto também "reafirma a inabalável fé democrática e o propósito de realizar reuniões, do mesmo modo das que são realizadas por representantes das classes empresariais, sem que contra elas se levante a voz do Ministério do Trabalho ou dos senhores Delegados do Trabalho".

O manifesto termina resumindo as principais posições do grupo de dirigentes sindicais. Hipoteca "irrestrita solidariedade aos movimentos grevistas dos companheiros metalúrgicos de João Monlevade, bancários, professores e médicos paulistas e a todos os movimentos reivindicatórios que, tendo por base o exemplo os companheiros do ABC paulista, estão escrevendo uma página de altivez, coragem e dignidade, o que, em síntese, significa a carta de alforria do nosso povo".

## Concentração proibida

O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, admitiu um endurecimento do governo federal com relação a "movimentos intersindicais de cunho ideológico", ao comentar sua mais recente portaria, que proíbe, na prática, a concentração que diri-



gentes sindicais de trabalhadores pretendem fazer a partir de amanhã, no Congresso Nacional, para defender a rejeição do projeto governamental de reformas políticas. "O espírito da portaria — e isso é bom que todos entendam — é que uma minoria atuante não deverá pôr em risco o processo de abertura política a que se propõe o presidente Geisel."

Diversas vezes o ministro do Trabalho declarou que reu-

niões intersindicais, de categorias diferentes, tendem à formação de uma CGT. "fato que não será tolerado pelo governo, devido à sua ilegalidade". A participação política dos trabalhadores e de seus dirigentes sindicais deve ser feita por meio dos partidos, "que necessitam preparar-se para tal fim". Quanto à eventual concentração de dirigentes sindicais em Brasília, Prieto disse: "Vamos ver; a advertência está aí". 10-9-78

APRENSÕES DESFEITAS — De qualquer modo, a seqüência dos fatos tranquilizou os setores oficiais. Assim, na segunda-feira passada, depois de anunciar a existência de "um embrião do CGT" em São Paulo, Prieto contornou sua declaração e prometeu "não agir precipitadamente". Para essa nova posição, tornou-se decisivo o discreto comportamento dos sindicalistas — que eram na verdade dezesseis. Na sua peregrinação pelo Congresso, eles foram recebidos pelos notáveis da Arena e do MDB e o nível dos diálogos esteve quase sempre aceitável. VEJA

20 DE SETEMBRO

As idéias dos novos líderes sindicais

FOLHA DE S. PAULO

# frente popular eleitoral

João Carlos Araújo Santos,

secretário do Sindicato dos Petroquímicos de Duque de Caxias

João Carlos está convencido de que o núcleo de um futuro partido dos trabalhadores está nas frentes populares eleitorais que vão se articulando no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e São Paulo: a seleção de candidatos pelos trabalhadores, com base em rigorosas plataformas eleitorais que serão cobradas dos candidatos eleitos com regularidade.

## "Acho que não é necessário fazer alianças"

— Este é o momento para a criação de um partido do trabalhador no Brasil, ou ainda é o momento de uma aliança do trabalhador com os políticos tradicionais que estão aí?

João Carlos: "Acho que não é necessário fazer alianças, devemos é utilizar essas correntes sem comprometimento e, independente dessa utilização, devemos organizar realmente o trabalhador, criar uma frente eleitoral, que eu defendo aqui no Rio, muito embora saiba que o Parlamento não vai resolver nada. O exemplo de que o Parlamento não resolve está na viagem de alguns dirigentes sindicais a Brasília. Eles foram achando que iria resolver e não aconteceu nada."

"Também não podemos cruzar os braços. Estamos tentando criar uma organização suficiente para a gente ter uma alternativa, formada por candidatos populares, para depois partir para um partido. Eu vejo que no momento não seria oportuno retirar nossos líderes dos sindicatos para concorrerem ao Parlamento. Isso enfraqueceria o movimento sindical; é preferível que os líderes continuem nas entidades de classe, onde são mais úteis. Os exemplos estão aí mesmo: o Sílvio Lessa, que era dirigente do sindicato dos bancários, agora é deputado estadual; o Rui Brito, que agora é deputado federal, e outros."

"Dirigente sindical sair candidato é o mesmo que dar ao Parlamento uma representatividade artificial, que ele

não tem. A nossa alternativa, porém, não pode ser o voto nulo. A nossa alternativa é a frente eleitoral, que pode ter como espinha dorsal esse novo sindicalismo aí. Não significa que seremos nós os articuladores desse partido do trabalhador, porque há gente na base que é muito boa mesmo e que ainda não teve oportunidade de aparecer."

— A candidatura do general João Batista Figueiredo pela Arena, ou a candidatura do general Euler Bentes Monteiro pelo MDB, criam alguma esperança para a classe trabalhadora?

João Carlos: "O general Figueiredo representa o continuismo do que a gente está vendo aí, uma reforma política que não é reforma, mas que apenas tenta dar alguma sustentação a esse regime. E as bases estão se afastando desse regime por tudo que ele representa. A própria burguesia está se dividindo. Mas, com as reformas, o general Figueiredo tenta atrair esses setores que estão se afastando do regime, os Bardellas, os Villares. Mas não atingiu inteiramente o seu objetivo porque o abismo vai se abrindo, o povo, os trabalhadores, não aceitam mais o autoritarismo. Quanto ao general Euler, ele oferece alguma coisa nova, para conservar o essencial. Mudaria apenas a forma de dominação. Não quero dizer que com qualquer deles o povo teria garantidas as liberdades democráticas. Como os trabalhadores não estão em condições de criar a sua própria alternativa, me parece que a segunda alternativa, a candidatura Euler, é a saída para que o trabalhador possa conseguir o seu espaço político, e fazer fluir as suas reivindicações. Isso não significa nenhuma aliança dos trabalhadores com o general Euler; apenas, a gente nota as concordâncias com os nossos interesses."

—Que opinião você tem sobre as reformas do Governo Geisel?

João Carlos: "Não atenderam em nada às reivindicações dos trabalhadores, como não atenderam às reivindicações do povo em geral. Não atraíram os setores da burguesia que se afastaram do regime, e já chegam bastante atrasadas. O que nos atrairia

são outras reformas: liberdades democráticas, liberdade de expressão, anistia ampla, geral e irrestrita, Assembléia Nacional Constituinte. O que queremos não é a transformação do Congresso a ser eleito em 15 de novembro na Assembléia Nacional Constituinte, porque os constituintes, na base de ditadura, vão garantir o quê? Não tem sentido. O que atrairia o trabalhador é a facilidade para que ele possa se organizar rapidamente, para que ele possa ter representatividade. Sem liberdade, como fazer isso? O Ulisses Guimarães chegou a propor a volta à Constituição de 1967, quando ele sabe que a Constituição de 1946 é muito mais liberal e também não servia aos trabalhadores. Quer dizer, atitudes como essa são vergonhosas".

— O que separa os trabalhadores do Governo no Brasil?

João Carlos: "A meu ver, o próprio caráter antipopular e antidemocrático do regime. Especificamente, as leis contra o trabalhador: as intervenções nos sindicatos, a ampliação dos deveres e a diminuição dos direitos. A injustiça com os assalariados, porque as empresas não só tem grandes lucros, como ainda deixam de pagar impostos para investir em reflorestamento, ou para plantar palmitos que eles mesmos comem. A classe trabalhadora é que paga tudo isso. O operário recebe dois salários mínimos e já desconta imposto de renda na fonte. Veja o Ministério do Planejamento. Eu nunca vi esse Ministério planejar a situação do trabalhador, o bem-estar do trabalhador. Nunca o vi planejar para impedir a transferência constante da mão-de-obra daqui para ali, a urbanização, o transporte coletivo. O Ministério do Planejamento só planeja um pólo petroquímico aqui, uma indústria de base ali."

"O que separa o trabalhador do regime é a falta de canais de expressão para as camadas populares. Se o Governo tiver intenção de atender essas camadas, deve auscultar o Movimento do Custo de Vida, por exemplo. Deve revogar as leis antigreves, de números 4330 e 1632, todas antidemocráticas. E não deve impedir os movimentos populares de participar do momento político".





## “Nesta eleição não repetiremos os erros de 74”

O que é essa Frente Popular Eleitoral que você propõe?

João Carlos: “A Frente Popular Eleitoral já existe, só que em outros Estados tem outros nomes. Tem no Rio como tem em Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo. É uma experiência que começamos a montar no Rio na eleição de 1974, de uma maneira meio desorganizada. Não escolhemos um candidato, teve um que veio até nós, o Lisâneas Maciel. Nós aceitamos a proposta dele e trabalhamos por ele. Os operários, as camadas populares, foram mobilizadas por nós através das comissões de luz das favelas do Rio.

“Você sabe o que é uma comissão de luz? Bem, a Light leva a luz até uma favela e instala apenas um relógio geral. A comissão de luz é que se encarrega de cobrar dos moradores o que cada um tem a pagar. Então, o presidente da comissão de luz é o homem mais importante da favela, porque ele movimenta somas fabulosas de dinheiro. Conversamos muito com eles e conseguimos o seu apoio. Mas cometemos muitos erros em 1974. O Lisâneas Maciel foi para Brasília, porém não tinha nenhum compromisso firme com a gente. Cumpriu o seu papel, até cometer aquele erro e ser cassado, quando não poderia ter sido cassado.

“Destas vezes não repetiremos os erros. Os candidatos que a gente apoiar serão amarrados num programa, que eles têm que aceitar e divulgar, e depois de eleitos terão que percorrer regularmente as bases, ter contato permanente com o comitê eleitoral, para que a gente possa cobrar o cumprimento do programa. Eles vão ter que defender mesmo os interesses das camadas populares, porque nós vamos exigir isso deles.

“Por outro lado, os trabalhadores vão ter que participar, sujar as mãos. Só assim vamos criar condições para um verdadeiro Governo de transição, que faria uma Assembléia Nacional Constituinte com representação popular e com legitimidade, que lutaria por salários mais justos, lançando as bases para uma nova sociedade.” 27-03-78

Salvador Pires

presidente da Frente Nacional do Trabalho, organização criada em 1960 por um grupo de trabalhadores e advogados liderados por Mário Carvalho de Jesus, em São Paulo, e que se relaciona com o setor mais avançado da Igreja Católica.

## “Nós devemos é aproveitar o espaço político”

— A classe trabalhadora já tem condições de fundar um partido político dirigido e composto por trabalhadores, ou o momento ainda recomenda sua aliança com a classe política tradicional?

Pires: “De imediato, não é que não deve, mas não tem condições, porque

não podemos imaginar um partido que não seja dirigido pelos trabalhadores; para possibilitar isso, precisaríamos ter quadros para dirigir esse partido, e não poderiam ser quadros desvinculados das bases. Além disso, se o partido fosse um questionamento concreto das bases no momento atual, aí poderíamos nos concentrar nesse esforço. Então, claro que o partido é uma necessidade, mas não agora. O que precisamos fazer na atualidade é aprofundar essa idéia, levá-la às bases, e discutir como as bases vão participar”. — Então você acha que o partido do trabalhador é uma questão para se resolver a longo prazo?

Pires: “A longo prazo, sim, porém temos que começar a debater o partido agora, no mesmo nível em que debatemos com as bases algumas outras questões essenciais. O que não considero razoável é que nos concentremos na criação do partido em detrimento do trabalho que atualmente realizamos nas bases.”

— Quer dizer que o momento ainda é para alianças dos trabalhadores com a classe política?

Pires: “Gostaria que se definisse o que se entende por isso. O que nós, trabalhadores, devemos fazer é aproveitar todos os espaços políticos que venham a surgir e levantar todos os nossos problemas, pressionar para que esses problemas afluam. Não colocamos isso em termos de aliança. Um partido tem uma proposta que atende a nossos interesses, então a gente entra e apóia. No contexto desse espaço, a gente vai avançando. Aliança, mesmo, só com a nossa própria realidade. O que temos de fazer é aproveitar o espaço político.” 22-09

Luis Inácio da Silva

presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo

## “Não avançaremos se trabalhador votar em patrão”

O mais importante é a criação de um partido político dos trabalhadores, com a participação de todos os assalariados e, claro, a exclusão de todos os patrões. Mas Lula também está interessado em falar na Escola Superior de Guerra, que até agora só tem convidado empresários, para mostrar aos militares que os trabalhadores não podem ser os únicos responsáveis pela paz social.

— É possível criar um partido dos trabalhadores agora, ou você acha que ainda está na hora de alianças do trabalhador com a classe política tradicional?

Lula: “O problema é o seguinte: eu continuei com a teoria de que, enquanto o trabalhador votar no patrão para que ele proteja nossos interesses, a situação nunca estará a contento. Acho que a classe trabalhadora terá de se preparar politicamente para agir politicamente. E realmente penso que a classe trabalhadora deverá fazer um partido político nessa caminhada, e um partido que terá mais chance de vencer do que qualquer outro.

“Um partido político será a saída para a gente e também para outras

camadas — todos que são trabalhadores, que vivem de salários, deveriam participar. Falta muito para chegarmos ao estágio do partido político, mas estou convencido de que o caminho é esse. A viagem de algumas lideranças sindicais a Brasília foi um primeiro passo, mas o ideal seria a presença de gente nossa lá, que imediatamente tomasse a posição adotada aqui pelas bases.

“Há uma confusão quando se fala de participação política. O que eu quero dizer é que os sindicatos de trabalhadores devem exercer uma influência sobre toda a classe política”.

Lula: “Essas reformas confirmaram algumas coisas que venho pregando: há muita gente aí que fala em democracia e fala contra a democracia relativa, mas também há muita gente que quer a democracia relativa, uma democracia só para eles, sem incluir os trabalhadores.” 24-9-78

João Paulo Pires Vasconcelos

Ex-presidente e atual delegado do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade junto à Federação da categoria em Minas Gerais.

O partido realmente opositorista que ele imagina já estaria totalmente cassado, porque seus integrantes deveriam sofrer uma implacável saraivada de críticas contra a desnacionalização, a corrupção e a marginalização política da classe trabalhadora.

João Paulo: “Com a classe política que aí está não existe a menor possibilidade de fazermos alianças ou composições. E também acho que não vamos poder criar agora um partido realmente representativo dos trabalhadores. Primeiro, a classe trabalhadora tem que se fortalecer, fortalecendo seus sindicatos. Precisa conseguir livre acesso aos meios de comunicação. E ter acesso também a todas as informações que atualmente o Governo controla. Enquanto não tivermos uma sociedade democrática, o trabalhador não terá uma representação efetiva.

“Até chegarmos a esse estágio, temos que escolher candidatos que se comprometam com a defesa de nossos interesses. Acho também que essa abertura, custe o que custar para a gente, nós é que temos de conseguir. E, para provocar uma ruptura desse status quo, os trabalhadores terão de se preparar mobilizando todas as categorias profissionais, sem recusar diante das ameaças do Governo, estabelecendo linhas de ação comum para ganhar posições. O trabalhador não precisa usar métodos violentos ou ilegais, basta ter firmeza e consciência, no sentido de escolher os momentos oportunos para evoluir.

“O primeiro instrumento que temos, no momento, é a greve, mas também podemos canalizar nossos protestos através de movimentos como o do Custo de Vida, ou através da nossa presença constante nas casas do povo. Não devemos ir às Assembléias Legislativas e ao Congresso Nacional para fazer pressões, mas apenas para exigir o cumprimento dos compromissos assumidos por aqueles que elegemos.

“Uma outra forma de protestar seria votar maciçamente nessa suposta Oposição, a 15 de Novembro, ou ainda votar em branco.” 23-09-78



# CNTI-V congresso

**"É necessário que nós intervenhamos no processo de redemocratização do país, marcando-o com o selo dos interesses sociais da coletividade. Esta tarefa cabe a nós. Não tem sentido esperar que os políticos da classe dominante digam o que deve ser feito e, posteriormente, nos queixemos de esquecimentos ou preterições". (Do manifesto final do XIV Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais de Petróleo e Petroquímica, realizado de 7 a 14 de julho, em Salvador.)**

Nesta segunda-feira, 24 de julho, cerca de seis mil trabalhadores esta-

rão reunidos no pavilhão de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, participando do V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI. Sem dúvida, será uma excelente oportunidade para que os operários brasileiros marquem sua presença no momento político nacional. Essa, pelo menos, é a visão das lideranças sindicais mais atuantes, que acham que os trabalhadores devem tomar uma posição tão firme como a de seus colegas petroleiros. **ISTDÉ 28/07/1978**

## Geisel promete

RIO — "A médio prazo, o Brasil conseguirá elevar o perfil de todos os salários, mas a curto prazo isso não será possível, porque o Brasil ainda é um País em desenvolvimento, com baixos índices de produtividade no trabalho". Foi esta a temática principal do discurso do presidente Ernesto Geisel ontem de manhã, na solenidade de abertura do V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Em seu discurso de improviso aos mais de seis mil delegados presentes, o presidente Geisel fez uma advertência sobre os riscos das propaladas mudanças na política salarial. Disse que a curto prazo "temos de resistir à tentação das falsas soluções; aumentos indiscriminados de salários seriam frustrados pela própria agravamento da inflação corrosiva do poder aquisitivo dos trabalhadores".

Além do mais — prosseguiu o presidente —, poderiam resultar em sérios obstáculos à criação de empregos no presente e no futuro. "Meu governo procurou uma solução de equilíbrio, com a promulgação da lei 6.147, de novembro de 1974" — acrescentou Geisel.

## Música de Roberto Carlos

A música de Roberto Carlos — Vou me agarrar nos teus cabelos — e começou a ser tocada em som estridente. O presidente Geisel e sua comitiva, juntamente com o presidente da CNTI, Ary Campista, haviam acabado de se retirar. Os congressistas também estavam pensando em sair quando, Emílson Simões, metalúrgico de São Bernardo, começou em voz alta e em cima do palanque a pedir que todos aguardassem mais cinco minutos para debater a inautenticidade do Congresso. A mobilização, então, foi geral. Vários gritos se ouviram pedindo para tirar o som, o que se conseguiu após alguma insistência.

A participação do Grande ABC nas mudanças do rumo do Congresso foi evidente. Tanto é que a própria idéia do Regimento Substituto surgiu num encontro entre metalúrgicos de São Bernardo e Santo André. E os presidentes destes dois sindicatos também falaram aos congressistas: "Devemos repudiar estes Congressos encomendados e dirigidos" — destacou Benedito Marcilio Alves da Silva, de Santo André. Depois falou Luiz Inácio da Silva, de Lula, de São Bernardo: "Aconteceu hoje aqui o que a classe trabalhadora está cansada de ver. Ary Campista está para se aposentar e quer a glória de ter realizado um grande congresso. Mas nós, dirigentes sindicais, fomos proibidos de falar. Colocaram música em alto e bom som. Sabemos, contudo, que o presidente da CNTI não dormiu esta noite para ficar dizendo por aí que nós que estamos a frente do Regimento Substituto éramos agitadores; que o Sindicato de São Bernardo só queria aparecer. É hora porém de tomarmos uma posição. Basta de vermos Ary Campista jogando os sindicatos do Nordeste contra os do Sul. Basta de aceitar estes comentários de que existem sindicatos fracos — palmas — e fortes.

DIÁRIO DO GRANDE ABC

## carta de princípios

Na preparação do Congresso, a direção da CNTI resolveu fazer tudo para impedir a participação democrática dos trabalhadores presentes. A primeira ação para isso foi a imposição de um regimento interno que só permitia a participação de dez por cento dos representantes sindicais nas comissões que iam discutir as teses do Congresso.

Essa questão criou o conflito dentro do Congresso. Ary Campista e seus seguidores não queriam de jeito nenhum discutir o regimento. Os trabalhadores e sindicalistas que não rezam pela cartilha dos pelegos exigiam uma participação mais ativa nas discussões do Congresso e queriam que as teses fossem mais próximas às questões que hoje verdadeiramente se colocam para os trabalhadores.

As novas lideranças sindicais conseguiram colocar em discussão, depois de muito tumulto, o regimento interno.

Mas eles não contavam com os estratégias de Ary Campista. Esse dirigente da CNTI, vendo que poderia perder a votação, trouxe para a votação muitos que não participavam do Congresso, que não eram trabalhadores na indústria; além de crianças, filhos de participantes do Congresso que eram mais chegados aos pelegos. E, se não bastasse isso, conseguiu o voto de muitos outros, ameaçando-os de não dar o dinheiro de volta para os que foram às custas da própria CNTI ou de governos estaduais.

O super-pelego ganhou a votação. Mas não ganhou o Congresso.

Ao final do Congresso a CNTI, enquanto os pelegos liam «resoluções» que não haviam sequer sido discutidas e não representavam as necessidades dos trabalhadores, os sindicalistas e trabalhadores autênticos apresentaram uma Carta de Princípios onde afirmam que «reiteram seu protesto contra o regimento interno do Congresso que foi imposto aos participantes sem prévia discussão e que impediu qualquer análise dos problemas nacionais, negando ao trabalhador refletir sobre as questões que dizem respeito à própria Nação».

Por causa disso, afirma o documento, os sindicalistas autênticos, impedidos de manter uma «livre e democrática discus-

são» e de cumprir o que prometeram às suas bases sindicais, resolveram «não tomar conhecimento das resoluções previamente acertadas pela cúpula da CNTI» e, comprometidos «só com os trabalhadores que aceitaram representar», decidiram adotar os princípios que traduzem as principais reivindicações dos trabalhadores na indústria.

A Carta de Princípios destaca em primeiro lugar as questões e reivindicações dos trabalhadores que levam ao restabelecimento da democracia. São estes os princípios reivindicados:

a) Direito de pleno exercício de voto, com escolha direta de todos seus representantes e dirigentes, inclusive senadores, governadores e o presidente da República;

b) Convocação de uma Constituinte que, através de ampla discussão dos problemas nacionais, integrada também pelos representantes dos trabalhadores, possa decidir a lei maior que regerá os destinos dos brasileiros;

c) Revogação das leis de exceção;

d) Garantia de liberdade de pensamento, da liberdade de imprensa, com abolição de qualquer forma de censura às manifestações intelectuais e artísticas;

e) Liberdade de associação sem restrições que possam comprometer sua autenticidade e o atingimento de seus fins;

f) Supressão de quaisquer salvaguardas e medidas de emergência que desfigurem a democracia;

g) Anistia;

h) Respeito aos direitos humanos;

i) Implantação do Estado de Direito.

Nos pontos seguintes, a Carta de Princípios exige distribuição da renda nacional para garantir um salário justo; reforma agrária; limitação da atuação das empresas multinacionais e fixação do salário mínimo familiar que garanta o sustento do trabalhador e de seus dependentes.

Em relação à organização dos trabalhadores, a Carta ataca a estrutura facista do sindicalismo brasileiro e pede liberdade e autonomia sindical, abolindo-se qualquer tutela governamental; direito de greve sem limitações; livre negociação entre empregados e empregadores; substituição do contrato individual pela convenção coletiva livremente negociada e reconhecimento dos delegados sindicais e das comissões de empresas como órgãos do próprio sindicato junto às bases.

Ensino gratuito; defesa do consumidor; direito à casa própria; estabilidade no emprego; justiça trabalhista que garanta os direitos dos trabalhadores e criação de um fundo de greve, são outras das reivindicações dos trabalhadores.

Esta Carta de Princípios foi assinada por 33 sindicatos e uma federação, representando cerca de um milhão e quinhentos mil trabalhadores. Além dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e de Santo André, e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo, assinaram sindicatos de metalúrgicos, gráficos, textéis, químicos, sapateiros, indústria de alimentos, de energia, petroleiros, panificadores e vidreiros de vários Estados e cidades. **ABCD jornal agosto**



## V CONGRESSO da C.N.T.I. e as LIBERDADES SINDICAIS

Nós os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, vemos que o momento político que atravessamos, resultado do amadurecimento das lutas operárias cuja maior expressão são as greves e as negociações entre operário e patrão o reconhecimento e a estabilidade conquistadas para as comissões eleitas que assumiram as greves e a luta contra o peleguismo que está se travando no V Congresso da C.N.T.I., impõe uma nova mentalidade que recoloca a democracia como suporte base para avançarmos na nossa luta e existirem sindicatos livres dos atos de exceção das leis arbitrárias que regem a vida dos sindicatos e dos trabalhadores.

Hoje, a luta por sindicatos livres da tutela do estado passa necessariamente pelo afastamento de todas as direções sindicais pelegas que insistem em manter-se nos sindicatos, federações e confederações com o objetivo claro e notório de ajudar e perpetuar a exploração dos trabalhadores.

Por isso é necessário revogar imediatamente a portaria 3437/74, de 20/12/74, que é o instrumento usado pelas diretorias pelegas para se manterem a todo custo nos sindicatos, como aconteceu em São Paulo, São Caetano e na maioria dos sindicatos do Brasil onde se apresentam chapas de oposição, impedindo que se cumpra a vontade dos trabalhadores que já vêem a luta por sindicatos livres a condição primeira que lhes garantirá lutar e vencer a exploração a que estão submetidos.

Vemos também, que esta situação só se torna possível nos regimes antidemocráticos onde uma insignificante minoria, através da força, impõe a toda uma sociedade leis arbitrárias que visam exclusivamente garantir os lucros capitalistas em contra partida da crescente miséria dos trabalhadores.

O fim dessa portaria significa a possibilidade de garantir eleições livres e sem fraude onde todos os trabalhadores tenham condições iguais de participação.

OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULOC H A P A 3SUBSCREVEM:

- Delegação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André
- Delegação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo
- Delegação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos
- Delegação do Sindicato dos Metalúrgicos de João Morelade
- Delegação do Sindicato dos Trabalhadores na Ind. de Calçado de Salvador
- Delegação da Federação dos Trab. nas Ind. Urbanas de São Paulo
- Delegação do Sindicato dos Trab. nas Ind. de Art. Couro de São Paulo, Guarulhos e Barueri.
- Delegação do Sindicato dos Trab. nas Ind. do Vestuário Porto Alegre.
- Delegação do Sindicato dos Trab. nas Ind. Petroquímica de D. de Caxias
- Delegação do Sindicato dos Trab. nas Ind. Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio de Janeiro.

DISPENSAS - A REPRESSÃO NA SURDINA

Depois das greves a classe operária pode consolidar diferentes níveis de organização dentro das fábricas - Comissões de fábrica, de representação junto aos patrões, junto aos sindicatos, de salários - fruto dos avanços conquistados no período anterior. Apesar das notícias alvissareiras, espelhadas na imprensa em geral, onde se procura mostrar a abertura dos patrões para aceitar algumas novas características da organização dos trabalhadores - tais como as comissões de fábricas - as dispensas massivas de operários nas regiões e fábricas que participaram das greves mostram que sob a cobertura da "justa causa" ou da redução da produção, se busca desarticular o movimento operário, tirando de dentro das fábricas suas lideranças mais expressivas. Dados do Sindicato de São Bernardo indicam que as empresas automobilísticas veem despedindo em massa. Para citar alguns exemplos, a Saab-Scania demitiu mais de 300 operários, a Friz-Mulducar (autopeças) 40, o mesmo sindicato denuncia a prisão de dois de seus associados (26/8), em Itú o mesmo processo; O sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro denuncia a demissão do delegado sindical da FIAT, que representava os trabalhadores daquela empresa junto ao sindicato.

No plano Institucional o decreto-lei 1632 de 4/8/78 (ver CB 23 p.18), ampliando a faixa dos setores da economia onde as greves estão proibidas é segundo as declarações de Simonsen uma arma para os patrões se livrarem de elementos incômodos, o instrumento legal para a repressão suplementar.

NOTA TRABALHADORES



## PELA FORMAÇÃO E ESTABILIDADE DAS DELEGAÇÕES SINDICAIS

Outubro  
de 1978

A formação das delegações sindicais nas fábricas é garantida pela CLT.

A importância das delegações e de representar os operários em suas reivindicações e exigir o apoio do Sindicato considerando-se que não há uma estabilidade real dos delegados que estão subordinados ao arbítrio dos patrões.

A formação das Delegações devem ser:

- 1 — Os companheiros mais preocupados com os problemas das seções;
- 2 — Os companheiros que têm preocupações com os

baixos salários pagos pelos patrões;

3 — Os companheiros que combatem as injustiças dos patrões e seus puxa-sacos;

4 — Juntar os companheiros de cada seção e discutir os problemas e a forma de se formar a Delegação.

A garantia das Delegações é importante para as vitórias de todas as lutas dos trabalhadores.

Sendo assim a garantia dos Delegados é:

Para cada dispensa devemos demonstrar nossa união. **INFORMATIVO DA CAMPANHA SALARIAL**

Sindicato dos  
Trabalhadores nas Indústrias, Me-  
talúrgicas, Mecânicas Elétrico, do  
Município do Rio de Janeiro

R. Janeiro

METALÚRGICOS

## CAMPANHA SALARIAL

O reajustamento salarial será de 65%, calculado sobre os salários pagos em 30-09-1978 e será revisto, a partir de 01-10-1978, de três em três meses, de acordo com a elevação do custo de vida.

Pagamento de adicional insalubridade extensivo a todos integrantes da categoria profissional, em virtude da poluição existente nas empresas.

Desde que exerçam as mesmas funções, os integrantes da categoria terão direito a salário igual para trabalho igual na forma da lei, sem discriminação de sexo e de idade.

A mulher gestante será assegurada permanência no emprego pelo prazo de dois anos, a partir do momento em que for constatada a gravidez.

Obrigam-se os empregadores a cumprir o previsto no art. 389, IVM § 1.º da CLT, que estabelece a organização de creches, assegurando-se, também, o tempo necessário à mulher para amamentação do filho, sem qualquer compensação.

Os delegados de empresas, eleitos diretamente pelos empregados, serão estáveis, durante o curso de mandato.

### S. PAULO, OSASCO, GUARULHOS

Os 350 mil metalúrgicos das cidades de São Paulo, Osasco e Guarulhos começam a viver a campanha salarial mais agitada dos últimos tempos, estimulados pela experiência positiva das greves de maio e junho, ainda bastante frescas na memória dos trabalhadores.

Em relação aos anos anteriores, há pelo menos três grandes tendências novas:

... uma disposição decidida a recusar o dissídio coletivo, estabelecido pela legislação trabalhista para resolver os impasses entre empregados e patrões, e a exigir a negociação direta com os empresários;

\* a preparação nas fábricas desde já de um clima e organização favoráveis à realização de novas greves, caso os patrões se mostrem intransigentes na concessão de aumentos salariais significativos - fala-se abertamente na possibilidade de uma greve geral;

\* a mudança do comportamento dos dirigentes dos sindicatos de São Paulo e Osasco, que surpreenderam as oposições sindicais com uma radicalização nas propostas até agora apresentadas.

(...) quatro alternativas de índice de reivindicação salarial haviam surgido. A Oposição Sindical de São Paulo apresentou a exigência de 70% de aumento. A Assembleia realizada no domingo, dia 1.º, no Sindicato de Guarulhos, deliberou exigir 30% de aumento, além do reajuste oficial do governo fixado geralmente em torno de 40 a 42%, nesta época do ano. Essa era também a proposta de Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato de São Paulo, divulgada em milhares de boletins entre os operá-

As empresas descontarão em favor do Sindicato, no mês de outubro, a importância de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) de cada empregado associado e Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) de cada empregado não associado. As importâncias apuradas serão empregadas, 50% (cinquenta por cento) na sede central de entidade, e visam o aprimoramento da assistência prestada.

Em caso de exames de qualquer curso, as faltas dos empregados serão justificadas e pagas, quando devidamente comprovadas.

Será de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) o menor salário pago aos integrantes da categoria profissional.

Os empregadores obrigam-se a fornecer condução gratuita para todos os empregados. As férias, de 30 (trinta) dias, serão pagas em dobro, única foram de serem devidamente gozadas.

Obriga-se o Sindicato patronal a discutir qualquer assunto concernente à categoria profissional, desde que convocado pelo Sindicato profissional, criando-se comissão paritária para estudo destes assuntos e, principalmente, para estudar os constantes aumentos do custo de vida e suas repercussões na categoria profissional.

rios. Esta fórmula poderia na prática acabar coincidindo com a primeira. A Oposição Sindical de Osasco fixou-se inicialmente num índice de 65%, ao passo que Henos Amorina, o presidente do Sindicato, era favorável a acatar a proposta dos estudos do DIEESE, isto é, de 74%. Todas estas formulações, que apresentam variações pequenas, partem da exigência de que as antecipações conseguidas meses atrás com o movimento grevista não sejam descontadas agora. São Paulo tem cerca de 270 mil metalúrgicos na base, dos quais 50 mil são sindicalizados. Em Osasco há 33 mil no total, sendo 14 mil sindicalizados. Guarulhos conta com 40 mil trabalhadores desta categoria e 15 mil associados; aí registra-se menor efervescência na política sindical.

Além disso, muita importância vem sendo atribuída pelas Oposições Sindicais particularmente à reivindicação de estabilidade no emprego para os trabalhadores que participem das comissões de salário e das comissões de fábrica, estas consideradas base de todo o trabalho de organização independente que procuram desenvolver.

### Belo Horizonte e Contagem

A assembleia está marcada para às 19h30m, do dia 28 de setembro. Meia hora antes o salão começa a ficar cheio.

Duas horas mais tarde a única votação da assembleia, por escrutínio secreto, concretizará a dúvida e a indecisão. Dos dois mil metalúrgicos, restaram menos de 500 para votar, completamente divididos: 245 votos pela conciliação, aceitação dos 12% para quem ganha até três salários mínimos.

70% até cinco salários e de aí por diante. 235 votos pela continuação da luta que no ambiente da assembleia significava greve.

A campanha salarial se iniciou com um certo otimismo. A diretoria aderiu à campanha nacional dos 20% além do índice do governo e colocou outras propostas, entre as quais as mais importantes eram Cr\$ 1.800,00 de salário-piso, aumentados pela assembleia para Cr\$ 3.000,00 e mais delegados de fábrica com estabilidade.

Na terceira assembleia, com 600 companheiros, é debatida e aprovada a proposta de uma "operação tartaruga". Neste momento a diretoria se demascarou. Não era pra valer, era pra enganar. Declarou que a "operação tartaruga" era "jogar a categoria no buraco".

(...) Mas a verdade é que daí pra frente só tratou de esfriar o movimento e a divisão se tornou patente no recinto do sindicato. Um metalúrgico na marra colocou em votação a "tartaruga", que ficou aprovada pela imensa maioria. Ficou decidido lançar um boletim, que foi lá mesmo redigido por uma comissão em nome da assembleia, pois a diretoria não acatava esta decisão.

E assim chegou a assembleia de 28 de setembro. Nas fábricas se fala muito em greve. Aparecem pixações em algumas delas, como na Mannesmann.

no dia 29 se deflagra a greve na Mannesmann. Para a oficina central durante cinco horas e ocorrem pequenas paralisações de menos tempo na laminação, manutenção elétrica. Na parte da tarde volta tudo ao normal, sem nenhuma vitória.



## Seis mil param na Belgo Mineira

Os quase seis mil operários da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira em João Monlevade, paralisaram, ontem, suas atividades, acatando decisão tomada em duas assembleias realizadas pela manhã e à tarde, das quais participaram cerca de 2.300 trabalhadores. A decisão foi tomada porque as principais reivindicações que fizeram à direção da empresa — como aumento salarial de 20% — não foram atendidas.

À noite, alguns diretores da Belgo reuniram-se com a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, comprometendo-se a responder por escrito, conforme solicitou a entidade, pelo menos 17 das 47 reivindicações feitas pelos empregados. A empresa, contudo, adiantou que a questão mais problemática é a dos 20% de aumento.

Além da resposta sobre o aumento, o Sindicato também solicitou à Belgo solução para outras 16 reivindicações; entre

elas estão: propostas concretas para mudança do esquema de revezamento de turnos; proibição de dispensa, sem justa causa, de empregado que esteja movendo ação trabalhista; extensão do abono família, no valor de 10%, já pago aos casados, a todos os funcionários; e formação de comissão paritária para solucionar litígios entre empregados e empregadores.

A direção da Belgo demonstrou preocupação, pois não sabe se a paralisação poderá estender-se às suas duas outras usinas, em Belo Horizonte e Sabará.

Segundo o presidente do Sindicato, João Paulo Pires de Vasconcelos, o movimento está se desenvolvendo em clima de ordem total e com absoluta consciência dos trabalhadores. Informou que a empresa não havia feito nenhuma tentativa de represália, usando apenas o argumento de que "irá à falência", se suas atividades forem paralisadas, para dissuadir os operários. 1-9-78

Os 4.200 empregados da usina de João Monlevade, da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, voltaram ao trabalho a partir da meia-noite e meia de ontem, depois de três dias e 10 horas de greve, segundo decisão tomada por unanimidade em assembleia geral realizada na noite de domingo e que terminou pouco depois da meia-noite.

A decisão de retornar ao trabalho foi tomada após apreciação de documento entregue pela empresa domingo à tarde à diretoria do sindicato, no qual a Belgo deu resposta a 24 das 47 reivindicações dos metalúrgicos, concordando com as principais, entre as quais a mudança total e imediata na escala de revezamento de turnos e a concessão de um aumento de 10% além do índice oficial, a partir de outubro.

A Belgo concordou também em aumentar de 156 para 190 horas o valor da gratificação a que têm direito os metalúrgicos, manteve os adicionais por antiguidade e por

mérito, concordou com a inclusão da média de horas extras no cálculo do repouso semanal, do "13º salário", e das férias, fixou em Cr\$ 2.776,80 o piso salarial para a categoria e aceitou a criação de uma comissão paritária (3 representantes do sindicato e

3 da empresa) para solucionar todos os litígios entre trabalhadores e empresa dentro da usina.

A mudança na escala de revezamento dos turnos — que vem sendo reivindicada pelo sindicato há quatro anos e que foi o principal motivo de deflagração da greve — começará a ser feita imediatamente e deverá estar concluída até o final de dezembro.

Durante os dias de paralisação, a Belgo-Mineira deixou de produzir mais de 10 mil toneladas de aço, segundo cálculos do presidente do sindicato dos trabalhadores, João Paulo Pires de Vasconcelos.

### É a paralisação mais longa da temporada (...)

Com efeito, na última sexta-feira, 1.700 dos 2.000 trabalhadores ceramistas de Itu completaram seu 12.º dia consecutivo de greve, pedindo aumento de salário de 34%, e fazendo mais nove reivindicações — estas, muito semelhantes às dos operários da Inglaterra do século XIX, na época da Revolução Industrial. As reivindicações dizem respeito ao registro em carteira, ao fornecimento diário de café com leite e pão com manteiga, no início da jornada de trabalho, e de uniformes para todos os empregados. Além disso, os operários querem o pagamento das horas que excederem as oito previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e a equiparação dos salários das mulheres e dos menores — que formam cerca de 50% da mão-de-obra utilizada — aos dos homens adultos, que recebem, em média, 1.600 cruzeiros por mês.

"Um dos nossos maiores problemas", contou a operária Maria Lara, 30 anos, "é que em algumas firmas a gente trabalha por empreitada, numa temperatura de 40 graus, e não pode parar nem para tomar água, para não perder a produção." Maria Lara reclama ainda da falta de bebedouro e de banheiros nas fábricas. "Isso tudo acontece enquanto, na nossa frente, os cavalos de corrida do dono de uma das cerâmicas recebem tratamento de gente fina", afirma a indignada operária.

## Greve de Itu

**VIOLÊNCIAS** — "A greve começou porque o pessoal não podia agüentar mais a situação", argumenta, por sua vez, o ex-presidente do sindicato dos trabalhadores das cerâmicas e atual advogado dos operários, Lázaro Piunti. Para ele, tudo começou pacificamente: no dia 12 de julho passado, quando os ceramistas, reunidos em assembleia, decidiram delegar poderes à diretoria do sindicato para que negociasse com os patrões. Depois de doze dias de espera, sem que os empresários se manifestassem, 300 trabalhadores resolveram paralisar os serviços, em sinal de protesto, no período da manhã. "À tarde", relata Piunti, "quando eles voltaram à fábrica para retomar o trabalho, houve violências: a polícia não só impediu a entrada dos operários, como ainda iniciou uma pancadaria."

Alguns dos trabalhadores chegaram a ser detidos, como é o caso de José Gomes. "Os homens me deixaram na sala de carceragem, onde me deram pontapé e socos", contou ele. "Queriam saber quem são os líderes, quem mandou parar, e disseram que isso é coisa de comunista." Pedro Pires Bueno, outro

dos agredidos, ficou coberto de hematomas. O advogado pediu que fizessem exame de corpo de delito e a abertura de inquérito, o que provocou o afastamento do sargento que comandou as vio-

lências. Violências que, de resto, não acabaram, de acordo com Piunti e João Ferreira Marciano, presidente do sindicato dos ceramistas. O contingente policial de Itu teria sido ampliado de 42 para 250 agentes, desde que o DEOPS enviou pessoal de reforço à cidade.

**COMO VENCER?** — No dia 28 de julho passado, os operários chegaram a festejar a notícia de que cinco empresas estariam dispostas a entrar em acordo. No dia seguinte, no entanto, ao invés de acordo, eles foram surpreendidos por outra informação. "Corria a notícia de que eles, os patrões, queriam nos vencer pela fome", contou o advogado do sindicato. De fato, sem receber vales, muitas famílias ficaram, simplesmente, sem ter o que comer. Por isso, os trabalhadores tomaram duas providências. De um lado, realizaram uma passeata pela cidade, até a delegacia de polícia, onde deixaram um ramo de flores — que foi jogado ao chão pelos policiais — e rezaram um pai-nosso, retornando, em seguida, a suas casas. De outro lado, os grevistas constituíram uma Comissão Contra a Fome, que, com o apoio de comerciantes e moradores da cidade, os vem alimentando durante os últimos dias de greve. VEJA, 9 DE AGOSTO, 1978



## Comissão Justiça e Paz

A Comissão Justiça e Paz divulgou comunicado, ontem, comentando os movimentos grevistas, em que louva a decisão do TRT paulista, que decidiu que o processo dos grevistas de Itu não se enquadrava na "lei de greve".

"Julgamento realista e inovador, se comparado com aquele levado a efeito quando das paralisações do ABC. É igualmente significativa a nota emitida no mesmo dia 8 por uma comissão de dirigentes sindicais de vários Estados, repudiando o Decreto-lei nº 1632, por entender que encerra medidas coercitivas e arbitrárias contra o exercício legítimo do direito de greve", diz a nota. 12-8

Poderá reiniciar-se a greve dos operários em cerâmicas de Itu, se não forem readmitidos os trabalhadores dispensados ontem, uma vez que o acordo firmado perante o delegado regional do Trabalho previa a estabilidade provisória de todos os grevistas até 31 de janeiro de 79 e a não-aplicação de punições. Para tentar resolver o problema, segue hoje para Itu o advogado Mário Carvalho de Jesus, da Frente Nacional do Trabalho, que havia sido indicado pelo cardeal arcebispo Paulo Evaristo Arns, em plena greve, para servir de mediador.

Apesar de o acordo prever estabilidade provisória para os grevistas, até 31 de janeiro, como forma de se evitar as punições, ontem a Planatex despediu três empregados. A Argilux dispensou 35, a Itutex mandou embora oito e a Concórdia 40. As informações são todas do sindicato operário, que acrescenta que nenhum dos dispensados recebeu aviso prévio.

26 8 78

## Rebelião na De Millus

Inconformadas com a demora na revista a que são submetidas e na devolução das bolsas ao saírem da fábrica, 2 mil operárias da De Millus Indústria e Comércio se rebelaram ontem, no final da tarde, e passaram a jogar pedras contra prédios da empresa.

O estopim do tumulto foi a demora na devolução das bolsas, que ficam guardadas num depósito na Rua Apiaí, 134 em frente ao portão de saída da fábrica.

Para conter as operárias foi inicialmente mobilizada a guarda de segurança da De Millus, formada por policiais civis e militares, alguns deles da 22a. DP, que nada conseguiram. Um dos donos da empresa, Isaac Nahun, pediu então reforço ao 16º Batalhão da Polícia Militar, que enviou duas radiopatrulhas. Os policiais usaram cassetetes contra as operárias, que reagiram com pedradas.

Novo reforço foi pedido ao 16º BPM e à 22a. DP. Às 18h20m chegaram mais seis viaturas e um choque da PM comandado pelo tenente Pelegrino, além de qua-

tro carros da Polícia Civil, totalizando 150 homens.

Os policiais fizeram disparos para cima, atiraram bombas de gás lacrimogêneo e usaram de violência contra algumas das mulheres. Em consequência, cinco delas ficaram feridas, entre elas uma grávida de seis meses, que não chegou a ser identificada. As cinco foram medicadas no ambulatório da empresa, e transferidas discretamente da fábrica em carros de funcionários da De Millus para o Hospital do Sesi, com o qual mantém convênio. Duas das feridas são Leonilda Daniel de Lima e Nilza da Silva Martins.

As seis operárias presas foram levadas inicialmente para a 22a. DP. São elas Regina dos Santos Neto, Fátima

ma Glória de Jesus, Jurema Gertrudes dos Santos, Sueli Pacheco, Telma Folster e Teresa Cristina. Esta última, ouvida pelo delegado Eli Alves, disse ter sido agarrada pelos cabelos por um dos soldados da Polícia Militar que bateu com sua cabeça na lataria do camburão.

Dizendo sentir muitas dores, Teresa, juntamente com as colegas de serviço, foi encaminhada para a Delegacia de Polícia Política e Social, onde as operárias foram entregues ao delegado Geraldo Magalhães, que também esteve no local, com um grupo de policiais do DGIE. O delegado Eli Alves disse que mandou as detidas para o DPPS para que se apure se a rebelião teve cunho político.

Os delegados Alves e Magalhães disseram que outras prisões foram feitas, mas os presos não foram encaminhados para a 22a. DP. No DPPS, onde não foi permitida a entrada de reporteres. (...) todas as operárias, logo que presas, foram liberadas. JB-27-08-78

O ESTADO DE S. PAULO

5 8 78

## O DECRETO

É este o decreto-lei nº 1632, de 4 de agosto de 1978, que "Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional".

"O presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º — São de interesse da segurança nacional, dentre as atividades essenciais em que a greve é proibida pela Constituição, as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem assim as de indústrias definidas por decreto do presidente da República.

§ 1º — Compreendem-se na definição deste artigo a produção, a distribuição e a comercialização.

§ 2º — Consideram-se igualmente essenciais e de interesse da segurança nacional os serviços públicos federais, estaduais e municipais, de execução direta, indireta, delegada ou concedida, inclusive os do Distrito Federal.

Art. 2º — Para os efeitos deste decreto-lei, constitui greve

Art. 3º — Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o empregado que participar de greve em serviço público ou atividade essencial referida no artigo 1º incorrerá em falta grave, sujei-

## refinaria de Cubatão

Representantes de 14 sindicatos de trabalhadores no setor do petróleo e de 2 empregados no setor petroquímico, vão-se reunir hoje, às 9 horas, no Sindicato dos Petroleiros de Santos, para tratar da posição da Petrobrás ante a reivindicação de 20% de aumento salarial e fazer um balanço do movimento de protesto que está sendo realizado nas Refinarias Presidente Bernardes (Cubatão) e do Planalto (Paulínia, a 28 quilômetros de Campinas).

Prosseguiram ontem as "operações" de protesto dos trabalhadores tanto na Presidente Bernardes quanto na Refinaria do Planalto, com a recusa de recebimento de alimentação nos restaurantes da empresa ("operação fome"), "esquecimento" de crachás de identidade ("operação amnésia") e recusa de execução de qualquer trabalho que não seja da especialidade do trabalhador ("operação quebra-galho"). 26-8-78

## O 1.632 entra em ação

ISTOE 13/09/1978

Tudo um encadeamento mais que natural de fatos. A medida que a distensão avançava, os diferentes interesses políticos das várias classes sociais começaram a se manifestar menos difusamente. E, assim, por que não contar que também os empresários se rearticularam? Não seria muita ingenuidade imaginar que os empresários ficariam a apreciar a onda crescente de reivindicações trabalhistas em passiva atitude de perplexidade?

Se houve tal ingenuidade, ela não demorou a ser desmentida pelos fatos. Antes mesmo das greves de maio, em São Bernardo do Campo (SP), vozes do próprio meio empresarial começaram a se manifestar, temerosas de uma "abertura excessiva" do regime que pudesse atrapalhar o bom andamento dos negócios. Ora, na época (por volta do primeiro trimestre deste ano) aquelas preocupações foram expressas em documento subscrito pela Confederação Nacional da Indústria. E a CNI não respondia a movimentações operárias, mas a pronunciamentos mais liberais oriundos de alguns setores empresariais.

Não obstante, a distensão prosseguia. Já durante as primeiras greves de maio, em São Paulo, embora alguns empresários (poucos, vê-se hoje) continuassem suas pregações liberais e partissesem, na prática, para a negociação direta com seus empregados, com ou sem greve, a Federação das Indústrias no Estado de São Paulo (FIESP) pediu a intervenção governamental para manter a "ordem". Óbvio que em Brasília os fatos estavam sendo acompanhados. Mas não houve intervenção. E os movimentos reivindicatórios cresciam, saindo das fábricas para outros setores. De lá para cá, ainda que manifestações empresariais inclinadas a duvidar das vantagens da abertura possam ter escasseado, o Decreto-lei nº 1.632, de 4 de agosto último, não veio do nada. Ao contrário, foi feito "a pedidos" e de ponderável contingente de empresários (se não numericamente, pelo menos com maior poder de pressão).

O pacote antigreve foi aplicado pela primeira vez contra os bancários paulistas, em 1º de setembro. A.M.V.



ve a atitude da totalidade ou de parte dos empregados que acarrete a cessação da atividade ou diminuição de seu ritmo normal.

tando-se às seguintes penalidades, aplicáveis individual ou coletivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do reconhecimento do fato, independentemente de inquérito:

I — advertência;

II — suspensão de até 30 (trinta) dias;

III — rescisão do contrato de trabalho, com demissão, por justa causa.

§ 1º — Quando se tratar de empregado estável, a demissão será precedida de apuração da falta em processo sumário.

§ 2º — Sujeita-se ao disposto neste artigo, igualmente, o empregado que, por qualquer forma, concorrer para a greve.

Art. 4º — Cabe ao ministro do Trabalho o reconhecimento da ocorrência de greve em qual-

quer das atividades essenciais definidas no artigo 1º, para os efeitos deste decreto-lei.

Art. 5º — sem prejuízo da responsabilidade penal, será punido com advertência, suspensão, destituição ou perda de mandato, por ato do ministro do Trabalho, o dirigente sindical ou de conselho de fiscalização profissional que, direta ou indiretamente, apoiar ou incentivar movimento grevista em

serviço público ou atividade essencial.

Art. 6º — Incorre em falta grave, punível com demissão ou suspensão o funcionário público que participar de greve ou para ela concorrer.

Art. 7º — Este decreto-lei, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 4 de agosto de 1978, 157 da Independência e 90 da República.

## As greves se ampliam

Mais fortes que a repressão são os resultados das políticas salariais impostas pela ditadura também à outras categorias de assalariados.

Depois da primeira onda de greves operárias, pararam bancários, professores e, na área de saúde, funcionários, internos, médicos e residentes. Com efeito, a análise das reivindicações de cada uma dessas categorias coloca em evidência que a política de arrocho salarial atinge à vários setores de assalariados. Assim, enquanto os bancários de São Paulo (57,36% dos 120 mil bancários paulistas ganham entre 1 e 2,5 salários mínimos — o salário mínimo regional é de CRs 1560) mostravam que no período 1969/76 o lucro dos bancos aumentou de 1578% e seus salários de apenas 881% (ver quadro pg.20 cb), os quase 170 mil professores paulistas que estiveram em greve, chamavam atenção que, para recuperarem o salário que tinham em 1963, teriam que receber aumento imediato de 126%. No Paraná, os professores em greve denunciaram que, mais de 50% dos 40 mil professores do estado ganham menos de CRs2500,00 (menos de 2 salários mínimos — 1 salário mínimo regional igual à 1560 cruzeiros). Na área de saúde, as paralizações por melhores condições salariais, atingiram em São Paulo, aproximadamente 12 mil funcionários e 2 mil médicos do Hospital das Clínicas e do Hospital do Servidor Público, além de cerca de 4 mil médicos residentes entre Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasília. Afora as condições salariais impostas ao setor, as paralizações na área da saúde trouxeram à discussão alguns dos elementos que compõe hoje o quadro da assistência médica no país (péssimas condições de atendimento à população nos hospitais públicos, diminuição das verbas destinadas à saúde pública, etc)

Durante as greves, as sedes e os locais de reunião estiveram permanentemente vigiados por policiais à paisana. Os bancários sofreram pressões diretas do ministro do trabalho e dos banqueiros.

Os professores paulistas e do Paraná foram ameaçados pela televisão pelos respectivos governadores. O secretário de Educação do Estado de São Paulo decretou férias para esvaziar o movimento: "A tentativa evidente de esvaziar o movimento não vingou devido a firmeza dos professores e ao apoio da população" (trecho do boletim do Comando Geral das Greves — jornal Estado de São Paulo 12/9/78). A utilização de forma demagógica dos setores atingidos pelas greves foi amplamente explorada na tentativa de mobilizar a opinião pública contra os grevistas: "... A continuar esta paralização vai ser esta população da grande São Paulo que vai sofrer mais do que já esta sofrendo" (trecho do pronunciamento do governador de São Paulo pela televisão durante as greves do Hospital das Clínicas e do Hospital do Servidor Público; o pronunciamento termina com o governador pedindo à Deus que prevaleça entre outros, "o amor ao próximo" — jornal Estado de São Paulo 19/7/78); durante a greve dos professores paulistas as notas dos órgãos oficiais ligados à educação "lembravam" sempre o "prejuízo que a paralização irá causar aos alunos". A grande imprensa jogou aí — na mobilização da opinião pública contra os grevistas — papel importante (+).

As demissões atingiram bancários, médicos e residentes — 150 bancários foram despedidos.

Finalmente, se toda a repressão não tem conseguido deter o avanço das greves, ela mostra bem as duras condições com que esses movimentos se defrontam.

(+) Os grevistas do Hospital das Clínicas de São Paulo aprovaram em Assembleia a uma "moção de repúdio" à linha editorial dos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e da TV Globo. Ainda em relação à linha editorial do Estado de São Paulo ver a resposta dos professores paulistas em "O editorial contestado" — cb pg.21). (nota cb)



MOVIMENTO  
Hideyo Saito

## O que os bancários paulistas conseguiram

Numa reação violenta, o governo empregou todo o tipo de repressão para acabar com a greve

Na mesa-redonda realizada com os banqueiros, na terça-feira, a diretoria da entidade - já sob forte ameaça de intervenção - aceitou a proposta patronal até então recusada pelos bancários: aumentos escalonados de 5 a 15% acima do índice oficial para aqueles que ganham até 8 salários mínimos e Cr\$ 624,00 fixos para os que estão acima dessa faixa. Além dessa cláusula - considerada importante, apesar de tudo, por ter "furado o arrocho" - os bancários de oposição à diretoria sindical enumeram outras "politicamente significativas", conseguidas na campanha salarial deste ano: "a data-base (mês do reajuste anual), por exemplo, voltou a ser primeiro de setembro, após onze anos em que vigorou a 12 de outubro; e o piso salarial foi desvinculado do salário mínimo, o que representa a unificação das próximas campanhas, pois até este ano cerca de 60% dos nossos companheiros recebiam na base do "mínimo mais 40% e tinham reajuste no mês de maio. Tudo isso é muito positivo, pois são velhas reivindicações, conquistadas só nesta campanha, que foi a mais forte dos últimos dez anos".

Mas os bancários também sofrem outros efeitos da campanha salarial. Além das demissões, o auditório do sindicato foi fechado, tendo sido proibidas "reuniões de caráter político e quaisquer outras, sem autorização e presença da diretoria", confirmando rumores de membros da oposição de que estaria havendo uma "intervenção branca" na entidade. A comissão salarial foi considerada dissolvida e muitos de seus membros afirmaram ter ouvido do diretor Caldas que "a palhaçada acabou".

Outros afirmaram ter visto policiais à paisana circulando ostensivamente na sala da diretoria.

O ministro do trabalho, Arnaldo Prieto, nas declarações que prestou à imprensa sobre a greve dos bancários paulistas, disse que não aceitava o movimento porque "em uma semana levaria opais à falência". Sem dúvida, o caráter estratégico do sistema financeiro na economia brasileira influiu na posição do governo, levando-o a desencadear uma repressão até então não utilizada contra outros movimentos grevistas. Para um bancário,

membro da chapa de oposição, a explicação da pronta reação do governo para reprimir a greve está na "força política do setor financeiro, que é hoje a fração da burguesia com maior influência no aparelho do Estado". Para ele, a influência dos banqueiros foi decisiva não somente para forçar a violenta repressão como na decisão do governo de baixar a greve ou decreto anti-greve, que incluiu os bancos nas atividades consideradas essenciais à segurança nacional.

Outras razões, lembradas por integrantes da oposição para explicar o nível de repressão empregado era repercussão nacional - não só entre os bancários - que o movimento fatalmente iria alcançar, além de uma nova possibilidade de desmoralização do recente decreto anti-greve e o clima político, tido como "de radicalização", detectado nas últimas semanas em São Paulo.

O balanço da greve ainda está sendo feito pela oposição sindical, embora alguns já sustentem que ela representou um salto qualitativo na luta da categoria. Muitos argumentam que "bem ou mal, 120 mil bancários se defrontaram concretamente com a greve" e que hoje, bandeiras como a direito de greve, a transformação do sindicato, a liberdade de organização, estão muito mais próximas do conjunto dos bancários. Um membro da chapa de oposição, tentando fazer um balanço da greve, afirmou: "Acho que houve muitos erros,

desde o modo como ela se deu até sua insuficiente organização, passando pela inexperiência da categoria e pelo atrelamento em que se encontra o sindicato".

Para este bancário, um sindicato atrelado - simples abstração até aquele momento - revelou toda a sua insuficiência durante a paralisação, tendo tido o único mérito de haver servido de sede ao comando de greve. Não houve quem pudesse, concretamente, assumir com eficiência as tarefas urgentes que um movimento partidista impõe: editar boletim convocatório, criar o fundo de greve, ir às ruas. A esses problemas, decorrentes da estrutura sindical vigente no País, somaram-se outros, resultado da atuação marcadamente pelega do atual presidente do Sindicato, Francisco Teixeira. 11-9-78

## Os fabulosos lucros dos banqueiros

Entre 1969 e 1977, os banqueiros tiveram um aumento de lucros de 2.584%!

Ano	Valor (*)	Aumento
1969	1.749	-
1970	2.348	34%
1971	3.613	54%
1972	4.631	28%
1973	6.812	47%
1974	11.762	73%
1975	17.443	48%
1976	30.569	76%
1977	46.943	53%
Variação 1969/77		2.584%

## E os minguados salários dos bancários

Faixa salarial em cruzeiros em março de 1978	Percentual de empregados entre o menor salário e o limite superior da faixa (%)	Percentual de empregados dentro da faixa (%)
até 3.922,13	57,36	57,36
3.922,13 a 6.338,47	19,14	76,50
6.338,48 a 10.562,29	11,58	88,07
acima de 10.562,30	11,91	100,00

(\*) Em milhões de cruzeiros

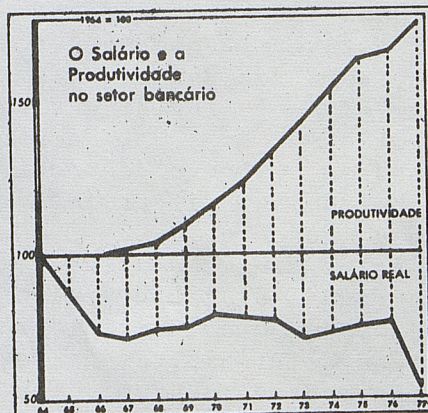
Fonte: Dieese

## Bancos demitiram 150 logo após a greve em SP

O vice-presidente do Sindicato dos Bancários, Jurandir de Miranda, afirmou ontem que, "pelo menos até agora, desconhecemos demissões de funcionários do Banco do Brasil", acrescentou ser possível que as agências do BB estejam seguindo a recomendação do seu presidente, Carlos Rischbieter, determinando "moderação"

no tratamento aos bancários que participaram da greve.

O departamento jurídico da entidade continua sendo procurado por bancários demitidos em outros bancos. O número de demissões está por volta de 150, sendo a maior parte do Banespa, Bradesco, Banco Mercantil, Nacional e Unibanco. F.S.P. 9.9.78



Entre 1969 e 1976, o lucro líquido dos bancos teve um aumento de 1.578%, enquanto os salários cresceram apenas 881%. No mesmo período, segundo o Dieese, enquanto o salário real caiu violentamente, a produtividade nos bancos aumentou quase 175%. MOVIMENTO 4-9-78

BANCARIOS DE MG  
REJEITAM DECRETO

Um documento do sindicato, endereçado ao presidente nacional da Arena e também enviado a senadores e deputados mineiros, protesta em nome de 15 mil bancários sindicalizados contra a decisão do governo federal, que incluiu a atividade bancária entre aquelas onde a greve é proibida. ESP 19-8-78



FOLHA DA  
TARDE

## A carta aos pais

Esta é a íntegra da "Carta aos pais, aos alunos e à população em geral", distribuída ontem pelos professores em greve:

"Nós, professores, paralisamos as aulas. Paralisamos por razões muito sérias. Porque não vemos mais condições de continuar nosso trabalho recebendo um salário cada vez menor, que não garante a nossa sobrevivência e de nossa família. Neste momento, estamos pedindo uma complementação salarial para os professores do ESTADO e da PREFEITURA de SÃO PAULO. Mas NÃO EM PRESTAÇÕES MENSAIS COMO O GOVERNO NOS QUER DAR, e sim de uma vez e imediatamente, porque a alimentação, o aluguel, o transporte não aumentam em prestações.

Paralisamos também por melhores condições de trabalho. Hoje grande parte dos professores do Estado e do Município não tem seu emprego garantido, pois não são nem efetivos e nem contratados pela C.L.T. — Não têm INPS, não têm FGTS, não têm aposentadoria — direitos que nos foram tirados em 1.968 — pelo Governo.

Paralisamos porque cada vez mais, hoje, desacreditamos que seja possível educar em escolas sujas, abandonadas, sem funcionários, sem material adequado, como livros, mapas, bibliotecas, laboratórios, material esportivo, e até mesmo o mínimo como giz, apagador e papel.

O Estado diz que não há verbas para a educação. Mas para onde vai o dinheiro que a

população paga em impostos?

Quem sai prejudicado em tudo isso são os trabalhadores de forma geral, que esperam que seus filhos tenham na escola um estímulo para melhorar as condições de vida da família, obtendo melhor emprego e salário. Porém, apesar do sacrifício de muitas famílias, para ter seus filhos na escola, parece difícil que essa escola, tão precária, possa realmente ajudar seus alunos a conquistar melhor trabalho e condições de vida.

Nós, professores, que somos trabalhadores assalariados; e assim, nossa luta é uma só.

Definitivamente, a escola é hoje a instituição que traz dentro de si as injustiças que a população sofre de uma forma geral É ELA MESMA QUE IMPEDE OS ALUNOS DE APRENDER, E OS PROFESSORES DE ENSEINAR.

POR ISSO PARAMOS. Porque a greve é a única forma de luta que nos resta, já que por outras formas não conseguimos sensibilizar o Governo para a situação dramática que hoje vivemos.

Pela complementação dos 27% a todos os professores.

Por um aumento de 38% aos professores da Rede Municipal.

Pela CLT aos precários e por melhores condições de trabalho.

Por mais verbas para a educação e ensino gratuito a todos.

22-8-78

## Professores: termina greve em SP

ISTOÉ

Os professores do ensino oficial do Estado de São Paulo, que se encontravam em greve desde o dia 19 de agosto, resolveram, no último dia 13, interromper o movimento. Reivindicaram, apenas, que os 24 dias em que permaneceram com suas atividades paralisadas fossem considerados como dias letivos (isto é, que o governo não exigisse reposição de aulas) e que ninguém fosse punido por ter participado. Advertiram, também, que, apesar do retorno às salas de aula, o movimento reivindicatório continuaria, pois eles não consideram aceitáveis os termos do Estatuto do Magistério, atualmente em exame na Assembléia Legislativa. 20-9-78

FOLHA DE S. PAULO

13-9-78

## Continua a greve no PR

PARANAVAÍ-(PR) — (Correspondente) — Continuam em regime de congresso permanente os professores paranaenses, com a consequente paralisação das aulas das escolas da rede oficial de ensino. Entre as reivindicações as mais importantes são o piso salarial de cinco mil cruzeiros para os professores normalistas, a regulamentação do Estatuto do Magistério e as garantias para a profissão.

As autoridades estaduais

continuam pressionando os professores para retornarem às aulas, mas estes agora procuram o apoio dos pais, ex-alunos e alunos.

### MEDIDAS ESTRATÉGICAS

Seguindo as decisões da assembléia realizada sábado passado em Paranavaí, os professores começaram segunda-feira a adotar medidas que consideram estratégicas em seu movimento: centralizaram o comando em Curitiba e estão convidando todos os deputados es-

taduais, líderes comunitários e de associações de pais e mestres para um encontro que será realizado em Curitiba até o final desta semana, numa tentativa de encontrar a solução definitiva para que todos retornem às aulas.

Por outro lado, um conselho, formado por um representante de cada cidade, vem realizando reuniões periódicas em locais diferentes durante a semana para que os congressistas fiquem informados da situação.

## Bahia atende reivindicações

Os professores licenciados da Bahia, que estão em greve por aumento salarial, desde o último dia 16, terão seus salários majorados em índices que variam de 67 a 207%, pelo governo do Estado. A medida foi anunciada ontem, em Salvador, pelo governador Roberto Santos, que reuniu a imprensa para informar que nos próximos dias assinará o decreto instituindo os novos níveis salariais. Diante da medida, os professores decidiram se reunir para debater os rumos do movimento, que atingiu 45 colégios de Salvador.

5/7/78

O ESTADO DE S. PAULO

## Editorial contestado

O comando geral da greve dos professores divulgou uma nota em que contesta os termos de editorial publicado pelo Estado. É a seguinte a íntegra da nota:

"Resposta ao Editorial de O Estado de S. Paulo, de 23/8/78".

O Comando Geral da Greve dos professores do ensino público municipal e estadual, representando de forma legítima sua categoria, vem a público repudiar o Editorial divulgado por esse jornal, no dia 23 pp, cujas linhas condenaram seu movimento grevista, a exemplo do que já havia ocorrido durante a

greve dos médicos do HC e do HS. Nossa resposta é a seguinte:

1) Os professores já divulgaram uma "Carta Aberta aos Pais, Alunos e à População em Geral", apontando as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos e julgam inteiramente justa sua reivindicação de complementação salarial imediata, sem prejuízo dos dias paralisados. Nesse sentido, reafirmam sua posição e não aceitam as respostas que têm sido encaminhadas pela imprensa, através do Secretário da Educação e do Governador

do Estado.

2) Consideram que, se sua paralisação afeta "setores vitais da vida nacional", tal responsabilidade deriva inteiramente das autoridades formuladoras e executoras da atual política educacional do governo. O objetivo claro do Editorial divulgado é o de incompatibilizar os professores com a população em geral através de argumentos, embora a realidade mostre aos professores exatamente o contrário, na medida em que o Comando Geral da Greve tem recebido inúmeras moções de apoio de pais e entidades de outras categorias de trabalha-

dores, divulgadas nas Assembléias Gerais da categoria.

3) Repudiam veementemente a tentativa do Jornal de denunciar o movimento como ação em favor de objetivos que "extravassam completamente o âmbito das reivindicações salariais", como argumento de cunho policialesco e, este sim, a serviço de interesses estranhos à comunidade e à luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho.

SP, 24 de agosto de 1978  
Comando Geral da Greve.

25-8-78



O BISTURI AGOS. 78

## A opinião dos estudantes

No retorno às aulas nos deparamos com um semestre rico em acontecimentos.

As greves no setor da saúde, tanto de funcionários quanto de médicos, permitiu vir à superfície a situação caótica da estrutura de atenção médica do país e o grau de exploração do trabalhador do setor. A luta por salários condignos esbarra na política de arrocho salarial e na repressão aos trabalhadores imposta pelo regime vigente. A luta por melhores salários entre os médicos, dada sua condição de assalariado, choca-se com o sistema empresarial da atenção médica e a posição do Estado em conservá-lo, defendendo os interesses dos empresários.

As consequências desta estrutura para o nível de atendimento à população são de conhecimento de todos. A solução do problema da prestação de atenção médica não se dará apenas através de melhorias salariais e mul-

### Prefeito atende os

#### residentes do Rio

O Prefeito Marcos Tamoyo, do Rio, informou ontem que 15 residentes que trabalham no Hospital Miguel Couto, no Leblon, já estão recebendo complementação salarial do MEC: a prefeitura está pagando Cr\$ 4.680, casa e comida, enquanto o Ministério está complementando o salário; para totalizar os Cr\$ 7 mil exigidos. Ele diz aceitar a proposta dos grevistas e que à medida em que eles forem retornando ao trabalho, vai pedindo ao MEC a complementação salarial.

Já na área estadual o impasse persiste: ontem, durante solenidade no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, o governador Faria Lima irritou-se, quando os repórteres quiseram saber da situação dos residentes. Ele disse que não fala mais no assunto e nem recebe nenhum representante da classe. O secretário da Saúde do Estado, Woodrow Pimentel Pantoja, disse que os residentes da área do Estado que não retornarem ao trabalho até segunda-feira serão demitidos e o governo estadual só vai abrir novas inscrições no ano que vem, permanecendo o segundo semestre desse ano apenas com os médicos.

ESTADO DE S.P. 22-7-78

to menos com a volta do profissional liberal, como se isso fosse possível. Faz-se necessário, desde já, que as áreas envolvidas, além de lutarem por melhores condições de vida e trabalho, levem dentro de suas instituições e aos demais setores da população a crítica à atual estrutura de atenção médica e as suas formulações para o futuro. Faz-se necessária a discussão de um Plano de Saúde e propostas no sentido de voltá-lo aos interesses da maioria da população dos que trabalham na área.

### FOLHA DE S. PAULO dispensas

A situação da greve dos médicos residentes assumiu aspectos radicais, a partir de ontem. A Superintendência da Santa Casa de Misericórdia praticamente dispensou os 316 grevistas afirmando que "lamenta o ocorrido, mas nada há para fazer". No Rio, a Divisão Nacional de Saúde Mental, Dinsam, dispensou os 80 médicos que estavam reivindicando aumentos salariais e, em consequência, 150 bolsistas entraram imediatamente em greve. Em Marília, foi confirmado o afastamento dos médicos residentes e em Brasília o chefe da Unidade de Anestesiologia do Hospital do Sobradinho dispensou os residentes que estavam em greve. 1-7-78

## Médicos iniciam campanha por dez salários mínimos

Um documento elaborado pelo Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, dando início a uma campanha nacional pelo piso salarial de 10 salários mínimos para a classe, começou ontem a ser passado nos hospitais do Rio, recolhendo assinaturas para ser enviado, provavelmente dentro de um mês, às autoridades de vários ministérios, quando o problema começará a ser examinado em nível federal.

A reivindicação vem sendo prometida há algum tempo e, com a solução — pelo menos provisória — do caso dos residentes das redes estadual e municipal, a movimentação foi iniciada. O documento, entre outras coisas, cita as estatísticas do DIEESE que, segundo os médicos, "provam que o piso deve ser de 10 salários mínimos". A exemplo do movimento dos residentes, poderá haver greve, caso a exigência não seja atendida.

Os residentes do Estado e do município do Rio continuam

aguardando uma resposta da Comissão Nacional da Residência Médica, que ficou de conseguir a suplementação de verbas necessária para estabelecer o piso salarial de Cr\$ 7 mil.

Os únicos que ainda estão em greve são os da Santa Casa e da Beneficência Portuguesa — particulares — e do Instituto Naval Marcellio Dias. Neste último, os 26 estagiários começaram a receber, desde terça-feira, cartas da direção do hospital, comunicando o término do "estágio em regime de Residência" no último dia 25, exatamente quando iniciam a paralisação.

A reivindicação dos estagiários do Marcellio Dias é simplesmente no sentido do reconhecimento da Residência Médica no hospital. Para isso, já enviaram carta ao ministro da Marinha, Azevedo Henning, conseguindo inclusive que a Federação Nacional dos Médicos fizesse o mesmo. Mas, até agora, nenhuma das duas obteve resposta. 4-8-78

O ESTADO DE S. PAULO

### Trabalhador custeia assistência médica

Os gastos com assistência médica no Brasil são, em grande parte, financiados pelos trabalhadores, pois as empresas repassam o custo social para o preço dos produtos e, conseqüentemente, para o consumidor. Os investimentos da União em saúde pública se reduziram, no período de 1965 a 74, e sua participação na assistência previdenciária é muito pequena.

Esse quadro foi traçado pelo economista José Carlos Braga, da Fundação Oswaldo Cruz e da Finep, em sua exposição sobre "O Programa Nacional de Saúde e a capitalização da medicina". Para ele, a política nacional de saúde desenvolvida no Brasil, financiada pelos próprios assalariados, não se constitui em uma contrapartida social ao modelo econômico concentrador de renda. "Essa política — disse ele — não eleva o padrão de vida da população.

Segundo o economista, ocorreu no período de 1966 a 75 a capitalização da medicina, com o crescimento e fortalecimento do setor privado, e a alteração das relações de trabalho no setor saúde, com o assalariamento da classe médica. O processo que se dá, a partir daí, acompanha, em sua opinião, a própria política econômica, baseada na concentração da renda. 12-07-78

## No HC, exigências aumentam

(O ESTADO DE S. PAULO)

Um aumento de 100% mais um abono de emergência de 2 mil cruzeiros extensivo a todas as categorias do funcionalismo público do Estado, que deverá vigorar a partir de 1º de janeiro do próximo ano e não mais a partir de 1º de março, data em que os servidores recebem seu reajuste anual. Essa é a principal proposta que funcionários do Hospital das Clínicas decidiram ontem, em assembléia, encaminhar a todas as entidades oficiais das categorias de profissionais que prestam serviços ao Estado ou autarquias.

Apesar de reclamarem da última resposta dada pelo governo às suas reivindicações de aumentos salariais e melhores condições de trabalho, os funcionários do HC decidiram não iniciar uma nova paralisação para exigir os restantes 80% de aumento, uma vez que o governador Paulo Egydio concordou em conceder apenas 20% de reajuste e ainda parcelado em quatro meses. 31-8-78



# Anistia - encontro de Salvador

Com a presença de representações de 18 Estados realizou-se em Salvador o Encontro Nacional de Movimentos Pela Anistia, durante os dias 7, 8, e 9 de setembro, onde se decidiu pela realização, nos dias 2, 3, 4 e 5 de novembro, do I Congresso pela Anistia, em São Paulo, com abertura prevista para o Teatro da Universidade Católica (Tuca). O desenvolvimento dos trabalhos deverá se dar no auditório da Faculdade "Sedes Sapientiae".

## Ampla, Geral e Irrestrita".

### 1. A ANISTIA PELA QUAL LUTAMOS

As entidades que hoje pugnam pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA para todos os presos e perseguidos políticos, vêm conchamar os brasileiros de todos os quadrantes e de todas as origens sociais para se incorporarem a essa luta.

Lutamos por ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA por entendermos ser esta a única forma consequente da Anistia, pois atende aos interesses de todos os setores e camadas sociais na luta por liberdades democráticas.

A colocação destes adjetivos é fundamental, uma vez que, cada um deles tem um significado específico.

A anistia deve ser AMPLA - para todos os atos de manifestação de oposição ao regime; GERAL - para todas as vítimas dos atos de exceção e IRRESTRITA - sem discriminação ou restrições.

Neste sentido, assumimos esta bandeira por ser ela a única que não discrimina ninguém e que devolve aos cidadãos todos os seus direitos, sem limitações de quaisquer espécie.

Não se justificam as propostas de anistias parciais ou limitadas que discriminam inclusive os que, na luta contra o regime vigente, participaram de movimentos armados, pois, todos foram punidos pela força de atos e leis ilegítimos, eis que contrários à vontade popular.

Por outro lado, a Anistia pela qual lutamos, só será efetivamente garantida com o fim do aparelho repressivo político oficial ou autônomo, que desrespeita cotidianamente os direitos humanos e até a própria legislação em vigor, praticando sequestros, torturas e assassinatos de acusados por crimes políticos ou comuns. E que está presente, tentando obstacular, diariamente, as lutas do movimento popular e democrático.

Entendemos ainda, que a conquista da Anistia não pode vir só. Ela exige a eliminação dos atos e leis de exceção, o estabelecimento das leis e mecanismos de livre participação e representação popular, além do fim radical e absoluto das torturas, bem como a responsabilização criminal dos que as praticam. Caso contrário ficar-se-á à mercê do arbítrio da minoria no poder, que legisla e ordena a sociedade em função de seus interesses.

É então, neste sentido, que esta luta beneficia não apenas aqueles que foram diretamente punidos, mas a grande maioria do povo brasileiro, impedida hoje de participar ativamente da vida política e econômica do País, pelos atos e leis de exceção, particularmente o Ato Institucional nº 5.

Reafirmamos que anistia não é uma dívida, mas sim, uma conquista a ser feita por todos os brasileiros.

**2. ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**  
A luta pela Anistia é necessária e imprescindível para a obtenção de uma conquista maior: as liberdades democráticas.

Estamos convencidos que todos os elementos básicos que dão justiça à luta pela Anistia estão colocados no momento político atual e já integram a consciência democrática de nosso povo.

A luta pela Anistia se vincula, desde logo, com as lutas de todo o povo brasileiro por melhores condições de vida e de trabalho, por melhores salários, contra o aumento do custo de vida, por melhores condições de alimentação, habitação, transporte, educação, saúde e pela posse da terra aos que nela trabalham.

O Congresso, de acordo com a definição do Encontro de Salvador, visa unificar a luta pela anistia, sob as qualificações de AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, unindo os diversos movimentos existentes em todo o País e dando maior consistência e unidade à luta pela recuperação da liberdade para presos e perseguidos políticos, no País ou fora dele. Durante a fase preparatória, se procurará, de modo persuasivo, criticar aqueles que ainda se contentam com a ideia de anistia parcial.

Nesses anos todos, o sofrimento dos presos políticos foi também o sofrimento dos trabalhadores da cidade - desde a intervenção nos sindicatos ao arrocho salarial; dos trabalhadores do campo - desde a expulsão de suas terras à repressão brutal em favor do latifúndio; dos estudantes - desde a dissolução de suas organizações representativas às invasões da Universidade.

Prepotentemente o regime casou mandatos legislativos, censurou a imprensa, rádio, televisão, cinema, teatro e música. Extinguiu partidos políticos. Fechou o Congresso várias vezes.

Impôs o silêncio a todos. Pois bem. A sucessão interminável de arbitrariedades e violências feriu a dignidade e desafia a fibra do povo brasileiro.

A sociedade brasileira está disposta a não tolerar mais a desumana repressão que se abateu sobre o País, nos últimos 14 anos.

Por isso, estamos lutando pela ANISTIA. IMEDIATAMENTE. E afirmamos a urgente necessidade da mais ampla liberdade de palavra, de imprensa, de expressão cultural e artística e de manifestação do pensamento.

Por isso, estamos lutando pela ANISTIA. IMEDIATAMENTE. E afirmamos o direito de todos à inalienável liberdade de associação e de reunião, defendendo a livre organização dos trabalhadores em seus sindicatos e em seus locais de trabalho e residência. E proclamamos como justo o direito de greve.

Por isso, estamos lutando pela ANISTIA. IMEDIATAMENTE. E afirmamos como justa e legítima toda a atitude política pela qual os amplos setores da população possam expressar seus interesses, apresentar suas propostas ao conjunto da sociedade, e assim, participar do processo político da Nação Brasileira e, nesse sentido, defendemos a ampla liberdade de organização de todos os partidos políticos.

### 3. ANISTIA E REFORMAS POLÍTICAS

#### 4. A TAREFA FUNDAMENTAL

A conquista da anistia, depende, fundamentalmente, da transformação de sua luta em movimento de massas, que a amplie para todas as regiões e grupos sociais.

É esse compromisso-meta que, solenemente, os movimentos pela anistia assumem perante a Nação, certos de que sem cair e sem esquecer, mas decididamente, inapelavelmente, o povo brasileiro está retornando os passos interrompidos que o levarão a virar a página da exceção em que vive, para construir a sua força e seu futuro.

Salvador, 9 de setembro de 1978

Comitê Brasileiro pela Anistia (BA); Comitê Brasileiro pela Anistia (SP); Comitê Brasileiro pela Anistia (RJ); Comitê Paraense pela Anistia (PA); Comitê Norte Rio-grandense de Anistia (RGN); Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana (BA); Comitê Goiano pela Anistia (GO); Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (PR); Movimento Feminino pela Anistia (SP-Direção Nacional); Movimento Feminino pela Anistia (BA); Movimento Feminino pela Anistia (MG); Movimento Feminino pela Anistia (CE); Movimento Feminino pela Anistia (PB); Movimento Feminino pela Anistia (RS); Movimento Feminino pela Anistia (SE); Movimento Feminino pela Anistia (PE) e Movimento Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos (MT do Sul)

## Atos contra a visita de Giscard

Por ocasião da viagem do presidente francês ao Brasil, Giscard d'Estaing, os comitês "Brasil pela Anistia", "França-Brasil" e "França-América Latina" organizaram diferentes atos de denúncia do regime ditatorial brasileiro.

Culminou as diferentes manifestações, o ato realizado na "Casa dos Sindicatos" que contou com a participação das duas maiores centrais sindicais francesas, CGT e CFDT. Os representantes destas confederações se solidarizaram com as lutas do povo brasileiro por liberdade de expressão de manifestação e por melhores condições de vida e, em particular, sublinhou seu apoio às greves operárias. Para uma maior aproximação da classe operária francesa e brasileira, sugeriram a criação de um organismo que unifique as lutas dos operários das multinacionais existentes nos dois países.

Durante a conferência de imprensa, realizada também por motivo da viagem de Giscard, personalidades francesas e representantes dos comitês mencionados acima denunciaram o apoio dado pelo governo francês à ditadura no Brasil e propagandearam as lutas do povo brasileiro contra essa ditadura e contra os interesses que ela defende. Denunciaram ainda a recusa da embaixada brasileira em Paris de receber uma comissão composta pelos 3 comitês e por personalidades francesas que levavam um abaixo assinado contra a viagem e contra a repressão no Brasil.

(nota CB)



## Comitê Brasileiro pela Anistia

O CBA/SP vem conchamar os brasileiros a lutarem pela Anistia Ampla e Irrestrita a todos os Presos e Perseguidos Políticos, e, nesse sentido, divulga a sua Carta de Princípios e seu Programa Mínimo de Ação. Ao fazê-lo, o CBA/SP afirma que a luta pela Anistia se inscreve no quadro geral das demais lutas do povo brasileiro pelas liberdades democráticas e pela total libertação econômica, social, política e cultural de toda a sociedade brasileira; e, ao mesmo tempo, proclama a especificidade da luta pela Anistia Ampla e Irrestrita a todos os Presos e Perseguidos Políticos, como necessária e imprescindível na obtenção daquele objetivo maior.

São Paulo  
Julho 78

**1. Fim Radical e Absoluto das Torturas.** Denunciar as torturas e contra elas protestar, por todos os meios possíveis. Denunciar à execução pública os torturadores e lutar pela sua responsabilização criminal. Investigar e denunciar publicamente a existência de organismos, repartições, aparelhos e instrumentos de tortura e lutar pela sua erradicação total e absoluta.

**2. Libertação dos Presos Políticos e Volta dos Cassados, Aposentados, Banidos, Exilados e Perseguidos Políticos.** Levantar a identidade, a localização e a situação de todos os presos, cassados, banidos, aposentados e perseguidos políticos. Lutar pela sua libertação, pela sua volta ao País e pela retomada de sua existência civil, profissional e política.

**3. Elucidação da situação dos desaparecidos.** Apoiar a luta dos familiares e demais setores interessados, na elucidação do paradeiro dos cidadãos que se encontram desaparecidos por motivação política.

**4. Reconquista do "Habeas-Corpus".**

**5. Fim do Tratamento Arbitrário e Desumano contra os Presos Políticos.** Investigar as condições a que estão submetidos todos os presos políticos. Denunciar as arbitrariedades que contra eles se cometem e manifestar, por todos os meios, o seu protesto e o seu repúdio. Exigir a liberalização da legislação carcerária. Lutar contra a incomunicabilidade dos presos políticos.

**6. Revogação da Lei de Segurança Nacional e Fim da Repressão e das Normas Punitivas contra a Atividade Política.** Lutar, por meios jurídicos e políticos, contra todas as normas coercivas e punitivas, excepcionais ou não, que impeçam o livre exercício do direito de palavra, reunião, associação, manifestação e atuação política e partidária. Denunciar - e contra elas manifestar seu protesto e seu repúdio - todas as formas de repressão, legais ou não, que visem a intimidar, ameaçar, coibir ou punir os que pretendem exercer aqueles direitos. Lutar pela revogação da Lei de Segurança Nacional.

**7. Apoio às Lutas pelas Liberdades Democráticas.** Apoiar os pronunciamentos, as manifesta-

ções, as campanhas e as lutas de outros setores sociais, organismos e entidades, que colimem os mesmos fins expostos nesta Carta de Princípios e neste Programa Mínimo de Ação. Apoiar as lutas dos familiares dos presos, cassados, aposentados, banidos, exilados e perseguidos políticos pela sua imediata libertação ou volta, pela recuperação da memória de suas existências, pelo repúdio às torturas e ao tratamento carcerário arbitrário e desumano que foram, são ou venham a ser vítimas. Apoiar as lutas dos sindicatos operários, dos sindicatos e das associações profissionais de assalariados e de trabalhadores em geral contra a exploração econômica e a dominação política a que estão submetidos, pela liberdade e pela autonomia sindicais, pelo direito à livre organização nos locais de trabalho, pelo direito de reunião, associação, manifestação e greve. Apoiar as lutas contra todas as formas de censura e cerceamento à Imprensa, ao Teatro, ao Cinema, à Música, às expressões artísticas, à produção e à divulgação da Cultura e da Ciência, em defesa da ampla liberdade de informar-se e de ser informado, de manifestar o pensamento, as opiniões e as reivindicações, de adquirir e utilizar o conhecimento. Apoiar as lutas dos estudantes por melhores condições de ensino, pelo direito de se manifestarem e pela liberdade de criarem e conduzirem as suas entidades representativas. Apoiar as lutas de todo o povo por melhores condições de vida e de trabalho, por melhores salários, contra o aumento do custo de vida, por melhores condições de alimentação, habitação, transporte, educação e saúde. Apoiar a atuação dos partidos e dos parlamentares que endossam essas mesmas lutas. E denunciar e repudiar todas as tentativas de impedir, distorcer, obstruir, descharacterizar e sufocar as lutas do CBA/SP e dos demais setores, organismos e entidades que se identifiquem com os princípios e objetivos aqui proclamados.

Vicariato Norte

Rio de Janeiro, RJ

## Assembleia da pastoral das favelas

No dia 28 de agosto de 1978 realizou-se a 11ª Assembléia da Pastoral das Favelas, sob a coordenação do Sr. Carlitos. Após as boas vindas aos participantes, foi feita a leitura da Ata da Assembléia anterior, incluído as conclusões do grupo da Coordenação que redefiniam e retomavam a linha da Pastoral das favelas.

Redefinindo a linha da Pastoral das favelas, Pe. Gilson lembrou que esta tem como finalidade o caminhar juntos em vista de ações concretas que numa unidade entre a Fé e a Vida ajude as pessoas de cada favela a assumir em união, todas as necessidades e problemas visando uma transformação em vista de melhores condições de vida.

Partindo desta finalidade da Pastoral, Pe. Gilson salientou a importância dos grupos nas Assembléias porque dão oportunidade a que todas as pessoas participem dando sua opinião sobre os problemas, o que não acontece se vamos trabalhar unicamente com grandes plenários, onde apenas algumas pessoas participam e quase sempre as mesmas.

Nesta linha foi deixado claro que a Pastoral das Favelas não pretende ser um trabalho de enfeite e nem se constitui dono de uma nova situação, mas quer colaborar com as pessoas na luta por melhores condições de vida nas favelas.

Dada a orientação para as perguntas sobre os trabalhos dos grupos, estes se organizaram por área de procedência, com as seguintes perguntas:

-Qual o principal problema que preocupa sua favela neste momento?  
-O que estamos fazendo e o que pretendemos fazer para resolvê-lo?

Ações desenvolvidas ou a se desenvolverem nas favelas:

- Trabalhos que desenvolvam nos moradores a solidariedade;
- Unir pequenos grupos e a partir destes, mobilizar outros moradores;
- Fortalecer as associações na luta pelos interesses dos moradores para o encaminhamento na solução dos problemas;
- Criar grupos de trabalhos variados, conforme as necessidades;
- Promover abaixo-assinados para reivindicações junto às autoridades;
- A favela do Jacarezinho fez a apresentação da Campanha da Solidariedade às 80 famílias que perderam os barracos no incêndio.

(...)



## CONCLUSOES DA COORDENAÇÃO E AVALIAÇÃO DA 11ª ASSEMBLEIA

Participantes: Morro de São João, Vila Cachoeira, Formiga, Coroa, Liberdade, Catumbi e São Carlos.

Foi sentida a falta de representatividade na Coordenação da Pastoral.

Conclusão: As pessoas precisam melhorar a participação nos grupos. Exemplo: quando alguém dá uma idéia, todos repetem e raramente se discorda ou discute aquela idéia.

(...)

Como proposta para a próxima Assembléia, apresentamos a seguinte pauta:

A) Problemas que serão estudados em Comissões:

1) Saneamento; 2) Água; 3) Caminhos; 4) Posse da Terra; 5) Luz; 6) Abusos da Polícia; Funcionamento das Associações de Moradores.

(...)

## Organização dos favelados vence grileiros

UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTO DOS MORADORES DA ROCINHA - INFORMATIVO Nº18 - 16/9/78

Só a União Pró-Melhoramento dos Moradores da Rocinha pode resolver os problemas da favela! E O SINDICATO DA ROCINHA! Luta contra a remoção e pela urbanização! A União é formada por todos os moradores que se associarem, lutando juntos na defesa dos interesses da Rocinha! Inscreva-se como sócio! Sede da União: fica na estrada da Gavea, 523, na Cidade NOva, perto da farmácia Lemos. Para inscrever-se, basta levar 2 retratinhos e um documento de identidade. Taxa de inscrição, CRS20,00. Mensualidade, CRS10,00.

Mais uma vez ficou provado que o maior inimigo das favelas é a especulação imobiliária: os interesses das grandes empresas imobiliárias que rem tomam conta das favelas situadas em áreas de grande valor; como a favela da Rocinha, na zona sul. Todos na Rocinha sabem que a União Pró-Melhoramento dos moradores da Rocinha começou no dia 3/9/78 o remanejamento dos moradores cujos barracos ficavam na área ameaçada pelas pedras que rolaram na rua Um, morro Dois Irmãos. Cerca de 60 famílias dessa área precisam sair, pois estão em risco de vida, e também porque a Diretoria de Geotécnica vai construir um muro neste local para proteger os barracos que ficam abaixo. A única área disponível é a área perto da Escola Paula Brito, que pertence ao município. A União Pro-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha arranhou um mapa desta área, com a demarcação do lote 26, que é o lote pertencente à Prefeitura. Para fazer o remanejamento, a União primeiro mediu a área, depois marcou os lotes para as 60 famílias, tomando cuidado para formar ruas e becos. Estas famílias começaram a limpar e aplainar os seus lotes, sem derrubar nenhuma árvore em bom estado, conforme as instruções da União. Logo no início, começaram as pressões contra o remanejamento. (...)

Mas o pior ainda estava por vir: no dia 13, quarta-feira, um desses falsos proprietários do lote 26 apresentou um título de propriedade da

tado de 1967, e conseguiu que a polícia mandasse parar o remanejamento, até o caso ser esclarecido. Acontece que essa pessoa foi realmente proprietária do lote 26, mas em 1969 a prefeitura desapropriou a área, pagando CRS80.000,00 ao proprietário, antes que o caso fosse resolvido, esse falso proprietário começou a construir uma enorme cerca de arame farpado no terreno da prefeitura. Na tarde do dia 14, quinta-feira, conseguimos um documento provando que a área pertence à Prefeitura. Os moradores que estão sendo remanejados então se reuniram e foram até o posto da PM, acompanhados pelo deputado Heitor Furtado, que tem defendido o remanejamento junto ao governo.

Na sexta-feira de manhã, arrancamos toda a cerca, cujo arame foi entregue no posto da PM, e os moradores recomeçaram seus trabalhos, que prosseguem normalmente. Soubemos que esse falso proprietário fez tudo isso porque é dono de uma grande imobiliária, que possui lotes perto da escola Paula Brito e tem medo que seus terrenos se desvalorizem com a proximidade da favela. Pois essas pessoas devem pensar que os favelados não são gente, não tem direito de ter onde morar. Mas agora as imobiliárias vão pensar duas vezes antes de tentar dar outro golpe deste tipo na Rocinha. Pois, os moradores, lutando juntos, podem derrotar qualquer grileiro que apareça na favela.



QUEM RESOLVE  
SOMOS NÓS,  
EXIGINDO...  
DEBATENDO...  
NOS ORGANIZANDO.

# Boletim da Comissão Pastoral da Terra Nº 17 (LIGADA A LINHA 2 DA CNBB) editorial

ALGUMA COISA NOVA ESTÁ POR ACONTECER...

## AMIGOS DO BAIRRO

Nova Iguaçu - (Rio)

julho de 1978

BAIRROS DECIDEM:

ASSEMBLÉIA COM O PRE  
FEITO

Cerca de 60 pessoas, representando 18 bairros, decidiram convidar o prefeito para participar de uma assembléia com todos os bairros, onde serão debatidos os seus principais problemas e reivindicações. Essa decisão foi tomada durante o 15º Encontro de Amigos do Bairro, realizado há dias em Moquetá.

O ENCONTRO

O encontro que se realiza de 2 em 2 meses, foi essa vez coordenado por uma comissão do bairro Boa Esperança. Estavam também representados Vila Aliança e a favela da Rocinha do Rio. Na primeira parte, foi feita uma troca de experiências e idéias. O que se viu é que o Movimento está crescendo e se espalhando. Algumas melhorias já estão sendo conseguidas e tem mais gente nos bairros começando a se animar e participar.

Estamos, mais uma vez, num tempo de eleições. É um tempo de muita promessa, muita conversa e muita confusão. Até parece que em tempo de eleição todos os problemas da vida do povo têm solução e serão resolvidos...

Mas é claro que todo mundo sabe, também, que os problemas continuam crescendo sempre, de pouco adiantando a papagaiada que é feita nas eleições.

O fato mais importante dentro da política do nosso Brasil é, sem a menor dúvida, a decisão de muita gente, especialmente os trabalhadores, de não aceitar os enganos das promessas. E começam a perguntar:

Por que as eleições não resolveram nossos problemas?

Por que nenhum partido político fez até agora aquilo que os trabalhadores da cidade e do campo tanto precisam?

Ao contrário de muitas promessas, e até de algumas leis,

por que a terra está cada dia mais longe das mãos dos trabalhadores?

Por que os trabalhadores, expulsos da terra, não têm direito a um terreno na cidade e são obrigados a viver em "invasões"?

Por que os salários são tão baixos, cada dia valendo menos, enquanto os operários trabalham cada dia mais?

E por que os poucos ricos continuam enriquecendo cada dia mais?

Temos certeza que alguma coisa nova está por acontecer. São por de ser assim quando os trabalhadores de um País começam a procurar os "porquês" das coisas. Nessa hora, a mesma porta do engano passa a ser usada para abrir os olhos, para descobrir os truques dos enganadores.

Já temos alguns resultados, no campo e na cidade.

Operários entram em greve (param de trabalhar) e conseguem aumento dos salários; nos bairros das cidades o pessoal se organiza para exigir a solução dos problemas de cada lugar (terreno, escola, rua, esgoto...); mulheres se unem nos clubes-de-mães para entender seus problemas e lutar para que sejam resolvidos.

Os posseiros não entregam sua terra aos grileiros e exigem seus títulos definitivos; pequenos proprietários se unem para garantir os preços dos produtos e os recursos para não serem engolidos pelos grandes proprietários; assalariados rurais começam a exigir seus direitos de trabalhador.

Os vários tipos de trabalhadores rurais estão se unindo para enfrentar o governo dos grandes proprietários e conquistar a divisão da terra e a mudança da política agrária do país.

Operários e camponeses, com apoio de outros setores, tocam pra frente o "movimento de custo de vida", lutando contra os baixos preços do mercado, contra os lucros dos intermediários, e exigindo que os salários aumentem mais do que o custo de vida, que a terra seja de quem trabalha nela e seja pago logo um abono a todos.

Isso tudo está provando uma coisa importantíssima:

que o povo trabalhador sabe o que precisa, é capaz de organizar-se e encontrar o jeito de conquistar o mundo novo que deseja.

Estas ações dos trabalhadores estão deixando atrapalhados o governo e os ricos, que sempre disseram que o povo não é capaz de decidir os destinos da sociedade.

Mas deixaram também confundidos outros que, sem misturar-se e enfrentar junto com o povo suas lutas, ficaram em seus escritórios fazendo planos de uma nova sociedade para os trabalhadores. Esses últimos estão podendo descobrir que o povo é muito mais capaz e criativo do que eles...

O que será que os políticos da ARENA, partido do governo e dos grandes ricos, irão prometer aos trabalhadores do campo:

que a terra será de menos gente ainda?

que os preços dos produtos dos pequenos será mais baixo para enriquecer ainda mais os intermediários?

que os salários dos bônus-deverá ser mais baixo para dar mais lucros aos proprietários ricos?...

Como poderá ser diferente, se foi isso que eles fizeram e defenderam nos últimos 14 anos?!

E os do MDB, o que prometerão:





ser contra o governo sem estar a favor dos trabalhadores ?  
chegar ao poder para enriquecer os ricos que não estão tendo lugar no atual governo ?

fazer uma política para conseguir os votos dos trabalhadores, sem ter uma política firme na defesa dos interesses dos que trabalham ? ...

Como poderia ser diferente, se foi isso que fizeram nos últimos 14 anos ?!

Frente a isso tudo, então, o que deveriam fazer os trabalhadores ?

Creemos que a primeira coisa, e a mais certa, é reunir-se e ver juntos os "por ques" das eleições e das muitas promessas bonitas que estão sendo feitas. Depois, com toda a liberdade, decidir o que é melhor.

O importante é lembrar sempre que não resolve nada entrar na conversa das promessas. Todas as pessoas, também os políticos, valem por aquilo que fazem, e não por aquilo que falam, não é mesmo ?

De qualquer maneira, mesmo que a decisão seja votar num dos partidos ou em algum candidato, é preciso não esquecer que a solução dos problemas dos trabalhadores não virá de quem está por cima.

São mesmo a união e a organização forte dos trabalhadores que podem um dia mudar as coisas para funcionarem em favor do povo.

Por isto, é melhor seguir o próprio caminho, mesmo se a gente calcula que vai ser um pouco longo. São assim é que a gente pode ter certeza que vai chegar lá.

Os outros caminhos, os das promessas, parecem ser mais fáceis e curtos, mas não levam pra onde a gente precisa e quer chegar.

Os caminhos que eles dizem ser curtos são levados a mais vantagens para os mais ricos, como foi até hoje, em toda a história do Brasil.

São mesmo um caminho marcado, aberto e feito pelos trabalhadores, junto com amigos verdadeiros, que poderá levar a uma sociedade boa para os que trabalham e sofrem até hoje.

E o caminho já está começado. É só seguir firmes nele.

ALVORADA-PRELAXIA  
DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - MATO GROSSO  
JULHO 1978

#### COMITE DE EMANCIPAÇÃO

Em 4 de junho de 1978 foi criado o Comitê de Emancipação de Santa Teresinha. O povo tá muito animado com esse movimento, pois já tá cansado de tanto sofrer com a politicagem de Luciara.

No dia 11 houve uma grande reunião, onde foi lançado o abaixo-assinado que está correndo todo o distrito, na rua e no sertão.

O Comitê, unindo todo o povo interessado na emancipação, vai mostrar que a união é a força da vitória. Teremos um prefeito eleito aqui mesmo, pois parece que o prefeito de Luciara não quer nada com o povo.

## Comunidades de Base: um povo que se liberta

BOLETIM DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA  
Nº 17 (ligada a linha 2 da CIBB)

O encontro de representantes das Comunidades de Base, em João Pessoa, Paraíba, foi uma coisa muito importante. Dois de cada três participantes eram operários ou trabalhadores do campo. Eles mesmos (eram 102 pessoas) tomaram o encontro em suas mãos, coordenaram tudo o que foi feito. Os bispos e outros agentes pastorais estiveram presentes como companheiros, escutando bem mais do que falando.

Esse povo todo, representando muitas Comunidades de quase todo o Brasil, examinaram com liberdade como os trabalhos estavam ajudando a "caminhar para a libertação". Depois de olhar a realidade e os trabalhos com toda a seriedade, decidiram coisas importantes. É só ver, para sentir um pouco, a carta que foi escrita para os bispos que irão para a reunião de Puebla, México, e as conclusões finais.

O mais importante, porém, é que todos experimentaram o quanto os operários e camponeses são capazes de fazer. A gente fica desejando que todos os trabalhadores de base cresçam ainda mais, para que o Reino de Deus chegue mais perto de nós, para que nossa sociedade seja modificada, para que o povo se liberte. A Pastoral da Terra, apoiada na encontro, quer colaborar nesta caminhada.

#### CONCLUSÕES FINAIS DO III ENCONTRO INTER-ECLÉSIAL DAS COMUNIDADES DE BASE - "IGREJA, POVO QUE SE LIBERTA"

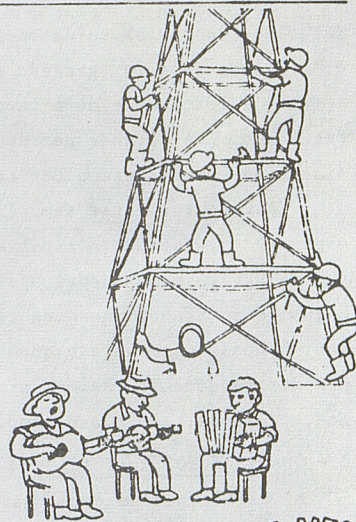
Nós, gente simples do povo, mulheres e homens, trabalhadores do campo e da cidade, índios, chegamos a essas conclusões no III Encontro Inter-Eclesial, realizado em João Pessoa, Paraíba, de 19 a 23 de julho de 1978. Somos representantes de todas essas Igrejas ou de comunidades de base que assinam embaixo. Em obediência à Palavra de Deus e em fidelidade às esperanças de nosso povo sofrido, decidimos assumir em nossa vida e na

caminhada de nossas Comunidades Eclesiais de Base, as seguintes orientações:

#### 1 - PISTAS INICIAIS :

(...)

c) Em tudo a gente deve partir sempre de nossos interesses de povo pobre e não dos interesses dos que hoje se encontram no poder. Toda essa opressão que chega sobre nós tem sua raiz no pecado : as terras nas mãos de quem não precisa



NINGUÉM VIVE NEM  
FAZ NADA  
SOZINHO





delas, os operários sujeitos a ganharem um minguado salário, gerando frutos como a fome, a mortandade de crianças, o analfabetismo. Esse grande pecado é agora social e se chama sistema capitalista.

d) Procurar estar sempre unidos e organizados, fazendo nosso trabalho dentro de nossas comunidades, para provar a nossa fé no Senhor que muda todas as coisas, a nossa esperança e quem está sempre esperando e seu Reino, prometido a nós, pequenos, e o nosso amor.

#### 2 - QUANTO À NOSSA ATUAÇÃO NO MUNDO :

a) Participar de todas as ferramentas que vão nos ajudar em nossa luta pela libertação, como sindicatos, associações, partidos políticos e outros que sejam nossos, e não para nós.

b) Lutar para que a terra seja dividida entre nós, camponeses e índios, que dela tiram os produtos para o seu sustento, para que a gente possa viver na terra sem ser tocado como gado. Na cidade, nós operários, queremos ter maior participação em tudo, principalmente na posse comum dos meios de trabalho ( ferramentas, máquinas, indústrias).

#### 3 - QUANTO À NOSSA ATUAÇÃO NA IGREJA :

c) Procurar fazer com que as celebrações na Igreja expressem a nossa vida e

a nossa cultura, de maneira que elas não defendam os que pisam nos interesses de nossa classe oprimida.

#### 4 - QUANTO À ANÁLISE DA REALIDADE :

a) Procurar conhecer a realidade do local, no nosso município e dos municípios vizinhos, para fazer uma corrente que se liga entre nós, descobrindo o que está por trás daquilo que os poderosos procuram esconder de nós, a fim de que os nossos olhos passem a ver o que realmente precisamos ver.

b) Fazer essa análise com boa participação de todos, de modo que o nosso esforço cresça sem nunca voltar atrás.

c) Assumir a nossa condição de classe oprimida, pois temos de fazer um trabalho acreditando uns nos outros, já que os nossos interesses são iguais.

#### 5 - QUANTO À MANEIRA DE CONHECER ESSAS COISAS :

a) Sempre em pequenos grupos, onde o povo encontra o povo.

b) Através de uma ação avaliada, para que seja correta.

c) Procurando estudar a realidade, principalmente a história das sociedades, segundo a nossa maneira de entender essa história, pelos olhos de quem constrói e sustenta a base social.

AMIGOS DO BAIRRO  
NOVA IGUAÇU-RIO-  
JULHO 1978

## Rocinha faz mutirão

Há seis meses começou na Rocinha um mutirão para limpeza das valas e colocação de manilhas.

Hoje 100 pessoas já trabalham no mutirão que é feito todos os domingos. O pessoal já limpou um bom pedaço da favela na parte de cima.

Existem também na favela curso de corte e costura, grupo jovem, teatro e uma creche construída pelos moradores. O teatro fala dos problemas da Rocinha e é apresentado nas ruas.

O grupo do mutirão tem também um jornal, o "Tagarela", que conta todo o trabalho feito na favela.

## varadouro Nº 44

RIO BRANCO  
ACRE

## Queremos o sindicato das lavadeiras

É provável que muitas famílias remediadas de Rio Branco tenham em breve que discutir com suas lavadeiras um preço mais justo pela lavagem da roupa, se não quiserem sofrer o vexame de não ter suas peças bem lavadas e passadas toda semana. No primeiro domingo de julho, dia 2, cerca de 35 lavadeiras estiveram reunidas no bairro Abraão Alab, discutindo o problema, e deixaram bem claro que precisam reivindicar remuneração mais justa por seu trabalho, ou acabarão doentes, exaustas de suas forças, sem terem ao menos garantido a sobrevivência de seus filhos, além da sua própria.

"Estou ficando fraca, ruim da saúde e não tenho mais forças para continuar trabalhando..." — dizia na reunião dona Maria Saraiva, moradora do bairro Palheral que tem 53 anos de idade e passou 18 lavando roupa. "Não tenho mais forças..." Ela repetiu isso com dignidade, denunciando uma injustiça social que precisa ser corrigida.

As lavadeiras mais jovens a ouviram com atenção, compreendendo que todas caminhavam para essa situação dramática e aflitiva que, entretanto, deve ser evitada. Outros pro-

blemas foram levantados e no final as lavadeiras foram bastante práticas anotando-os, bem como as soluções que terão de alcançar, falando inclusive em se organizarem em associação ou sindicato. Quando analisavam os problemas comuns a classe, descobriram que a cidade, nestes últimos anos, se preparou apenas para receber os "compradores de terras" chegados do sul do país e para melhorar o dia-a-dia da burguesia local, sem dar um passo para humanizar a vida nos bairros periféricos onde vieram se alojar as famílias pobres de ex-seringueiros, em parte expulsas pelos novos donos das terras. Elas refletiram sobre esta situação, decidindo cobrar das autoridades e da sociedade em geral uma mudança.

Guilhermina Barroso, que desponta como uma digna representante da classe, acha que o mais urgente e importante para as lavadeiras é que se consiga um preço justo para a lavagem. "Com a união de todas, a gente poderia entrar num acordo de quanto cobrar e a nossa situação poderia melhorar".

Ela acha que a concretização disso viria através da criação de uma Associação das La-





vadeiras, uma entidade com a que já possuem os estivadores de Rio Branco para defender seus direitos. Dona Guilhermina tem discutido o assunto com suas companheiras, em conversas isoladas ou nos encontros de grupos comunitários que estudam o evangelho.

Na reunião de 2 de julho, no Centro Comunitário do bairro Abraão Alab, todas se mostraram muito interessadas na criação da Associação e se sentiram mutuamente apoiadas, acreditando que estão encontrando o caminho para a solução de seus problemas. Entre estes, elas relacionaram na ocasião:

## Organização popular para melhorar o transporte CB

Na manhã do último dia 23, uma sexta-feira, mais de 500 moradores do bairro Duval de Barros apedrejaram e quebraram quatro ônibus coletivos da linha 199 que serve àquela localidade. Inconformados em esperar por mais de uma hora (de 5 às 6,30) a condução que os levaria ao trabalho, os operários da região resolveram partir pro quebra-quebra — um meio de demonstrar a insatisfação pelos péssimos serviços prestados pela empresa Barreiro de Cima, que monopoliza o transporte coletivo na região da cidade industrial. Além dos constantes atrasos, que acarretam a perda de dias de serviço, os trabalhadores vêm seus salários aumentando 40% enquanto só os preços do transporte coletivo subiram mais de 100% no período de outubro de 77 a junho de 78, nesta capital. Como sempre acontece nestes casos, a primeira reação das autoridades foi a repressão policial, deslocando elementos da polícia militar para o local para apurar o fato terminando com a prisão de um trabalhador que estava revoltado por já ter perdido o dia de serviço.

Fatos como este, bastante comuns até o ano de 76, foram se tornando mais raros, constituindo-se, hoje, casos isolados. Será que os trabalhadores e suas famílias, usuários que julgavam vital sua locomoção entre a casa e o trabalho passaram a preterir o transporte coletivo por outra maneira melhor de condução? Ou será que o governo passou a cumprir suas obrigações para com os trabalhadores melhorando as condições de transporte coletivo? Ou ainda os trabalhadores se intimidaram face à repressão policial que sempre se segue a estas revoltas espontâneas, amortecendo seu potencial de luta? Nem uma coisa nem outra. Hoje, os trabalhadores, mais amadurecidos na dura luta cotidiana pela sobrevivência, encontraram novas formas de fazer valer seus direitos. Numa sensível mudança qualitativa os trabalhadores da região industrial de BH começam a se organizar autonomamente para lutar por um transporte coletivo mais eficiente e mais humano.

A mais recente manifestação nesse sentido ocorreu na tarde de 4 de junho, um domingo que apresentava como atrativo desmobilizador o jogo Atlético e Cruzeiro. Este motivo, entretanto, não foi suficientemente forte para afastar mais de 600 moradores represen-

a — não tem luz (energia) para engomar; b — falta água na maioria dos bairros; c — o dinheiro que recebem pelas lavagens é muito pouco; d — engomar na casa dos outros; e — muitas não possuem cacimbas e são obrigadas a usar o poço do vizinho; f — o que ganham não assegura uma sobrevivência digna.

Como soluções, além da idéia de se unirem para criar uma associação ou sindicato e estabelecerem novo preço comum para as lavagens de roupa, propuseram organizar meios para utilizarem a água do rio Acre nas lavagens.

foi o cansaço, foi a fome do povo que nos trouxe aqui. A necessidade de um transporte melhor".

Também a Paróquia Cristo Redentor, do Barreiro de Cima, através de seu conselho paroquial se solidarizou através de uma carta ao movimento "que luta por melhores condições de transporte coletivo para a nossa região, isso porque é um problema de todos nós e porque sabemos que só

através da união do povo é que resolveremos nossos problemas".

### ANTECEDENTES DA ORGANIZAÇÃO

Toda esta organização, partida dos próprios trabalhadores e de suas famílias, mostra um estágio bem mais avançado na luta do povo por melhores condições de vida e trabalho. Desde a época dos constantes quebra-quebras é sensível a mudança operada na forma de luta da grande maioria da população por condições mais humanas de vida. Entretanto, até se chegar ao atual grau de organização, muitos obstáculos foram vencidos, como demonstra a trajetória do movimento por melhores condições de transporte. Isoladamente, cada bairro já havia feito suas tentativas de solucionar o problema, desde quebra-quebras até reuniões e assembléias nos bairros. Entretanto, as pequenas vitórias conseguidas e mesmo as sucessivas derrotas individuais não conseguiram abater o ânimo da população.

Até que surgiu no Barreiro de Cima a primeira organização de maior peso. Representantes de 13 bairros da região do Barreiro de Cima prepararam e organizaram uma assembléia popular com a presença de autoridades para tratar do problema da condução. Aproximadamente 400 moradores compareceram ao encontro levando 7.200 assinaturas de moradores da região reivindicando das autoridades, diante de vários jornalistas e da televisão, a melhoria do maior problema sentido pela população: o transporte coletivo.

DE FATO  
Nº 24

tando 22 bairros da região industrial de BH de um encontro com os donos da empresa Barreiro de Cima e com autoridades convidadas. Nesta assembléia, previamente organizada, os bairros reivindicavam basicamente três coisas: a volta dos preços intermediários, em todos os ônibus direto, a colocação de linha de ônibus nos bairros que não possuem e a limpeza e circulação dos ônibus dentro dos horários estabelecidos pela Superintendência Municipal de Transporte-SMT.

Todos os que foram ao local puderam ver as grandes faixas colocadas pela comissão organizadora onde se lia: "os moradores da Cidade Industrial merecem um transporte mais humano". A carta entregue pelos representantes dos bairros Independência, Petrópolis, Cruz de Malta e Mineirão dizia que "nós somos operários honestos e trabalhadores, que contribuímos para o progresso de BH. Pagamos nossos impostos que entram para os cofres públicos. Portanto, merecemos que se volte maior atenção para nossa comunidade sofrida."

D. Candinha, moradora do Tirol e incansável batalhadora pelos direitos do povo da região falou na assembléia que "o povo unido resolveu organizar esta manifestação. Foi a necessidade,



## É HORA DE UNIÃO

Vamos participar das eleições. Como?

São essas as razões que hoje nos levam a participar dessas eleições. Toda a experiência que tivemos nos trabalhos de reivindicações dos bairros, na participação no Movimento do Custo de Vida, na luta nas fábricas, e na oposição sindical, mostrou que soluções definitivas dependem da política.

Para ver qual a melhor forma de participar nas eleições para deputado federal e estadual que vão haver este ano, foram realizadas diversas reuniões em muitos bairros e associações. A solução encontrada foi:

**1** O lançamento de candidatos indicados pelo povo, que fossem pessoas que vivem as dificuldades que o povo vive e que têm mostrado na prática o seu comprometimento com as lutas que estão sendo desenvolvidas;

**2** Lançar os candidatos através do MDB, já que o governo impede a formação de um partido que represente melhor os interesses do povo. O MDB é o partido oficial e de oposição, apesar de

vários dos que lá estão não fazerem mesmo oposição;

**3** Fazer a carta-programa dos candidatos surgir de uma grande discussão com todas as pessoas que os apoiam. Não serão os candidatos sozinhos que vão fazer a carta-programa, que é o do-

cumento onde os candidatos apresentam o que pretendem fazer, a favor do que e contra o que vão lutar;

**4** Fazer uma campanha com a participação de muita gente, onde todos sejam responsáveis;

**5** Desenvolver a campanha organizando comitês pró-candidaturas nas fábricas e nos bairros, que possam contribuir para aumentar o entendimento da política pelo povo e melhorar sua organização;

**6** Não afastar os candidatos, quando eleitos, dos trabalhos que já desenvolvem. Pelo contrário, eles irão contribuir para torná-los mais fortes e mais amplos, o que deverá ser cobrado por todos.

## PROGRAMA

Pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

Anistia para todos os presos políticos, perseguidos, exilados, casuados e banidos.

Acabar com todas as Leis que tiraram a Liberdade do povo brasileiro - Ato Institucional nº5, Lei de segurança Nacional, Lei de Greve, Decreto 477, etc

Eleição direta para Presidente, Governador e Prefeito e para todos os demais cargos políticos.

Liberdade Sindical e Direito de Greve.

Reforma agrária com terra e apoio para quem nela trabalha.

Controle sobre o capital estrangeiro na economia nacional.

Prioridade para o abastecimento e o comércio internos.

Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Recuperação e valorização do poder de compra do salário.

Proteção aos pequenos e médios negociantes e produtores contra os grandes.

Facilidade para aquisição de casa própria e regularização dos terrenos clandestinos.

Melhoria dos transportes coletivos, do INPS e dos Serviços Públicos, de Saúde, Educação e Saneamento Básico.

## AURELIO PERES

- Candidato a deputado federal pelo MDB. É operário ferramenteiro, trabalha na Caloi. Há dez anos membro da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo. É membro da coordenação do Movimento do Custo de Vida, membro da Pastoral Operária, secretário e ex-presidente da Sociedade Amigos do Bairro da Figueira Grande.

## IRMA PASSONI

Candidata a deputada estadual. Professora. É membro da coordenação do Movimento do Custo de Vida, da Pastoral do Mundo do Trabalho, do Movimento de Alfabetização de Vila Remo.

**Fernando Henrique Cardoso**  
 Professor,  
 candidato a senador - MDB São Paulo.

- Estado de Direito
- Anistia ampla e irrestrita
- Eleições diretas para Presidente da República
- Eleições diretas para todos os cargos eletivos
- Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana
- Autonomia política e financeira para os municípios
- Liberdade de organização partidária
- Liberdade e autonomia sindical
- Melhores salários para os trabalhadores
- Distribuição de renda e de riqueza
- Controle do capital estrangeiro
- Desenvolvimento da tecnologia nacional
- Reorganização do sistema financeiro, com o fim dos juros extorsivos
- Controle pelo Congresso e pelo povo em geral das empresas estatais
- Liberdade das organizações estudantis
- Liberdade de organização e reivindicação para o funcionalismo público
- Defesa dos camponeses e dos

- trabalhadores do campo
- Igualdade de direitos para as mulheres
- Liberdade de manifestação política e cultural, no rádio, na televisão na imprensa, no teatro, no cinema e em todas as formas de expressão
- Valorização do negro e das outras minorias raciais

## A aliança com os sindicatos

O candidato do MDB ao Senado, Fernando Henrique Cardoso, deu na semana passada um passo importante em sua campanha ao efetivar um compromisso de trabalho com os mais ativos sindicatos do Estado de São Paulo. Entre estes estão os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Santos, Santo André e Osasco; o Sindicato dos Petroleiros de Campinas e o Sindicato da Indústria de Paving de São Paulo.

O compromisso assumido pelo candidato emedebista pelo apoio da área trabalhista foi formalizado por um documento conjunto, que deve servir de roteiro à campanha. A carta coloca em posição de destaque a questão da organização dos trabalhadores no processo de "transição do Estado autoritário para o Estado democrático", chamando atenção para dois princípios básicos dessa questão: o da autonomia sindical e o da liberdade de organização político-partidária. 28/8

MOVIMENTO

MOVIMENTO 9-11-78

Apesar das dificuldades nas articulações para a formalização da frente de candidaturas democráticas e populares, ela começa a surgir no embate da luta eleitoral, como aconteceu no domingo retrasado, na solenidade de inauguração do comitê dos candidatos populares Aurélio Peres (a federal) e Irma Passoni (a estadual) ambas ligados ao Movimento do Custo de Vida. O acontecimento acabou se transformando numa reunião de uma verdadeira frente de candidatos democráticos e populares com o comprometimento do candidato ao senado Fernando Henrique Cardoso e diversos candidatos a deputado estadual e federal. A efetivação de uma frente eleitoral de candidatos populares foi uma das principais tônicas dos discursos, inclusive do próprio Aurélio Peres, que destacou em seu aplaudidíssimo discurso: "A primeira bandeira nossa é a unidade. Sem a unidade não poderemos derrotar o nosso inimigo principal, que é o regime".

Os primeiros contatos em São Paulo para a formação de uma frente de candidatos comprometidos com as bandeiras mais caras da oposição popular começaram a ser estabelecidos no início do ano entre representantes dos diretórios distritais do MDB da Freguesia do Ó e da Bela Vista, elementos ligados ao Movimento do Custo de Vida, a Frente Nacional do Trabalho, a Pastoral do Mundo do Trabalho e a outros trabalhos de bases. Surgem novas iniciativas para aglutinar os candidatos, como o cartaz, lançado para o dia 7 de setembro, em que 16 candidatos denunciam o avassalamento do país pelo capital estrangeiro.



## POR UMA FRENTE POPULAR ELEITORAL

É necessário criar uma FRENTE POPULAR que sirva para forjar a unidade do povo numa aliança de ferro que lute decididamente por uma alternativa popular no atual regime. Uma FRENTE que aglutine operários, trabalhadores agrícolas, camponeses, estudantes, cristãos progressistas, parlamentares combativos do MDB e todos os democratas que se opõem de forma consequente ao atual regime anti-operário e anti-popular.

Existem muitas correntes que hoje fazem oposição ao regime (inclusive os "moderados", majoritários dentro do MDB) que, por temerem o povo, ou não acreditarem nele, procuram para a crise uma saída longe de suas lutas concretas e de suas iniciativas. Se o lema do atual governo é "reformular sem mudar nada", o destas correntes é "vamos fazer as reformas antes que o povo as faça". Uma das expressões mais importantes destas correntes inconsequentes de oposição tomou forma na chamada Frente Nacional de Redemocratização (que no futuro poderá expressar-se num partido político), encabeçada por personalidades dissidentes do regime, que até ontem estavam comprometidas com a opressão e o arbitrio. A ela se somaram setores combativos do MDB, que se caracterizaram nos últimos anos por uma prática de denúncia do regime e que, equivocadamente, depositam esperanças neste projeto elitista. Projetos como este que não se

comprometem sequer com a liberdade de organização para todos os partidos políticos e exclui de seus objetivos uma efetiva participação popular na condução dos destinos do país, não é verdadeiramente representativo dos anseios populares. Não é por isso que lutamos.

Necessitamos de uma FRENTE POPULAR que seja capaz de impulsionar vigorosamente a luta da classe operária e do povo contra a exploração e a opressão, e pela conquista de um governo que suprima por completo o regime autoritário, elimine as leis de exceção e os órgãos repressivos, e garanta amplas liberdades democráticas para o povo. Um governo onde o povo não tenha apenas o direito de eleger os seus representantes, mas também o supremo direito de participar ativamente do exercício do poder. Não há outro caminho para por fim ao arbitrio e à exploração e para construir uma verdadeira democracia.

Necessitamos de uma FRENTE POPULAR capaz de organizar-se numa agremiação política que, mesmo dentro dos marcos autoritários da reforma partidária anunciada pelo governo, assumida de forma mais consequente que o MDB, a luta política contra o regime e faça da atividade parlamentar um instrumento a mais para o desenvolvimento da organização e mobilização popular.

## PLATAFORMA

- MARCO AURELIO RIBEIRO - BELA VISTA S. PAULO  
Candidato a deputado estadual - MDB SP - Advogado. Atualmente suplente de vereador da Câmara Municipal de São Paulo. Participa da luta dos Bairros, auxilia na luta das oposições sindicais. Participou da coordenação do Movimento do Custo de Vida.
- PELO FIM DO REGIME REPRESSIVO.** Por um Governo cujo poder emane do povo e por ele seja exercido; que suprima as leis de exceção e desmantele o aparelho repressivo; que garanta amplas liberdades democráticas e eleve as condições de vida do povo; que convoque e garanta uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Por uma FRENTE POPULAR, que construa a unidade do povo e una todos os setores combativos da oposição.
- PELA ANISTIA AMPLA, TOTAL E IRRESTRITA A TODOS OS SETORES, PERSEGUIDOS, CASSADOS, BANIDOS E EXILADOS POLÍTICOS.**
- PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS.** Eliminação de todas as leis de exceção, inclusive as chamadas "salvaguardas constitucionais". Por eleições livres, diretas e secretas em todos os níveis, com ampla liberdade de propaganda eleitoral. Pelo direito de voto dos analfabetos, soldados e marinheiros. Pelas liberdades sindicais, pelo direito de greve, pela livre organização das comissões de fábricas, pela negociação livre e direta com os patrões. Pela liberdade de organização de todos os partidos políticos. Pela liberdade de pensamento de expressão e de criação artística e contra a censura.
- POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO PARA O POVO.** Denúncia da exploração a que estão submetidos os trabalhadores. Contra o Arrocho Salarial e contra a carestia. Pela revisão da CLT e da lei do FGTS. Por melhores condições de saúde, educação, transportes, moradia e lazer. Contra a especulação imobiliária, grilagem de terras e pelo apoio irrestrito às vítimas dos loteamentos clandestinos. Pela criação, extensão e efetiva aplicação da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo. Pela posse da terra aos pequenos parceiros, arrendatários e posseiros. Contra a exploração predatória das riquezas naturais e pela preservação do meio ambiente. Contra a discriminação da mulher e pela igualdade de direito entre o homem e a mulher.
- CONTRA A DOMINAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO E PELA DEFESA DAS RIQUEZAS NACIONAIS.** Por uma economia voltada para os reais interesses populares. Denúncia dos acordos internacionais lesivos aos interesses da maioria da população. Contra a dominação da economia nacional pelos grupos monopolistas internacionais. Pelo congelamento da dívida externa. Contra os contratos de risco e em defesa das nossas riquezas naturais. Pelo desenvolvimento de uma tecnologia voltada para os interesses da maioria da população. Por uma política externa independente e solidária com os demais povos oprimidos. Pela defesa dos valores culturais populares e nacionais.

POR UMA FRENTE  
QUE ORIENTE O MOVIMENTO  
QUE SACUDA E ARREBENTE  
O CORDÃO DE ISOLAMENTO

## EUDES DE FREITAS - cand. dep. estadual - MDB - RJaneiro

O golpe militar de 1964 acabou com os velhos partidos políticos dos setores dominantes e com as formas de organização dos setores populares, e limitou cada vez mais o espaço de participação política para as massas populares através da criação da ARENA e do MDB. Ao procurar circunscrever a participação política da oposição popular no "saco de gatos" que é o MDB - onde coexistem autênticos, moderados, neo-autênticos, e onde começa a se esboçar uma "tendência socialista" - o regime viu o feitiço voltar-se contra o feiticeiro, pois criou uma situação que permitiu que o partido da oposição consentida fosse a expressão de descontentamento popular, e que nas eleições majoritárias os votos no MDB pudessem ser avallados como referencial para um regime sem legitimidade aos olhos do povo oprimido.



A "lei Falcão" e o "Pacote de Abril" vieram somar-se às já antigas limitações, como: impossibilidade de voto para analfabetos, sargentos, cabos, soldados e marinheiros e à ausência de liberdade de organização partidária, especialmente para os partidos operários e populares, enfraquecendo ainda mais a importância do Parlamento como órgão de fachada, com limitadíssimo poder de fato. Soma-se a esta situação o clima de repressão aos parlamentares combativos que, fazendo do mandato parlamentar uma tribuna de denúncias dos crimes cometidos pelo regime, viram-se banidos, cassados, exilados, suspensos, etc.

A luta por uma Assembléia Constituinte que conquista algumas parcelas da oposição, na verdade não tem levado em conta todas essas limitações impostas pelo regime autoritário, e muito menos tem indicado a forma de poder, o tipo de governo que deve garantir uma Constituinte verdadeiramente representativa dos anseios dos oprimidos. A nossa luta hoje é pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela liberdade de organização para os partidos operários e populares, pela liberdade sindical e pelo direito de greve, conquistando na prática as liberdades democráticas, construindo uma força política oposicionista capaz de apontar os rumos do socialismo. A nossa tarefa principal é contribuir para a participação política das massas populares, através de suas formas de organização e luta independentes e propagandeando em todos os rincões um programa verdadeiramente popular.

Nesta nova conjuntura surgirão certamente partidos auto-nomeados de "socialistas" ou "trabalhistas" e pretendem do falar em nome dos trabalhadores. Responderemos a isso com a necessidade de lutarmos por um verdadeiro partido dos trabalhadores, sabendo que este só surgirá como fruto de um longo processo de lutas que cabe aos trabalhadores percorrer. Isso não significa que devamos ser partidários do bi-partidarismo, que pretendemos correr fileiras com aqueles que querem deixar "tudo como está", argumentando que o fim do bi-partidarismo seria o fim da oposição. O fato de existirem vários partidos de oposição não impedem que possam atuar em conjunto na luta contra a ditadura. É nesse sentido que nos cabe denunciar de forma vigorosa as limitações das rearticulações partidárias, procurando ao mesmo tempo, forçar ao máximo a extensão desta rearticulação dando margem para que as diferentes correntes políticas expressas na sociedade possam encontrar melhores canais de participação na vida política. Neste sentido devemos lutar por ampliar um espaço político no campo da rearticulação partidária, não nos negando a aproveitar as brechas que por ventura surjam ou sejam conquistadas, mas denunciando as limitações impostas pelo regime e levantando com firmeza a bandeira de luta pela liberdade de partidos operários e populares. Isso levando em conta que, hoje, a única unidade política verdadeiramente democrática e anti-autoritária é a unidade pela base dos organismos independentes que expressam a vontade popular, onde o povo oprimido faz a sua política e a cujo serviço deve estar o programa e a prática de uma candidatura consequente.

TRECHO DA CARTA DO COMITE DOS PROFESSORES DE APOIO AO CANDIDATO RAIMUNDO DE OLIVEIRA - MDB - R.Janeiro assuma hoje uma importância decisiva a unidade dos candidatos/

realmente comprometidos com a luta contra o regime repressivo: a FRENTE POPULAR ELEITORAL. A atuação conjunta acarreta uma coesão política maior das forças populares e permite a divulgação junto a amplas parcelas da população de nosso programa de defesa radical dos interesses / populares, ao mesmo tempo que demarca campo com os falsos oposicionistas, com os adesistas e demagogos de todo tipo que usam a legenda do MDB para enganar o povo. Por isso mesmo, devemos emprestar todo nosso apoio às iniciativas da Frente Popular Eleitoral e aos candidatos comprometidos com ela, no rumo da conquista das mais amplas liberdades para o povo e de um governo / democrático e popular, capaz de garantir a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

(Candidato apoiado pelo Comitê dos Professores)

.CONTRA O ARROCHO SALARIAL

.POR UM ENSINO PÚBLICO E GRATUITO VOLTADO PARA OS INTERESSES POPULARES

.PELA PARTICIPAÇÃO DO PROFESSORADO EM TODAS AS DECISÕES REFERENTES AO ENSINO

.PELO DIREITO DE GREVE

.PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

.POR UMA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE LIVRE E SOBERANA

.POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

#### MOVIMENTO 11/9/78

(...)

Desde que foi lançado, em reuniões realizadas no Diretório Municipal de Niterói com a presença de cerca de 300 pessoas - a maioria ligada à campanha que elegeu em 1976 no Rio o vereador Antonio Carlos -, Raimundo tem colocado como um dos principais objetivos de sua campanha a formação de uma frente de candidatos populares e democráticos. Nas mesmas reuniões de Niterói, e com a participação de outros candidatos, foi aprovado um programa para a Frente Popular Eleitoral, com três pontos básicos: a questão democrática ("pelo fim do regime repressivo e

pelas liberdades democráticas"), a questão nacional ("contra a dominação imperialista") e a questão social ("por melhores condições de vida para o povo"). O programa também recomenda aos candidatos que promovam atividades e comitês conjuntos, mantendo a autonomia de cada campanha; e dirijam-se fundamentalmente para os bairros e setores populares.

Existem também dificuldades quanto à própria disposição de alguns candidatos incorporarem-se à Frente. Edson Khair, por exemplo, acusa-a de "capitulacionista" diante do chaguismo (referindo-se às discussões que os candi-

datos democráticos travaram sobre sua participação no processo de eleições indiretas, apoiando Amaral Peixoto para a vaga biônica) e propõe junto com a suplente de deputado Rosalice Fernandes, uma Frente de Mobilização Popular que teria como objetivo principal incentivar a "organização independente dos trabalhadores" (que também é objetivo da Frente Popular Eleitoral). Outro integrante dessa tendência, o candidato a deputado estadual Eudes de Freitas teve sua candidatura lançada nas mesmas reuniões que aprovaram o programa da Frente, mas distanciou-se dele em virtude de sua discordância em relação à defesa da Constituinte (defende a ênfase num "governo dos trabalhadores") e às bandeiras anti-imperialistas.



## ADELMO OLIVEIRA candidato deputado estadual-MDB-Bahia

EM TEMPO Nº 27

## FERNANDO MORAIS

Pontos programáticos DEP. ESTADUAL  
MDB - S. P.

*\*(Extraído do anteprojeto de carta-programa preparado pelo comitê eleitoral da candidatura de Fernando Morais.)*

Com relação à proximidade e distância de nossas posições políticas daquelas defendidas por vários candidatos consequentes da Bahia não existe talvez muita diferença no plano tático. No centro das questões políticas está colocada a luta pelas liberdades democráticas, a defesa intransigente da anistia ampla, geral e irrestrita, a convocação de uma constituinte livremente eleita, precedida da revogação das leis repressivas, eleições livres e diretas para governador do Estado e presidência da República, ampla liberdade de organização, de manifestação de pensamento e de reunião. Estas são a meu ver questões comuns a todos os candidatos mais consequentes.

O aspecto que distancia a nossa das outras candidaturas é a vinculação das liberdades democráticas com as propostas de fundo que enfatizam a questão da estrutura da sociedade brasileira. Portanto, acho que a contradição básica da nossa sociedade se fixa na oposição entre o capital e o trabalho, e, tanto no discurso, quanto na prática política nos propomos assim a nos situarmos.

A luta parlamentar exerce um papel secundário para um grande projeto de transformação estrutural da sociedade, todavia, não se deve esquecer dentro deste plano sua importância quando ela está estreitamente vinculada às lutas sociais travadas pelos setores explorados e oprimidos, que a cada dia se organizam, e que a cada dia demonstram a sua força e o seu papel transformador.

**- Levando tudo isso em conta você considera o bipartidarismo esgotado?**

- Compreendo que nem ao próprio sistema interessa mais sustentar o bipartidarismo em razão das divisões surgidas à luz do dia. Mas se o sistema acena com as reformas não é para libertar a maioria da população brasileira submetida às condições de miséria, e sim para rearticular, de cima para baixo, os interesses das minorias divergentes. O que pregamos é a formação de partidos políticos que nasçam de baixo para cima, legitimando a sua autenticidade. Assim como a burguesia no parlamento tem voz e voto, devem ter também os trabalhadores e o povo.

Luta contra o regime do grande capital monopolista

Luta pela conquista e consolidação das liberdades democráticas, em especial as liberdades fundamentais para as classes trabalhadoras.

Luta pelo respeito aos direitos humanos e pela volta das Forças Armadas a seu papel constitucional; pela revogação de toda legislação que propicia a perseguição política e a impunidade dos perseguidores.

Luta pela melhoria das condições de vida da população

Luta por uma reforma agrária democrática

Luta por eleições livres e diretas em todos os níveis

Luta pela constituição de um governo de transição

Pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana

## RUY BRITO-SERGIO DOS SANTOS-cand.fed.estadual-MDB-S.P

- PELA LIBERDADE E AUTONOMIA DOS SINDICATOS
- PELA GARANTIA E ESTABILIDADE DE EMPREGO
- PELA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E DAS RIQUEZAS
- PELO DIREITO DE GREVE
- POR MELHORES SALÁRIOS
- PELA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA
- PELA LIBERDADE DO POVO PARA FALAR, RECLAMAR, REIVINDICAR E SE ORGANIZAR PARA DEFENDER SEUS INTERESSES E PARA FORMAR PARTIDOS POLÍTICOS
- POR UMA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE COM A MÁXIMA PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

## Depois das reformas: Como fica a Constituição

A reforma adotada para vigência a partir de 1.º de janeiro se acentua, assim, mais pelo que restabelece do que pelas inovações. Com ela, desaparecem todos os Atos Institucionais e Complementares, destacando-se o AI-5. Pela eliminação do AI-5, o presidente da República perde competência para:

1. Decretar o recesso do Congresso Nacional, de Assembleias Legislativas e de Câmaras de Vereadores.

2. Legislar no recesso do Congresso, quando podia até elaborar uma Constituição, assumindo plena capacidade legislativa e constituinte.

3. Decretar intervenções nos Estados e Municípios, a não ser nos casos clássicos previstos nas Constituições anteriores.

4. Cassar mandatos e suspender direitos políticos.

5. Suspender as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, concedidas, entre outros, a Juízes e professores.

6. Aposentar funcionários e reformar militares sumariamente.

7. Confiscar sumariamente bens.

8. Suspender a plenitude do habeas corpus.

No novo regime de instrumentos de defesa dos Estados, as novidades são

estas:

1. Altera-se o clássico regime do Estado de Sítio, com a adoção de mais dois instrumentos, o Estado de Emergência e as Medidas de Emergência.

2. Nas Medidas de Emergência, o Executivo pode, em casos locais, determinados e restritos, aplicar aquelas providências previstas pelo clássico Estado de Sítio. Por exemplo, se o presidente da República quiser apreender ou censurar uma edição de jornal, pode decretar as Medidas de Emergência, pois o Estado de Sítio prevê a censura. Se quiser usar mais amplamente a censura ou apreensão, deve se valer do Estado de Sítio ou do Estado de Emergência.

3. A diferença entre o Estado de Sítio e as Medidas de Emergência é que, nestas, o presidente se limita a comunicar ao Congresso a providência adotada. Como o Congresso toma conhecimento do fato consumado, não tem o poder de aprová-lo ou não.

4. É criado o Conselho Constitucional para ser ouvido pelo presidente no Estado de Emergência e nas Medidas de Emergência. Compõe-se de seis pessoas: o presidente, o vice-presidente, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, o ministro da Justiça e um ministro das Forças Armadas.

Outras novidades introduzidas pela

reforma:

1. Acaba a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento.

2. Extingue a inelegibilidade perpétua de quem perdeu os direitos políticos.

3. Muda o regime de votação de emenda à Constituição. A votação passa a ser separada no Senado e na Câmara. Para ser aprovada, deve ter maioria absoluta na Câmara e no Senado, separadamente. No regime anterior, as duas votações são somadas para a verificação do "quorum".

Em relação aos partidos, a reforma suaviza as condições para a formação de novas legendas:

1. Para a criação de um partido, exige-se a adesão de pelo menos 10 por cento dos senadores e 10 por cento dos deputados federais.

2. Para continuar em atividade, o partido deve obter o apoio na última votação para a Câmara dos Deputados, de cinco por cento dos votos, distribuídos por nove Estados, sendo pelo menos três por cento em cada um deles.

3. A partir da vigência da reforma, a fidelidade partidária fica suspensa por um ano, para permitir transferências entre a Arena e o MDB ou a adesão a um novo partido.



**REPRESSÃO**

ISTOÉ 27/09/1978

## Como funciona a máquina de repressão montada em 1969

OBAN, primeiro, DOI-CODI, depois. Essas três siglas transformaram-se, ao longo dos últimos oito anos, em palavras temidas, ditas quase sempre em voz baixa. Foram esses três organismos que, a partir de 1969, assumiram o comando das operações repressivas, particularmente em São Paulo.

A OBAN — Operação Bandeirantes — surgiu primeiro, aparentemente como estrutura informal. Vivia-se, então, o clima da chamada guerra revolucionária, que levava, por exemplo, à distribuição farta de folhetos no Estádio do Morumbi (SP), contendo, de um lado, a letra do Hino Nacional, do outro, dez mandamentos que pediam: “Aprenda a gravar na memória os detalhes característicos das pessoas que encontre em cafés, cinemas, lojas, residências; (...) sempre que apanhe uma linha cruzada no telefone, ouça a conversa e transmita, se necessário, ao quartel ou delegacia mais próximos. As autoridades lhe darão todas as garantias, inclusive a de anonimato; quando tiver um novo vizinho no seu edifício ou quarteirão, avise imediatamente a polícia ou quartel mais próximo!”

É verdade que o aparelho de segurança do Estado já era, então, bastante amplo. Mas os organismos existentes ou funcionavam isoladamente, com arquivos próprios e disputas entre si, ou mantinham — como o DEOPS e as polícias civil e militar — uma estrutura burocrática, com plantões de fim de semana, recursos insuficientes, elementos mal-preparados.

É nesse contexto que surge a OBAN, unificando os serviços. Tudo indica que seu primeiro QG foi o quartel do 2º Batalhão de Reconhecimento Mecanizado, o REC-MEC, de São Paulo. Mas também o próprio quartel-general do II Exército chegou a ser utilizado, como testemunha o padre-

## Três siglas, o universo do medo

operário Antônio Soligo, preso a 10 de fevereiro de 1969: “Prenderam-me na rua e levaram-me ao quartel-general do II Exército, onde encontrei outros operários desaparecidos, todos barbaramente golpeados”.

**Tutóia, 921.** Em janeiro de 1970, no entanto, cumprida sua função de organismo-piloto, a OBAN deu lugar ao DOI-CODI e a um endereço que se tornou temido em São Paulo: rua Tutóia, 921, bairro do Paraíso, sede do 36º Distrito Policial — e, a partir de então, centro nervoso da repressão em São Paulo.

O CODI é oficialmente subordinado ao comando do Exército da área em que atua, diretamente vinculado à Segunda Seção (S-2). Coordena a atuação dos três Centros de Informação das Forças Armadas (Cenimar, Centro de Informações da Marinha; Ciex, Centro de Informações do Exército; e Cisa, Centro de Informações da Aeronáutica). E mantém vínculos com todos os demais organismos policiais e militares. Seu braço executivo é o Destacamento de Operações Internas (DOI).

O CODI de São Paulo parece ter servido de modelo aos demais, mas esse organismo não chegou a ser criado em todos os Estados. Ele funciona, além de São Paulo, na Guanabara, em Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará. Em alguns outros Estados há o DOI (vários DOIs podem estar subordinados a um único CODI), ou, então, o organismo centralizador vale-se mesmo da Polícia Federal ou das polícias estaduais para as suas missões.

**Três turmas.** O número de homens do DOI-CODI varia de Estado para Estado, mas, aparentemente, os organismos mais bem-aparelhados dispõem de cerca de 250 elementos, divididos em três equipes básicas (de análise de informações, de busca e de interrogatório). As duas últimas turmas trabalham em sistema de revezamento: 24 horas de trabalho por 48 de descanso. O comandante e o subcomandante são sempre oficiais do Exército.

Toda essa máquina — a partir da aparentemente informal Operação Bandeirantes — tornou-se extraordinariamente poderosa com o passar dos anos. O re-

conhecimento das mais altas autoridades não faltou aos homens que estiveram na origem do sistema: o general José Canavaro Pereira, estruturador da OBAN quando comandante do II Exército, recebeu a Ordem do Mérito Militar, como reconhecimento do governo federal “à ação realizada por essa grande unidade militar na preparação da tropa e na luta contra a subversão”. O falecido general Vicente de Paula Dale Coutinho, que viria a ser o primeiro ministro do Exército do governo Geisel, prestou, em julho de 1970, no dia do aniversário do general Canavaro, calorosa homenagem ao então comandante por ter estruturado a Operação Bandeirantes, “instrumento sem par da luta contra a subversão”.

**Punição, promoção.** E as denúncias de torturas? Raramente foram levadas a sério. Condenações por prática de tortura, há o caso de cinco oficiais do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, de Barra Mansa (RJ), e mais dois policiais da cidade, acusados de matarem, sob tortura, quatro soldados. A condenação foi em janeiro de 1973, menos de dois anos depois de ter sido arquivado inquérito em que oficiais do mesmo BIB eram acusados — pelo bispo Valdir Calheiros e mais onze sacerdotes — de praticarem torturas em presos políticos.

Punição, há a do general Ednardo d'Ávila Mello, comandante do II Exército, após a morte de Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. É verdade que, oficialmente, não se vinculou um fato ao outro, mas como explicar o súbito afastamento do general senão como conseqüência do ocorrido?

Existem, entretanto, acusados que não apenas não foram punidos como obtiveram até promoção: o coronel Washington Bermudez, que uma CPI da Assembléia gaúcha responsabilizou, ao lado de outros militares e policiais, pela morte do ex-sargento Manoel Raimundo Soares, é hoje chefe de gabinete do vice-presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos. E o delegado Sérgio Paranhos Fleury, citado 86 vezes no relatório de 1972 da Anistia Internacional como responsável direto por torturas a presos, é delegado-geral da polícia de São Paulo — seu chefe, portanto.

ISTOÉ 27/09/1978

## DESAPARECIDOS?!

Bater em todas as portas é uma rotina para os parentes dos 47 desaparecidos — e, a cada porta que batem, acende-se a chama de uma esperança, para apagar-se logo depois. A chama certamente mais brilhante acendeu-se em agosto de 1974,

quando o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do governo Geisel, dispôs-se a um encontro, na sede da CNBB, com o cardeal Paulo Evaristo Arns, o presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, prof. Cândido Mendes, o

reverendo James Wright, pastor evangélico, e sete representantes dos familiares de desaparecidos. Conta o reverendo Wright, irmão de Paulo Stuart Wright, desaparecido em julho de 1973:

— O general Golbery foi ao encon-

tro sozinho, sem a sua segurança. Parecia um sinal de confiança, principalmente em dom Paulo Evaristo. Antes mesmo de que disséssemos algo, ele afirmou que não precisávamos dar maiores explicações. “Eu sei por que estão aqui.”



*Após muitas horas de leitura, perdi os fones e voltei pela escada alvixo. Logo vieram-me a encontrar e continuaram com a leitura: "O meu filho diz que foi tombado e assassinado, o companheiro Paulo Stuart Wright, que seguiu a ele, era um dirigente da União Popular Brasileira".*

O preso Otto Filgueiras conta, em carta ao advogado Hélio Navarro, o que sabe do destino de Paulo Stuart Wright. Data: 13/5/75

Em seguida, Golbery recebeu um documento com uma lista de 22 desaparecidos e ouviu o relato de cada um dos sete familiares presentes. "Ele não chorou, mas notei que estava emocionado, a ponto de seus olhos ficarem marejados, principalmente quando dos relatos da mãe de Honestino Guimarães e da mulher do Fernando Augusto", lembra o reverendo Wright. Golbery admitiu que o governo estava tendo dificuldades em controlar a repressão, principalmente em São Paulo, mas, de qualquer modo, prometeu uma resposta para dentro de um mês.

Passou-se agosto, passou-se setembro, a resposta não veio — como não veio até agora. Veio, em fevereiro de 1975, uma infeliz aparição do ministro Armando Falcão na televisão para contar a situação dos "desaparecidos" (ler quadro na pág. 28). Não eram, obviamente, as explicações esperadas. "Notei logo", conta o reverendo, "que as informações eram furadas, pois a Maria Nilde Mascellani, tida como forã do país, foragida, estava aqui, perto de minha casa. Tínhamos até conversado, dias antes".

Da mesma forma, há depoimentos de presos políticos denunciando a morte, entre outros, de Antônio dos Três Reis Oliveira, Gastoni Beltrão, Honestino Guimarães, João Massena Melo.

Um dos depoimentos é nominal: Inês Etienne Romeu, presa política condenada a 32 anos e meio e que cumpre pena no Instituto Talavera Bruce, no Rio, diz ter sabido por seus interrogadores do destino de alguns dos 49 desaparecidos. Inês foi presa em maio de 1971 em São Paulo e levada para uma casa de torturas no Rio, onde passou cem dias, tempo suficiente para ouvir macabras confissões.

Diz ela, por exemplo, que os policiais afirmaram ter matado Rubens Paiva e se referiram ao fato como "uma mancada". Outros da lista que os policiais admitem ter matado: Eleni Teles Pereira Guariba, Paulo de Tarso Celestino, Aluísio Palhano e Walter Ribeiro. A própria Inês ouviu, de sua cela, os interrogatórios de Eleni e Paulo de Tarso, nos dias 19 e 20 de julho, e de Aluísio Palhano, dias 13 e 14 de maio. Ela soube, também, que Marilena Villas-Boas Pinto, que participara de tiroteio com a polícia, morreu naquela casa, ferida e sem cuidados médicos. "Foi aí mesmo, na cama em que você está", disseram-lhe os policiais.

**Carta-certeza.** Outras histórias de negativas, subornos, ameaças e revelações são contadas pelos familiares do estudante Carlos Alberto Soares de

Freitas, preso no dia 15 de fevereiro de 1971, no Rio. Três dias depois da prisão, uma amiga de Carlos Alberto, que não havia lido a notícia publicada no *Jornal do Brasil*, foi visitá-lo. Ao se aproximar da casa, viu forte esquema policial montado e afastou-se rapidamente para colocar no correio uma carta que "Beto" lhe havia entregue para ser enviada a seus familiares em Minas Gerais, caso fosse preso. Essa amiga não tinha dúvidas sobre a prisão: ela sabia que ele era procurado pelos órgãos de segurança e que vivia na clandestinidade. A presença de tantos policiais diante da casa só podia ter um significado: "Beto" estava preso.

A família recebeu a carta e começou a procurar por ele, por intermédio de advogados contratados no Rio e em Minas. Um *habeas corpus* foi impetrado junto ao STM, mas, como o julgamento tardava, os parentes resolveram levar, pessoalmente, cartas às autoridades. Uma delas, ao então presidente Médici, foi levada por dona Alice, a mãe, e Adir, a irmã, ao chefe da Casa Militar, general João Baptista Figueiredo, que as recebeu "mal e nem quis ouvir a história", conforme conta Adir. A outra foi levada por Eduardo, irmão de Carlos Alberto, ao ministro Waldemar Lima Rodrigues, do STM, que respondeu: "Eu não tenho nenhuma obrigação, eles são subversivos mesmo".

Começou, então, a peregrinação pelos organismos de segurança e o cerco a policiais do DOPS mineiro, que solicitavam dinheiro em troca de informações. Eram visitas semanais e informações vagas: foi transferido do Recife para Minas, depois de Minas para o Rio.

Um xis na foto. Dados mais concretos — e tenebrosos — surgiram em junho, numa delegacia de Itaguaí, Estado do Rio. Um cartaz de "terroristas procurados", visto por Eduardo, exibia seu irmão Carlos Alberto risado com um xis. Depois, Inês Etienne Romeu, colega de faculdade e amiga íntima de "Beto", presa em São Paulo e levada a um centro clandestino de tortura no Estado do Rio, ouviu de seus interrogadores que ele "fora preso, torturado e assassinado a tiros de revólver".

**Contato perdido.** Um outro ponto comum em muitas histórias de desaparecidos emerge do depoimento da família de Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira, preso no dia 23 de fevereiro de 1974: o corte abrupto de contatos com pessoas — às vezes muito bem colocadas — em um determinado ponto do caminho em busca de desaparecidos.

Fernando saiu de casa, nesse dia,

dizendo que voltaria antes das 6 horas. Não voltou. Começou, então, a longa peregrinação, perseguindo todas as hipóteses e batendo em todas as portas: marechal Juarez Távora, marechal Cordeiro de Farias, general Muricy, um funcionário do DOI-CODI de São Paulo, o ex-deputado Eitelvino Lins. F, em todos os casos, chegava um momento em que, como com os marechais Távora e Cordeiro, lhes diziam: "Infelizmente, não tenho mais condições de dizer nada".

De qualquer forma, por Juarez a família ficou sabendo que o general Ednardo d'Ávila Mello, então comandante do II Exército, lhe informara que Fernando não estava preso em São Paulo. Essa informação contrariava o que a família já levantara: Fernando (e Eduardo Collier) havia sido preso no Rio e levado, dias depois, para São Paulo. Seus parentes chegaram, inclusive, a entregar, no DOI-CODI paulista, no dia 14 de março de 1974, uma sacola com mantimentos e objetos de uso pessoal ao carcereiro de plantão, que se identificou como "Marechal".

Outro contato interrompido foi com o professor Gastão Jacinto Gomes, um dos diretores da Cruz Vermelha, que conhecia um coronel do Exército através do qual poderia obter informações. De fato, as obteve, inicialmente. O coronel chegou a anunciar que Fernando estava preso em São Paulo e, numa determinada época, necessitaria de cuidados médicos. "Mas agora está tudo bem", completou.

De repente, o professor Gastão pediu aos parentes de Fernando que não mais o procurassem na Cruz Vermelha e, sim, em sua casa. Lá, ouviram a informação de que o coronel não podia mais dar informações. "Os contatos foram cortados" — disse-lhes o professor, que, todavia, os encaminhou, com um bilhete, a um sobrinho, militar lotado em Brasília.

E a família foi a Brasília, onde ouviu a informação que menos aceitava: "Fernando não está preso". A mesma informação constaria, meses depois, de nota oficial lida pelo ministro Armando Falcão na televisão.

Em um pequeno cemitério de Paris, o túmulo de frei Tito de Alencar Lima traz uma inscrição terrível: procurou a morte, levado pelos estigmas herdadas das torturas sofridas quando aprisionado pelo regime militar brasileiro. Frei Tito suicidou-se em agosto de 1974, em Paris, onde vivia exilado, após ter sido um dos presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher. A sua morte, na verdade, começou na então Operação Bandeirantes, nos primeiros meses de 1970: ele estava preso desde novembro do ano anterior, no Recolhimento Tiradentes. Levado à OBAN, passou dois dias sob torturas no pau-de-arara, recebeu choques elétricos na boca ("é a sua hóstia", diziam-lhe os torturadores) e, não resistindo, tentou o suicídio.

**O começo.** Tortura e suicídio foram palavras intimamente associadas desde os primeiros dias de abril de 1964. Os jornais de 18 de abril desse ano, por exemplo, anunciaram, em pequena nota nas páginas policiais, a morte do operário José de Souza, que se atirou do terceiro andar do prédio da Polícia Central, no então Estado da Guanabara, depois de ter sido preso para interrogatório pelo DOPS. No mesmo dia e no mesmo local, suicidou-se Astrogildo Pascoal Viana, dirigente comunista e líder do Sindicato dos Portuários de Manaus. Mas os jornais nada publicaram.

Seria apenas em 1966 que a morte de um preso político despertaria atenções gerais: no dia 24 de agosto desse ano, foi encontrado boiando nas águas do rio Guaíba, no Rio Grande do Sul, o ex-sargento do

Caros Pais:

Esta carta só lhes será enviada se eu estiver preso. A forma de como lhes chegou, não importa. É bem possível que me deixem no Rio, ou talvez me mandem para Minas. Ainda não posso prever com certeza. Se quiserem me ajudar, ajam da seguinte forma:

- 1) O motivo da interferência é conseguir minorar as torturas (impossível detê-las de todo, a não ser num segundo momento).
- 2) - Tem-se que incomodá-los. Exerça-lhes a paciência com visitas, com insistência para ver-me. Recusam continuamente. Tentem mais uma vez. Outra, Criteim, chorem, levem cartas, enfim, não lhes deem socoço. Sempre se consegue romper a barreira.
- 3) - No princípio, eles negam a prisão. Dizem mesmo que a pessoa não foi presa. Insistam, voltem a carga.
- 4) - No meu caso, como noticiaram que eu havia sequestrado um avião em junho, poderão mesmo jogar com isso e dar-me sumiço. Repito: se um dia eu saísse do país, eu os avisaria. Estou aqui, preso pelos carrascos do povo brasileiro. A notícia do sequestro, era falsa, reafirmo. Use as cartas para provar que eu estou no país. Mas tirem fotocópia, pois eles poderão recusar as cartas. Não se deixem envolver pelas maldadagens (e arbitrariedades) dos nossos gorilas.
- 5) - Minhas convicções continuarão firmes. Não trairei meus companheiros e meu povo. Apesar dos defeitos, tenho caráter bastante para não seguir na trilha dos Massafini e Lugaretti, pequenos vermes que sempre atravessam a vida da gente. Apesar de vocês não compartilharem meus ideais, acho que me respeitarão mais por saberem já que não traio e não me desfiro.

Se não puderem me ajudar, não guardarei rancores. Muitas vezes os laços de classe se sobrepõem aos familiares. Saberei compreendê-los.

Abraça-lhes o filho,

Carlos Alberto Soares de Freitas

Prisões possíveis: Vila Militar (principal) e PE (duas), uma na Tijuca, outra não sei onde, além da Ilha das Flores.

A carta em que Carlos Alberto de Freitas anuncia a sua prisão



Exército Manoel Raimundo Soares, que havia sido preso três meses antes. Seu corpo apresentava marcas de tortura.

Ao que tudo indica, os carcereiros de Manoel Raimundo levaram-no até o Guaíba para simular um afogamento, técnica de tortura em uso no Rio Grande. Mas a simulação foi longe demais.

A escalada. De 1966 a 1968, o número de casos de mortes por torturas, segundo o dossiê dos extirpados, foi de quatro nesses quatro anos - à média, portanto, de um por ano. Em 1969, começou a escalada: 7 casos. No ano seguinte seriam 11, 25 em 1971, 18 em 1972 e 16 em 1973.

Raros desses episódios puderam ser tão exaustivamente apurados como o de Manoel Raimundo Soares. As autoridades policiais-militares atribuíam as mortes a "intensos tiroteios" entre terroristas e os organismos de segurança (caso, por exemplo, de Eduardo Leite), a "atropelamentos" durante tentativa de fuga (caso de Alexandre Vannuchi Leme) ou à "resistência" à prisão.

Há, de qualquer modo, depoimentos copiosos que destroem a maioria dessas versões. Tomemos a história de Eduardo Leite, provavelmente exemplar. Ele foi preso na Guanabara, no dia 21 de agosto de 1970. Foi torturado lá mesmo, transferido para o 41º Distrito Policial (bairro de Vila Rica, SP), voltou à Guanabara e permaneceu em cárceres privados até os primeiros dias de setembro. Sempre sob torturas, entre as quais a aplicação do chamado soro da verdade (pentotal sódico). Na segunda quinzena de setembro, voltou a São Paulo, agora para as instalações da Operação Bandeirantes, de onde passou para o DEOPS em outubro. No DEOPS, ficou na cela nº 4 do chamado *fundão*, estreito corredor com quatro pequenas celas, totalmente isolado. No dia 23 de outubro, morre Joaquim Câmara Ferreira, um dos líderes da guerrilha urbana. Alguns jornais do dia seguinte noticiam que fora Eduardo Leite quem, levado pelos policiais, o apontara na rua e, aproveitando-se da confusão, fugira. Os sessenta presos então recolhidos ao DEOPS, entretanto, eram testemunhas de que: 1) Eduardo não saiu de sua cela; 2) estava incapacitado de locomover-se, em consequência das torturas. Tinha as pernas semiparalisadas e estava extremamente debilitado.

Ficou evidente aos presos que se tratava a morte de Eduardo Leite,

## Bispo denuncia opressão em Volta Redonda

(FOLHA DE S. PAULO)

RIO (Sucursal) — O bispo de Volta Redonda, dom Valdir Calheiros, criticou ontem, durante visita à diocese de Nova Iguaçu, as condições a que estão submetidos os operários metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, afirmando que eles se encontram "oprimidos e amedrontados por quatro organismos policiais".

Dom Valdir visitou o Centro de Formação de Líderes, de Nova Iguaçu, onde conversou com D. Adriano Hipólito e esteve por meia hora com os 11 jovens que ali fazem greve de fome em protesto contra as prisões de membros da Convergência Socialista.

suspeita que aumentou depois de um completo remanejamento dos detidos, de modo a deixar vazia a cela nº 1, com porta de aço blindada e localização estratégica: em frente à carceragem, fora do ângulo de visão das demais celas. Essa cela teve, em seguida, suas dobradiças e trincos lubrificadas. Para ela foi transferido Eduardo Leite, no dia 25.

Os sessenta presos resolveram então, montar plantão permanente, para denunciar e tentar evitar a remoção de Eduardo. Mas, aos 50 minutos de 27 de outubro, ele foi retirado da cela 1, para "novo interrogatório", conforme ele próprio gritou aos demais presos. Durante quinze minutos, os presos bateram utensílios, sapatos etcetera, procurando impedir a remoção. Inutilmente.

No dia 8 de dezembro, os jornais anunciaram a morte de Eduardo Leite, em "tiroteio" na cidade paulista de São Sebastião. O corpo foi entregue à sua esposa, Denise Crispim, que verificou que o cadáver tinha as orelhas decepadas, os olhos vazados, os dentes arrancados.

Mais detalhado ainda é o laudo cadavérico do operário Olavo Hansen, preso em São Paulo, no dia 1º de maio de 1970, levado ao DEOPS e torturado de 6 a 8 de maio, quando foi encaminhado ao Hospital Militar do Cambuci, morrendo antes de receber os primeiros socorros. O laudo cadavérico levou o então líder do MDB, deputado Oscar Pedrosa Horta, a dizer, da tribuna da Câmara: "As lesões encontradas no cadáver provam que Olavo Hansen, ainda vivo, foi submetido ao pau-de-arara, despido, amarrado pelos braços e pelas pernas a uma barra de ferro.

Outro episódio em que a versão da polícia não confere com os elementos colhidos pela família é o de Aurora Maria Nascimento Furtado, estudante de psicologia da USP, presa na Guanabara, no dia 10 de novembro de 1972. No dia seguinte, os jornais anunciam a sua morte, consequência de tiroteio ocorrido entre seus companheiros e os policiais, os quais ela teria levado a um suposto ponto de encontro. Devido o corpo aos familiares, estes e seus advogados constataram marcas de torturas, entre as quais um afundamento de dois centímetros na região frontal da cabeça, indicativo do uso do chamado torniquete, um dos mais dolorosos métodos de tortura. Não foram encontradas, entretanto, perfurações provocadas por arma de fogo. ISTOÉ 27/09/

### VOLTA REDONDA

Ao relatar a situação dos metalúrgicos em Volta Redonda, D. Valdir Calheiros afirmou que a área é de segurança nacional, e por isso existe um batalhão do Exército para proteger a fábrica, um batalhão da Polícia Militar, que atua na cidade, um da polícia civil e uma polícia dentro da própria fábrica, que vigia os trabalhadores.

"São quatro polícias e os pobres operários estão em ameaça constante. Mal podem falar ao ouvido de seus companheiros sobre os seus problemas. A pressão que sofrem lá dentro é tremenda. O que existe é medo naquela área."

### GREVE DE FOME

Dom Valdir não apoiou a greve de fome dos 11 jovens, explicando que não tinha elementos suficientes sobre a questão para endossá-la. 14-9-78

ISTOÉ 27-09-78

## Os 47 mistérios

A lista fornecida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia é a seguinte:

- 1) José Gomes Teixeira - marítimo, preso em 1971 pela Aeronáutica;
- 2) Sérgio Landulfo Furtado - preso em julho de 1972;
- 3) Antônio dos Três Reis Oliveira - desaparecido em São Paulo, em 10 de maio de 1970;
- 4) Félix Escobar - preso em outubro de 1971, no Rio. Foi visto na Fortaleza de Santa Cruz;
- 5) Gastoni Beltrão - desaparecido em São Paulo;
- 6) Paulo Roberto Ribeiro Bastos - desaparecido em 1972, no Rio;
- 7) Luiz Eurico Tejera Lisboa - desaparecido em São Paulo, em 1972;
- 8) Ísis Dias de Oliveira - desaparecida no Rio;
- 9) Paulo de Tarso Celestino Silva - desaparecido no Rio, em 1971;
- 10) Rubens Beyrodt Faiva - seqüestrado em casa, diante dos familiares;
- 11) Joaquim Mariano dos Santos - camponês, desaparecido no Rio, em 1971;
- 12) Hélio Luiz Navarro Magalhães - desaparecido em 3 de outubro de 1970;
- 13) Stuart Edgard Angel Jones - tido como desaparecido, embora uma carta da prisão informe que ele morreu sob tortura;
- 14) Carlos Alberto Soares de Freitas - desaparecido no Rio, em 1971;
- 15) Eleni Teles Ferreira Guariba - desaparecida em junho de 1971;
- 16) Valter Ribeiro Novais - desaparecido em 12 de julho de 1971;
- 17) Aluísio Palhano - desaparecido em São Paulo, em 1971;
- 18) Paulo Stuart Wright - desaparecido em São Paulo, em julho de 1973;
- 19) Humberto Câmara Neto - desaparecido em outubro de 1973, no Rio;
- 20) Honestino Guimarães - desaparecido no Rio, em outubro de 1973;
- 21) João Batista Rita Pereda - preso em Buenos Aires, em 1973, e trazido para o Brasil;
- 22) Jane Moroni Barroso - desaparecida no Rio, em 1973;
- 23) Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira - desaparecido no Rio, em 1974;
- 24) Eduardo Collier Filho de-

saparecido no Rio, em 1974;

- 25) João Massena Melo - desaparecido em São Paulo;
- 26) David Capistrano da Costa - desapareceu quando tentava retornar ao Brasil, em março de 1974;
- 27) José Roman - desapareceu com Capistrano, no trajeto Uruguiana-São Paulo;
- 28) Caiuby Alves de Castro - desapareceu no Rio, em 1974;
- 29) Joaquim Pires Cerveira - ex-major, preso em Buenos Aires;
- 30) Walter de Souza Ribeiro - desapareceu no percurso Rio-São Paulo, em abril de 1974;
- 31) Luiz Ignácio Maranhão Filho - sua mulher, Odete, denunciou, em carta à direção do MDB, que ele estava sendo "barbaramente torturado" pelo delegado Fleury, em São Paulo;
- 32) Ieda Santos Delgado - desapareceu no percurso Rio-São Paulo, em abril de 1974;
- 33) Ana Rosa Kucinski Silva - desapareceu em abril de 1974;
- 34) Wilson Silva - idem;
- 35) Thomas Antônio da Silva Meirelles Neto - desapareceu no Rio, em maio de 1974;
- 36) Issami Nakamura Okamo - desapareceu em São Paulo, em maio de 1974;
- 37) Rui Fração Soares - seqüestrado diante de testemunhas, em Petrolina (PE), a 27 de maio de 1974;
- 38) Jayme Miranda Amorim - desapareceu no Rio, em junho de 1974;
- 39) Itair José Veloso - desapareceu no Rio, em maio de 1975;
- 40) Armando Teixeira Frutuoso - desapareceu no Rio, em julho de 1975;
- 41) Orlando Bonfim Júnior - desapareceu no Rio, em julho de 1975;
- 42) José Montenegro de Lima - desapareceu em Pernambuco, em setembro de 1975;
- 43) Edgar Aquino Duarte - desapareceu no Rio, em 1975;
- 44) Marcos Antônio Batista - desapareceu no Rio, em 1975;
- 45) Hiran Lima Pereira - desapareceu no Rio, em fevereiro de 1975;
- 46) Elza Rocha Miranda - desapareceu no Rio, em 1975;
- 47) Elson Costa.

## STM mantém 2 prisões perpétuas

JORNAL DO BRASIL  
4-9-78

Brasília — O Superior Tribunal Militar confirmou ontem sentença da Auditoria Militar de Fortaleza, que condenou José Sales de Oliveira e Carlos Thmoschenko de Sales à prisão perpétua, acusados de terem seqüestrado e matado o comerciante José Armando Rodrigues, no dia 29 de agosto de 1970, no Município de Tianguá, interior do Ceará. O voto isolado do Ministro Júlio de Sá Bierrenbach condenou os dois réus à pena de morte.



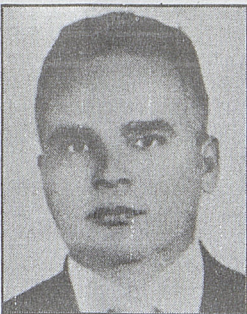
25 dos 47 desaparecidos



Eduardo Collier Filho



Itair José Veloso



David Capistrano



Hélio Luiz Navarro



Rubens Paiva



Rui Frasão



Stuart Angel Jones



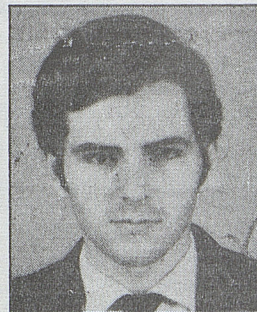
Orlando Bonfim



Walter de Souza Ribeiro



Hiran Lima Pereira



Luiz Eurico Tejera



Wilson Silva



Ana Rosa Kucinski



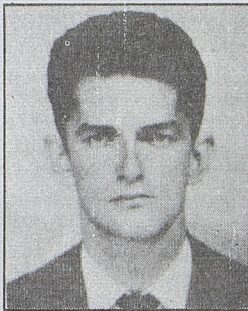
Jane Morone Barroso



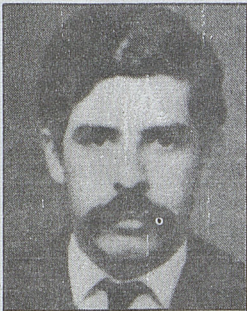
Paulo Stuart Wright



Ísis Dias de Oliveira



Jorge Leal Gonçalves



Carlos Alberto



Luiz Ignácio Maranhão



Eleni Telles Guariba



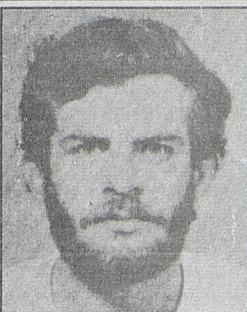
José Montenegro de Lima



Edgar Aquino Duarte



Marcos Antônio Batista



Honestino Guimarães



Paulo de Tarso Celestino



# EFEITOS DA NEGOCIAÇÃO

*Já começam a ser avaliados os resultados dos acordos assinados por patrões e operários a partir das greves de maio em São Paulo*

**D**ecorridos quatro meses desde as primeiras negociações diretas entre empresários e trabalhadores — inauguradas pelas greves de maio último em São Bernardo do Campo (SP) —, o que já se poderia constatar de novo na organização sindical dos operários, na produtividade das indústrias e nas vendas do comércio? Departamentos de estatísticas de sindicatos de empregados e empregadores, assim como de entidades universitárias, com efeito, começam agora a se movimentar para colher os primeiros sinais e reflexos desse episódio na área de relações trabalhistas em São Paulo. Afinal, ele chegou a envolver, direta ou indiretamente, mais de 1 milhão de trabalhadores beneficiados com aumentos e antecipações salariais fixados pelos acordos.

E paralisou, por aproximadamente 6 000 horas, pelo menos 255 empresas de todo o Estado, com um efetivo calculado em torno de 280 000 operários (veja "Os números da greve").

Seja como for, algumas conclusões, pelo menos em relação à organização sindical, já pareciam bastante óbvias a muitos dos pesquisadores. Além de quebrar um silêncio de praticamente catorze anos e colocar em xeque a aparente invencibilidade das proibições grevistas nas leis de greve, as paralisações de trabalho — cujo marco inicial foi a greve dos operários da Scania — confirmariam as teses de sociólogos, como Maria Herminia Tavares de Almeida, da Universidade de Campinas. Pois vários estudos observaram o deslocamento do eixo principal do movimento operário, de setores mais tradicionais — indústrias de bens de consumo não-duráveis e transportes — para outros ligados à indústria de base e à produção de bens de consumo duráveis, que incluem, entre outras categorias sindicais, a dos metalúrgicos.

**DE CIMA** — A "nova classe operária" se constituiria, primordialmente, de trabalhadores de grandes empresas modernas, cuja importância vem crescendo no conjunto da economia. Seus salários médios seriam mais elevados que a média de outros setores e suas entidades representativas, mais fortes que as demais — alguns sindicatos de metalúrgicos arrecadam quantias bem superiores às receitas de milhares de municípios brasileiros.

Os dados mais recentes das últimas greves revelam, realmente, que a maior parte das paralisações ocorreu em indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico e químicas (veja a tabela "Participação"). Além disso, enquanto 44% da categoria metalúrgica e 20% da química se envolviam direta ou indiretamente no movimento, apenas

12,5% dos tecelões e 0,5% dos trabalhadores na alimentação cruzavam os braços.

Da mesma forma, esses dados mostram que, dentro da indústria metalúrgica, as regiões onde a empresa moderna prevalece — São Bernardo e Santo André, com os maiores índices de concentração de capital — são as que apresentaram o maior envolvimento de operários nas greves. Enquanto, por exemplo, 82% dos trabalhadores de Santo André e 72% dos de São Bernardo participaram direta ou indiretamente do movimento, apenas 26,5% dos de São Paulo — onde há milhares de pequenas empresas — paralisaram seus trabalhos.

As negociações diretas, de outro lado, teriam sido de execução mais simples — ou pelo menos mais rápidas — nas grandes empresas, ainda que se tenham registrado certas dificuldades na indústria automobilística, onde a Volkswagen e a Scania foram acusadas pelos operários de exercer pressão por meio dos guardas de segurança (caso da Volkswagen) ou de promover demissões (caso da Scania, que teria despedido 450 empregados). Não seria muito diferente, contudo, a diferença entre os reajustes salariais concedidos pelas empresas grandes ou pequenas: eles giraram sempre em torno dos 12%. "Aumentos muito modestos", comentaria Walter Barelli, diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), indicando que nem os 20%, inicialmente pretendidos pelos operários, permitiriam a recuperação do poder aquisitivo perdido pelos salários nos últimos quinze anos.

**VELHOS PEDIDOS** — As últimas greves, porém, não corresponderam ainda às previsões dos sociólogos, se,undo as quais as reivindicações da "nova classe operária" deixariam de se limitar exclusivamente aos salários para entrar na esfera das também novas condições de produção — como, por exemplo, o ritmo e cadência do trabalho, o controle da política de emprego e da produtividade. Na verdade, além de pedirem elevações salariais, os operários queriam alimentação melhor e mais barata, condução e algumas mudanças consideradas básicas em suas condições de trabalho (lugares mais adequados para as refeições, sanitários limpos, entre outras).

Em alguns casos, pediram — e conseguiram — o reconhecimento de delegados sindicais, trabalhadores eleitos pelos colegas para representá-los junto aos patrões, com estabilidade no emprego. Os metalúrgicos de Osasco inauguraram essa prática colocando delegados em duas empresas, a Bardella-Borriello e a Carpi Frigor. Em Guarulhos,

o sindicato dos metalúrgicos obterá, por sua vez, a inclusão, no acordo firmado com a Mannesmann, de nada menos que quinze delegados sindicais, que não podem ser despedidos em um prazo de dois anos.

## Participação por categoria

% dos que estiveram envolvidos (direta ou indiretamente) nas paralisações

Metalúrgicos	44%
Químicos	20%
Gráficos	13,5%
Fiação e Tecelagem	12,5%
Alimentação	0,5%

## Os metalúrgicos por região

% dos que estiveram envolvidos (direta ou indiretamente) nas paralisações

Santo André	82%
São Bernardo	72%
São Paulo	26,5%
Guarulhos	20,5%
São Caetano	14,5%

## aumento no ritmo da produção

Questões como o ritmo e a cadência da produção, todavia, não estariam fora das cogitações dos sindicalistas, pelo menos em São Bernardo do Campo, onde, depois das greves, a produtividade dos operários teria aumentado consideravelmente. Segundo os dados levantados na Volkswagen, enquanto em abril, para produzir um automóvel, era preciso 0,99 homem, em junho esse índice caiu para 0,82; e, em agosto, para 0,81. No mesmo agosto, como dava a conhecer a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), na segunda-feira da semana passada, a indústria automobilística atingiu "o maior recorde de produção de toda a sua história". Sairam das linhas de montagem das fábricas 100 143 veículos. Um incremento que, de resto, não veio acompanhado de um aumento de contratação de mão-de-obra.

**REPASSE** — Estariam mais produtivos os trabalhadores em decorrência dos aumentos recebidos? (...) "Um ambiente de compreensão entre a empresa e seus funcionários produz reflexos positivos na produtividade e é nesse ambiente que vivemos hoje", acrescentaria Marcos Xavier da Silveira, diretor-superintendente da Cobrasma. Em sua opinião, no entanto, "não houve relação, senão aparente, entre os aumentos salariais e a melhoria da produção".



Melhoria que, a propósito, poderia ser consequência de fatores bem diferentes, segundo Severino Alves da Silva, dirigente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Baseado em algumas reclamações de trabalhadores, Alves da Silva revelou que "o aumento da produtividade se deve, na verdade, ao aumento da velocidade imprimido pelas indústrias nas linhas de montagem e à pressão para que os trabalhadores produzam mais peças por hora de trabalho". "Além disso", completa ele, "a palavra 'fiação' (*demissão, na gíria metalúrgica*) vem sendo repetida com muita frequência." César Concone, do DIEESE, garante que "o aumento da velocidade nas linhas de produção é um velho segredo das montadoras para neutralizar os aumentos salariais". Mas esse aumento de velocidade, de outro lado, parecia indicar também, em certos setores, alguma necessidade de apertar o passo para atender a um eventual aumento na demanda.

**AVANÇOS** — Embora difusa, a recuperação esboçada por alguns ramos industriais e confirmada pelo comércio é, de certa forma, surpreendente. De janeiro a julho deste ano, a produção industrial cresceu 6,5% em comparação com o mesmo período do ano passado. Houve, igualmente, um avanço em relação aos últimos doze meses, registrando-se, de julho a julho, um incremento de 4%. Aumentaram também as arrecadações do ICM e do IPI — respectivamente, 10% e 14% acima do valor recolhido ainda nos primeiros sete meses do ano passado. Ao mesmo tempo, as vendas do comércio varejista de São Paulo, por exemplo, mantêm-se, nos últimos três meses, sistematicamente 50% acima dos números registrados nos mesmos meses do ano passado.

Em termos absolutos, não se poderia dizer que sejam resultados excepcionais — afinal, a situação dos primeiros oito meses de 1977 indicou desempenhos bem modestos. Mas as variações percentuais estão mostrando que o ritmo dos negócios já abandonou o grande

pessimismo do primeiro trimestre do ano.

Percebe-se no entanto, maior animação no setor de bens de consumo — tanto popular como durável. E, de fato, é ele que apresenta as melhores cifras. A indústria automobilística, que tem sido o suporte do crescimento industrial deste momento, poderá apresentar um crescimento anual de 13% sobre 1977.

De janeiro a julho deste ano, em relação a igual período do ano passado, foram vendidos mais de 45% de televisores em cores, 7,5% de aparelhos branco e preto e 17% de liquidificadores, de acordo com estimativas do boletim econômico *Análise*. Da mesma forma, a indústria têxtil vem superando de muito as expectativas do início do ano, com um crescimento de 5,7% até agora — quando não se esperava mais de 3% durante o ano. A indústria de máquinas, de outra parte, continua trabalhando em ritmo lento, com uma queda de 1,2% em sua produção global nos primeiros sete meses deste ano.

**ORÇAMENTO DOMÉSTICO** — Os reajustes salariais, negociados entre maio e junho, estariam por trás dessa tendência expansionista? Difícilmente eles poderiam explicar tudo. Mas, apesar das dificuldades em mensurar os efeitos, é provável que as antecipações e os aumentos, concedidos fora dos prazos e dos índices oficiais, estejam ajudando a empurrar o nível de atividades. Claro, há o dinheiro do PIS/Pasep — cerca de 18 bilhões de cruzeiros — e as devoluções do imposto de renda — até agora outros 15 bilhões. Mas também há só entre os trabalhadores atingidos pelas paralisações em São Paulo, por mês, 360 milhões de cruzeiros a mais no orçamento doméstico.

"Os aumentos de salário não se refletirão no consumo de automóveis. Deveriam, contudo, ter algum efeito sobre alimentação e vestuário", admite Barrelli, do DIEESE. (...) Arnaldo Giorgis, gerente da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores da Volkswagen, com 32 000 funcionários cadastrados, dos quais 25 000 são clientes

habituais, confirma essa impressão. "Com o aumento, aumentam diretamente os gastos dos cooperados", diz ele. "O pessoal realmente passou a gastar mais, principalmente na área de consumíveis."

A observação seria ratificada, em seguida, pela mulher de um operário da Mercedes-Benz, freguesa da cooperativa dos funcionários da empresa: "Acho que o aumento só deu para compensar o que nós já perdemos com o aumento das coisas. A diferença é que estou comprando carne dois dias por semana — em vez de só um — e menos ovo. Meu marido não agüentava mais tanto ovo". Frios, laticínios, frutas e legumes estão tendo maior saída — 20% a mais, por exemplo, no caso dos dois últimos —, verificando-se ainda razoável expansão nas vendas de material de limpeza. Um crescimento semelhante nas vendas de alimentos, sobretudo queijos e iogurtes, foi sentido por Palmiro Borges Ferreira, funcionário da cooperativa da Mercedes-Benz. "Os trabalhadores puderam adicionar alguma coisa à sua cesta de consumo", reconhece Ferreira. "Além da recuperação no grupo de frios e laticínios, houve um aumento nas vendas de confecções e eletrodomésticos", reconhece Ferreira. (...)

É certo que, como quer o publicitário Luís Celso Piratininga, presidente da Associação Paulista de Propaganda, "a situação do consumo, no Brasil, continua a mesma depois das greves e negociações diretas". Pois, segundo Piratininga, "apesar dos efeitos imediatos dos aumentos salariais, continua vigorando o quadro anterior, ou seja, continuamos empilhando renda". Existem, é verdade, mais de 70 milhões de pessoas, no país, marginalizados do mercado consumidor. Existe, sem dúvida, uma péssima distribuição de renda. Nem por isso, todavia, não se deve tentar avaliar os efeitos dos fatos novos. No Brasil de hoje, as negociações diretas são um fato novo. E a hipótese em questão é a de que elas têm sido benéficas para a economia.

JOSÉ PAULO KUPFER/SÉRGIO SISTER

### Os números da greve

SINDICATOS	n.º de trabalhadores Categoria 1	n.º de sindicalizados	Empresas em greve	Grevistas (2)	Duração da greve (Horas)	Aumentos (3)	Antecipação (3)
Metalúrgicos (São Paulo, S. Bernardo, S. Caetano, Sto. André, Guarulhos, Osasco)	536 000	155 000	187	235 278	4 407	12,6%	12%
Químicos (São Paulo, Guarulhos, Sto. André)	95 000	41 300	15	10 800	342	13%	10%
Alimentação (todo o Estado)	230 000	50 000	2	2 200	97	20%	20%
Fiação e Tecelagem (S. Paulo, Barueri, Osasco)	100 000	25 000	4	12 650	158	9,5%	11%
Gráficos (S. Paulo)	25 000	13 000	2	3 370	48	12,5%	7,5%
Borracha (S. Paulo, Guarulhos, ABCD)	27 000	8 500	8	10 410	159	13%	10%
Outras	118 000	55 600	37	22 850	843	13%	13,5%
<b>TOTAL</b>	<b>1 131 000</b>	<b>348 400</b>	<b>255</b>	<b>274 708</b>	<b>6 054</b>	<b>13%</b>	<b>12%</b>

Obs.: (1) Nas bases territoriais dos sindicatos envolvidos  
(2) Total dos trabalhadores das empresas onde houve paralisação  
(3) Média aritmética dos maiores aumentos concedidos

FONTE: Sindicatos de trabalhadores das indústrias indicadas



## LÍDERES EMPRESARIAIS

ISTOÉ 27/09/1978

# Democracia já virou peça de retórica?

Para chegar às bases, fala-se em sociedade aberta

Anamárcia Vaisencher

Se, há questão de um ano, um expressivo grupo de empresários brasileiros não cansava de defender vigorosamente maior abertura democrática do regime, algo parece ter mudado agora. Talvez o vigor não seja o mesmo, tanto que, para alguns, é suficiente falar em *sociedade aberta* ao invés de *democracia*, esta última já classificada apenas como retórica.

O grupo em questão são os eleitos na consulta do *Balanço Anual da Gazeta Mercantil*, de São Paulo. Os mais votados (\*), neste ano, foram praticamente os mesmos: o empresário Cláudio Bardella continua com o 1º lugar (12,3% dos votos das 4.378 empresas consultadas), seguido de Antônio Ermírio de Moraes, Severo Gomes e José Mindlin. A novidade foi a saída, dos "dez mais", dos gaúchos Paulo Vellinho e Jorge Gerdau Johannpeter e a ascensão de Luiz Eulálio Bueno Vidigal (8º lugar), Hélio Beltrão (9º) e Manoel da Costa Santos (10º). Assim, ao contrário do ano passado, quando não se destacava qualquer dirigente de entidade classista, Luiz Eulálio e Manoel da Costa Santos são presidentes, respectivamente, do Sindipeças e da Abinee. Os líderes de federações e confederações raramente foram indicados pelo expressivo número de empresas consultadas, o que mostra a duvidosa representatividade que a atual estrutura sindical classista pode proporcionar.

**Recuo ou alianças?** Quando a imprensa, reunida pela *Gazeta Mercantil* na quinta-feira passada, começou a tomar conhecimento dos resultados do *Balanço*, os comentários não de-

moraram: houve um "endurecimento" ou "endireitamento" na composição dos líderes, o que fez rir muitos deles. Mas a brincadeira se tornou coisa séria diante da breve mensagem do grupo, lida, como no ano passado, por Bardella, o qual, ao tomar o microfone, anunciou-se como "locutor" do agradecimento do grupo.

Simplificadamente, o texto, embora tivesse sido discutido madrugada a dentro, entre a quarta e a quinta-feira (seu texto final foi do ex-ministro Hélio Beltrão, hoje presidente do grupo Ultra), e fizesse referência ao Documento dos Oito, de junho passado, procurava claramente *despolitizar* a até então vigorosa e explícita defesa da democracia. Em contrapartida, o grupo insistia na aproximação com as "bases", ou seja, com a multidão de empresas que escolheram-no para representá-las. E aí desaparece o mistério: embora José Mindlin tenha afirmado enfaticamente que os signatários do Documento dos Oito mantêm seus pontos de vista; embora Manoel da Costa Santos, Luiz Eulálio e Hélio Beltrão tenham declarado que também teriam subscrito o documento, se convidados para tal, o fato é que a tendência conservadora se aproxima muito mais da realidade empresarial do país (que não é apenas São Paulo) do que as posições avançadas de uma meia dúzia de empresários. Mas essa meia dúzia não ignora isso. Talvez aí esteja uma explicação para o aparente *recuo* dos líderes.

"Nesta oportunidade em que o fórum (formado pelos mais votados na consulta da *Gazeta*) se enriquece com o ingresso de novos participantes, parece-nos chegado o momento de conferir ao fórum maior estabilidade e, ao mesmo tempo, ampliar-lhe o âmbito, recorrendo à ativa participação das lideranças setoriais e regionais apontadas na pesquisa da *Gazeta Mercantil*", diz o texto lido por Bardella.

**Entre o varejo e o atacado.** Aos jornalistas presentes à apresentação dos líderes empresariais e do lançamento

do *Balanço Anual* não passou despercebida a diferença de vigor político entre o encontro do ano passado, o Documento dos Oito e a reunião de quinta-feira. Mas os empresários tentaram ser pródigos em explicações. Segundo Cláudio Bardella, "falar de novo em democracia seria retórico" e "há uma diferença brutal entre o Documento dos Oito e o do fórum, um pequeno agradecimento".

É diante de perguntas sobre a atual conjuntura política nacional, especificamente a chamada "questão militar", foi o mesmo Bardella quem declarou: "Estamos vivendo o varejo, embora queiramos o atacado. Estamos em um período de transição e, portanto, a crise atual não tem importância. O que vale é como serão os próximos dez anos e, nesse prazo, como construiremos as instituições democráticas". O ex-ministro Hélio Beltrão reforçou Bardella: "Não podemos permitir que nossa disposição de contribuir para o futuro seja prejudicada pelo varejo".

A posição do ex-ministro Severo Gomes, bastante envolvido no chamado varejo, foi diversa: "Os que não estão perplexos com a atual conjuntura têm preocupações com as mudanças em curso. O país se organiza, a sociedade está mais alerta. As Forças Armadas, em sua maioria, querem voltar ao cumprimento de suas obrigações constitucionais".

Mas nem tudo foi propriamente política. Levantou-se a hipótese de os empresários dito *contestadores* serem justamente aqueles privilegiados pelas benesses (crédito farto e subsidiado, encomendas) do Estado. Antônio Ermírio de Moraes respondeu: "A contestação deixou de ser benéfica na área do governo federal em relação à pessoa jurídica e até física. Se alguém pensa que a contestação é com objetivo de promoção, é engano. Há mais desgaste do que vantagens". E José Mindlin completou: "A classificação de contestadores esconde o peso da crítica que fazemos. Não temos que nos colocar na defensiva. Afinal, o progresso da empresa é um direito, não um favor".

(\*) Os mais votados, em ordem decrescente: Cláudio Bardella, Antônio Ermírio de Moraes, Severo Gomes, José Mindlin, Paulo Villares, Amador Aguiar, Laerte Setúbal Filho, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, Hélio Beltrão, Manoel da Costa Santos

JORNAL DA TARDE

## Geisel: novo diálogo com empresários

Quando o presidente Geisel chegou ao complexo industrial da Cobrasma, no seu helicóptero, acompanhado do governador Paulo Egydio e de Paulo Salim Maluf, que aos tropeços, foi logo cumprimentando até quem não conhecia, todos imaginavam que se trataria de mais uma aborrecida cerimônia de inauguração prevista na agenda da atual administração. Antes de Geisel surpreender os empresários com um convite inesperado, tudo vinha seguindo o previsto no protocolo.

Geisel foi à pequena e tranqüila Sumaré, cidade vizinha a Campinas, apenas para inaugurar mais um complexo industrial no País. Acabou, para surpresa de todos, inaugurando uma nova etapa no diálogo com os empresários da iniciativa privada. Em meio ao coquetel oferecido aos convidados, o presidente perguntou ao anfitrião, Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho, onde estavam Cláudio Bardella, José Mindlin, Carlos e Paulo Villares e Waldyr Gianetti, enfim, alguns dos principais empresários brasilei-



ros. Queria manter um diálogo reservado com eles e mandou chamá-los.

A surpresa veio em seguida: pela primeira vez, o presidente abriu o jogo na questão de Tubarão e tratou diretamente do assunto com os empresários. "E sem rodeios", como disse depois Cláudio Bardella.

Geisel, segundo revelaram depois os industriais, foi direto às críticas que vem sendo feitas ao projeto. Bardella foi quem começou explicando a Geisel os objetivos dos industriais, ao se reunirem para elaborar um amplo estudo sobre a viabilidade do projeto — para eles, questionável. Carlos Villares acrescentou que os industriais dispunham, até há pouco tempo, de poucas e esparsas informações sobre Tubarão, razão pela qual decidiram solicitar ao governo mais detalhes.

O presidente Geisel, segundo disseram, demonstrou inicialmente algum entusiasmo. A primeira observação irônica, com uma ponta de agressividade, teria sido esta: "Vocês não ficaram satisfeitos só com os 50 por cento de participação da indústria nacional no fornecimento dos equipamentos. Se deixamos, vocês pedem até 120 por cento."

Os industriais, em conjunto, retrucaram: "O que nos preocupa, no momento, não é apenas o índice de participação. O que nos levou a estudar com maior profundidade o projeto foi a necessidade de questionar dois pontos básicos: os termos do acordo firmado com os sócios japoneses e italianos e, a própria viabilidade do projeto. Estamos certos, sr. Presidente, de que tudo o que existe poderia ser aperfeiçoado, em benefício do interesse geral do País e não apenas do empresariado, como o senhor parece entender", disse Bardella, como ele mesmo afirmou depois aos jornalistas, ao tentar reconstituir o diálogo.

O presidente, a esta altura do debate, aparentemente mais irritado (segundo revelaram alguns dos presentes), teria dito aos industriais: "Ora, se vocês querem fazer a usina, então façam. Não há objeções. Mas, desde que entrem com dinheiro vivo, não financiado." A afirmação de Geisel foi feita em resposta a Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho que, ao interromper a conversa, teria afirmado ao presidente: "Nós queremos participar, só queremos é participar, sr. Presidente."

Depois de oferecer aos industriais a oportunidade de participarem de Tubarão, Geisel teria feito — segundo os empresários — algumas considerações sobre a carência de recursos internos, argumentando que o Brasil precisa, em alguns casos, recorrer à poupança externa para financiar seus projetos.

Cláudio Bardella interrompeu as explicações de Geisel, sobre a falta de recursos, para dizer: "Nós queremos participar, mas desde que sejam mantidas as condições excepcionais oferecidas aos italianos (Finsider). Nestas condições, nós temos interesse" —, conforme relataram depois os empresários.

O presidente, a certa altura do debate, confessou a Cláudio Bardella: "Às vezes, ao ler os jornais, tenho vontade de pegar o telefone e ligar para você, Bardellinha, e dar-lhe alguns puxões de orelha". Cláudio Bardella aparentemente gostou e disse depois: "O presidente não sabe disso, mas estou com ele, gosto dele. Que fique claro, gosto dele, como pessoa, como presidente".

A discussão ficou acirrada quando o industrial Carlos Villares começou a falar de Tubarão, citando ao presidente vários números que, segundo ele, demonstram a inviabilidade do projeto governamental. Foi aí, então, que o ministro da Indústria e Comércio, Ângelo Calmon de Sá, entrou na discussão "prá valer" como lembrou, mais tarde, um empresário.

— De onde você tirou esses números, Carlos? — perguntou o ministro, interrompendo a argumentação de Carlos Villares.

O industrial (que, segundo se soube, ficou profundamente irritado), respondeu em voz alta: "São dados do Governo. Esses números, ministros, são os números que o seu Ministério nos forneceu. E é com base neles que desenvolvemos nossos estudos", respondeu Villares.

O presidente Geisel observou atento a discussão. Cláudio Bardella procurou, então, amenizar o debate e disse que o importante, para os industriais, seria simplesmente a certeza de que o presidente leria o documento por eles elaborados: "Não somos os donos da verdade. Mas o governo também pode errar. Nada mais justo do que comparar os dados que o presidente dispõe com as conclusões a que chegaram os empresários que estudaram o

assunto. Se estivermos errados, então que o governo tire da sua gaveta novos números e nos convença" — teria dito Bardella.

Depois que Geisel partiu, os industriais, em pequenos grupos, comentavam, extremamente surpresos, os resultados da discussão com o presidente: "Foi um fato inédito", afirmava José Mindlin. "Tubarão, em si, é apenas a substância: a essência está na maneira do diálogo com Geisel. O presidente fugiu aos rodeios e resolveu discutir, debater abertamente e ouvir as reclamações", afirmava Cláudio Bardella.

De todos, Carlos Villares — embora reconhecendo a importância do novo comportamento de Geisel — era o mais inconformado: "Como é que o Calmon pôde contestar os números que ele mesmo forneceu a nós? É inegável que o presidente Geisel está mal informado sobre o projeto de Tubarão. As informações que Geisel tem não correspondem às informações que nos foram entregues".

Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho também deixou essa impressão, ao afirmar que "as informações chegam truncadas ao presidente e é numa discussão aberta como esta que as diferenças desaparecem".

Algum tempo depois de o presidente ter deixado a fábrica, Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho comentou com os jornalistas que o presidente, já no carro, respondendo a uma pergunta sua, teria lhe assegurado: "Não fiquei nem um pouco irritado com a discussão, não. Na verdade, preciso de outras neste mesmo tom".

### A defesa de Calmon

"No caso específico de Tubarão, o direito do empresário de pressionar é inelutável, o que eles não podem é impor sua vontade. Isso é que é ditatorial, e não a minha maneira de agir, como afirmaram os empresários". Assim, depois do encontro entre os empresários e Geisel, Ângelo Calmon de Sá, começou a rebater as queixas dos empresários. E o projeto Tubarão tornou-se praticamente o único assunto discutido durante o coquetel oferecido aos convidados para a inauguração da fábrica.

Prosseguindo em sua defesa, Calmon afirmou que "é preciso entender que a tarefa do governo é cuidar do interesse coletivo e não apenas do empresário privado. E, esse empresário quase sempre está preocupado primeiramente com os interesses de sua empresa, não atentando para outros detalhes".

Entretanto, se o projeto fosse questionado pelo Congresso — ele acrescentou — esse órgão poderia impor-se à Nação, já que isso é inclusive previsto pela Constituição — disse o ministro.

Mas ele recorreu ainda a outros argumentos para rebater as críticas dos empresários. Segundo ele, um dos fatores que levou o governo a projetar Tubarão, com a participação de outros países, foi o fato de não existir "nenhuma empresa privada no Brasil; hoje, com capacidade de produzir aços planos".

A questão dos recursos levou o ministro a fazer outra afirmação: "A participação do empresariado só pode ser de 50 por cento ou nenhuma, pois o governo não dispõe de recursos para financiar a obra sem apoio externo." E defendeu mais uma vez a participação dos sócios estrangeiros: "Se não for assim, quem é que vai garantir a compra desse aço depois".

Segundo o ministro, os empresários não têm razão ao criticar o Projeto Tubarão, uma vez que "centenas de técnicos brasileiros estudaram o projeto durante mais de cinco anos". "E esses técnicos — continuou — são tão brasileiros quanto os empresários, posso garantir".

Calmon queixou-se, ainda, das críticas feitas pelos empresários, "principalmente de Cláudio Bardella e de Carlos Villares", com relação à falta de uma política de industrialização por parte do governo. "O que o presidente Geisel não aceita é que façam tal afirmação. Isso coloca mal o governo e de forma suspeita a liderança".

Calmon, que também considerou seu diálogo com os empresários altamente produtivo, negou que Geisel esteja sendo mal informado, como afirmaram os empresários. "As notícias que o presidente recebe são as mesmas publicadas pela imprensa", afirmou.

O ministro da Indústria e Comércio foi o único membro da comitiva de Geisel a discursar durante a inauguração da fábrica da Cobrasma. Segundo ele, a presença de Geisel, naquele ato, "demonstra a importância que o governo atribui à indústria de bens de capital, especialmente ao setor de máquinas e equipamentos de transporte" 23-9-78

## No Rio, reunião fechada com 25 empresários.

A reunião foi ontem, no luxuoso hotel Intercontinental, no Rio. E foi fechadíssima. Só conseguiram entrar mesmo, além do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, os 25 empresários especialmente convidados pelo anfitrião, o ministro Reis Veloso, do Planejamento, que achou prudente deixar a imprensa do lado de fora.

Não se sabe exatamente o que teria levado Veloso a querer conversar reservadamente com tão poucos empresários. Mais tarde, no entanto, acabou transpirando que os debates não se detiveram apenas no nível econômico, mas avançaram pelo terreno social e até político. Duas coisas em particular parecem incomodar os



empresários (entre os presentes, estavam Hélio Beltrão, Antônio Augusto de Azevedo Antunes, Ernani Galvão, Henrique Flanzer, Domicio Veloso, Marcílio Marques Moreira, Jorge Gerdau Johannpeter e Jaime Magrassi de Sá): a descompressão salarial e o futuro da distensão política.

Para estas dúvidas, Reis Veloso teve respostas prontas: "Nenhuma sociedade jovem e afetada por desequilíbrios, como a nossa, pode pretender ter direito adquirido, seja ao desenvolvimento, seja à democracia. As duas coisas só acontecem, e de forma progressiva, por direito de conquista".

Advertiu que é preciso saber usar as "imprevidíveis" reformas patrocinadas pelo presidente Geisel. E

em seguida passou a falar com desenvoltura sobre os riscos da distensão. "O regime mais aberto deixa mais livre", disse Veloso, "as pressões dos grupos radicais, as tentativas de abuso do poder econômico, nacional ou externo, as eventuais distorções dos sistemas de compensação da massa, os extremismos sindicais, os excessos das grandes empresas, governamentais ou privadas".

Veloso fez ainda previsões para a próxima década (at se incluindo naturalmente mais seis anos com o general Figueiredo): "prosseguimento da distensão política; consolidação do modelo neocapitalista; realização de uma estratégia de desenvolvimento que procure maiores opções quanto à saída para a crise do petróleo, mantendo o crescimento em bases razoáveis, e se possível com taxas ascendentes, e reduzindo o ritmo da inflação".

23-9-78

## Calmon de Sá ataca Lei de Similaridade

O ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, em pronunciamento na Escola Superior de Guerra-ESG, defendeu ontem a retirada de alguns mecanismos de proteção à empresa privada nacional, a começar pela Lei de Similaridade que, segundo ele, "tem gerado distorções no referente à discussão dos acordos de participação da indústria nacional no fornecimento de máquinas e equipamentos para projetos industriais". Os problemas de "qualidade inferior de bem a prazos inadequados de entrega" foram distorções apontadas pelo ministro Calmon de Sá como gerados pela Lei de Similaridade.

Disse ainda que a redução da participação do Estado na economia, "tema amplamente debatido após a abertura proclamada pelo presidente Geisel", requer do empresário nacional maior parcela de responsabilidade, inclusive de natureza social. Lembrou que os favores governamentais distorcem resultados e encobrem ineficiências.

que poderão refletir-se irremediavelmente no futuro das empresas", quando for retirado o sistema de proteção.

A liberação da proteção governamental à empresa nacional, na opinião do ministro Calmon de Sá, deve estar ajustada aos diferentes níveis de amadurecimento e eficiência de cada setor industrial. Sem entrar em detalhes, Calmon defendeu a tese de que a retirada da produção governamental deve ser realizada "gradualmente e com muita segurança", pois não se pode adotar uma política geral para os diversos setores da indústria. Dentro desse espírito, afirmou Calmon de Sá, o primeiro passo será dado no sentido de liberar as importações do sistema Beflex do exame de similaridade.

A permanência do protecionismo, que para Calmon de Sá representa "uma autêntica reserva de mercado", priva o consumidor de exercer o direito de optar pelo melhor ao melhor preço, no mercado interno ou externo, que é o objetivo de

qualquer política industrial. O sistema de proteção — acrescentou Calmon — tem consequências inflacionárias e impinge ao consumidor um demorado e pesado ônus que a torna injustificável.

A eliminação gradual dos incentivos governamentais à iniciativa privada, disse Calmon, já é aceita pela parte mais representativa do empresariado nacional e muitas empresas já demonstram ter condições de competir no mercado internacional. Segundo o BNDE, disse Calmon de Sá, muitas empresas apresentam-se em condições de ganhar concorrências no mercado internacional, mesmo sem contar com os incentivos governamentais. A tendência ao equilíbrio das contas externas brasileiras já permite estabelecer maiores níveis de competição da indústria nacional. Isto não significa, afirmou Calmon de Sá, adotar internamente uma política de total liberdade às importações, "que poderia trazer danos irreparáveis à empresa privada nacional".

### JORNAL DO BRASIL

Brasília — "O status quo atual, vigente com a Lei de Similaridade, não pode continuar. Existem casos, por exemplo, onde alguns fabricantes nacionais têm preços quatro ou cinco vezes mais caros que o similar importado". A declaração foi feita pelo Ministro da Indústria e do Comércio, Sr. Ângelo Calmon de Sá.

O Ministro fez questão de salientar que o Beflex — o programa de incentivos às exportações — não está examinando a Lei de Similaridade. Acrescentou que não fez generalizações sobre a lei, como a própria ABDIB — Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base — tem se manifestado, e desabafou: "Se a gente lança uma lei em debate todos reclamam, se lançamos sem debate, ocorre o mesmo. Não entendo, realmente, como proceder".

4-9-78

## EMPRESAS

ISTOÉ 27/09/1978

### Por quê? Ora, as dívidas não param de crescer

A saúde das empresas, realmente, não vai muito bem no Brasil. A próxima edição de *Melhores e Maiores*, publicada pela revista *Exame*, trará uma triste constatação: 138 das empresas que faziam parte do grupo das 500 maiores, em 1973, simplesmente desapareceram da lista, cinco anos depois. E as razões desse desaparecimento são preocupantes: 25 delas faliram, pediram concordata ou estão em processo de liquidação ou saneamento governamental, várias estão sob intervenção branca e sigilosa do BNDE, 5 passaram para o setor público e 21 foram incorporadas ou vendidas para outros grupos.

## Mesmo as maiores vão mal de saúde

Talvez seja fácil explicar por que ocorreu um fenômeno deste tipo dentro da frágil estrutura empresarial nacional. Basta verificar o comportamento, nestes cinco anos, das 362 empresas que permaneceram entre as 500 maiores. Suas dívidas a longo prazo cresceram nada mais, nada menos, do que 142%, e, a curto prazo, 77%. E enquanto seus investimentos em ativos fixos cresceram 71% e os patrimônios 42%, seus lucros, os tão necessários lucros, aumentaram só 12%. Como se vê, uma situação bem pouco sadia. Como observava *Melhores e Maiores*, os lucros e os patrimônios foram os que cresceram menos e as dívidas a curto e a longo prazos cresceram mais. "O que é uma pena, pois para cada cruzeiro investido com recursos de longo prazo recaem juros de 48% a 60% ao ano e sobre cada cruzeiro reinvestido não recaem quaisquer juros", diz a revista.

*Ilusão. Melhores e Maiores* lembra que em 1976 as 500 maiores empresas haviam apresentado uma melhora em termos de liquidez e endividamento, fato registrado pela primeira vez depois de quatro anos. Mas essa situação não se repetiu em 1977. "As empresas voltaram a crescer em ritmo acelerado em 1977, após quatro anos de desaquecimento, mas a liquidez financeira e o endividamento voltaram a seus piores níveis de 1973 a 1975", diz a publicação. Também foi constatado que, entre 1973 e 1977, os investimentos das empresas foram muito superiores ao crescimento das vendas. E há duas hipóteses para explicar o fenômeno: teria ocorrido uma elevação da capacidade ociosa das empresas e também uma queda em sua produtividade. Esses dois fatores teriam provocado uma queda de 11% para 7,9% na rentabilidade dos ativos das empresas.



O ESTADO DE S. PAULO

Visão, 28 de agosto de 1978

## Sugeridas mudanças para agricultura exportar mais

Redução dos subsídios às exportações de manufaturados, diminuição das tarifas de todos os setores protegidos e desvalorização compensatória da taxa cambial é a única estratégia capaz de viabilizar um programa de exportações de produtos agrícolas, segundo afirmou o vice-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, economista Eduardo Carvalho, ao pronunciar conferência, ontem, no curso de formação superior do Banco Central.

No seu entender, a dificuldade reside em que, estendendo-se à agricultura os incentivos concedidos aos manufaturados, a exportação destes seria prejudicada, sobretudo daqueles industrializados que usam intensivamente produtos agrícolas, como sucos de frutas.

A alternativa — disse Carvalho — seria subsidiar, ou simplesmente isentar de impostos indiretos as exportações agrícolas, compensadas por aumentos de subsídios nominais sobre manufaturados que usam intensivamente produtos agrícolas, mas essa medida encontraria forte resistência da parte dos países importadores, sobretudo os Estados Unidos e a Comunidade Européia.

Para Carvalho, a solução é uma revisão na política comercial, na forma da estratégia que ele propôs, e que em sua opinião alcançaria a um só tempo dois objetivos: não reduziria desnecessariamente a receita gover-

namental (tanto federal como estadual) e corrigiria "distorções óbvias do super e do subsídio".

### PROTECIONISMO

Depois de situar o papel da agricultura na estratégia global do desenvolvimento econômico, Eduardo Carvalho fez um histórico do processo de substituição de importações desenvolvido no Brasil a partir de 1945, afirmando que o protecionismo concedido ao setor industrial resultou em penalização para a agricultura, que somente na década de 70 passou a ser mais incentivada pelo governo.

Ao contrário da agricultura, em qualquer circunstância uma grande absorvedora de mão-de-obra, o processo de substituição de importações, ou de industrialização, não apresentou, segundo Carvalho, desempenho brilhante se vinculado à criação de Emprego.

Para o conferencista, o sucesso dos programas de exportação deve ser medido não pelo nível absoluto de divisas geradas, mas pelo menor custo possível de recursos domésticos para produzir cada dólar. Carvalho identifica divergências entre custo privados e custo sociais, lembrando que "o custo oportunidade social da mão-de-obra é certamente inferior ao seu custo privado, e o retorno social do capital físico é superior à sua taxa de retorno privado".

1-9-78

Quadro I  
VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, 1976-77

Discriminação	US\$ 1.000 FOB		
	1976	1977	% de variação
<b>Valor total das exportações</b>	<b>10.128.303</b>	<b>12.139.381</b>	<b>19,86</b>
<b>Exportações de produtos agropecuários</b>	<b>5.948.990</b>	<b>7.236.168</b>	<b>21,64</b>
Agúcar cristal	52.420	55.831	6,51
Agúcar demerara	152.473	276.530	81,36
Agúcar refinado	101.646	130.257	28,15
Algodão em rama	6.957	40.894	487,81
Algodão "linters"	405	439	8,40
Amendoim em grãos	13.195	19.833	50,31
Arroz	11.956	82.522	590,21
Banana	18.084	19.051	5,35
Cacau em amêndoas	218.757	435.454	99,06
Café cru em grãos	2.172.687	2.315.228	6,56
Café industrializado	225.539	326.531	44,78
Camarão	11.409	17.485	53,26
Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	16.022	39.614	147,25
Carne bovina industrializada	113.609	118.833	4,60
Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	40.728	30.796	-24,39
Castanha do Brasil	21.968	32.084	46,05
Castanha de caju	17.489	23.752	35,81
Cera de carnaúba	17.509	15.208	-13,14
Erva-mate	12.025	13.366	11,15
Extrato de carne	13.899	14.896	7,17
Farelo e torta de amendoim	10.785	9.147	-15,19
Farelo e torta de caroço de algodão	437	3.520	705,49
Farelo e torta de soja	795.004	1.149.714	44,62
Fumo em folhas	161.197	186.313	15,58
Lã (exclusive fios)	44.494	53.277	19,74
Lagosta	26.876	30.563	13,72
Madeira serrada	30.486	37.050	21,53
Manteiga de cacau	70.020	96.823	38,28
Melaço	40.990	46.287	12,92
Milho em grãos	164.678	135.668	-17,62
Óleo de amendoim, em bruto	59.708	38.389	-35,71
Óleo de mamona, em bruto	76.625	87.497	14,19
Óleo de soja, em bruto	174.642	274.168	56,99
Outros óleos vegetais, em bruto	7.448	15.983	114,59
Peles e couros	88.479	92.805	4,89
Pimenta em grãos	32.939	39.476	19,85
Sisal	35.967	45.665	26,96
Soja em grãos	788.538	708.179	-10,19
Suco de laranja	100.900	177.040	75,46

Fonte: Cacex — Banco do Brasil.

O ESTADO DE S. PAULO

## O excesso de endividamento e a descapitalização

Mais uma vez o presidente do Banco do Brasil, Karlos Rischbieter, denuncia o endividamento excessivo das empresas e, em particular, o das empresas agrícolas. Lembrou que, há alguns anos, os agricultores brasileiros aplicavam Cr\$ 1,40 de recursos próprios contra Cr\$ 1,00 de empréstimos do governo. Atualmente essa relação é de Cr\$ 0,60 contra Cr\$ 1,00. Mostrou que este endividamento excessivo impulsiona a inflação, pois os empresários transferem para os consumidores o custo elevado do dinheiro.

Numa recente análise, o professor Octávio Gouvêa de Bulhões havia mostrado essa expansão excessiva do crédito, assinalando, como o fez Karlos Rischbieter, que o fenômeno não é específico do Brasil, ainda que em nosso país esteja tomando maior amplitude. O presidente do Banco do Brasil atribui essa expansão a dois fatores importantes: a excessiva proliferação de fun-

dos especiais — com juros subsidiados na maioria dos casos — e o controle dos preços.

Seria interessante examinar qual desses dois fatores apareceu primeiro. De fato, tudo indica que a proliferação dos fundos foi a consequência de uma descapitalização das empresas vítimas do controle dos preços estabelecido pelo governo. Tal controle visa naturalmente proteger o consumidor. Essa preocupação é ainda maior no caso dos produtos agrícolas.

Com essa preocupação, poder-se-ia justificar, a priori, a criação de fundos para subsidiar o crédito agrícola, método aceitável para reduzir os custos de produção e estimular o uso de insumos modernos necessários ao aumento da produtividade. Acontece que esse objetivo não foi alcançado. Em primeiro lugar, o crédito subvencionado vai para uma minoria de produ-

res agrícolas, deixando a grande maioria dos lavradores sem crédito e sem estímulo para melhorar sua produtividade. Por outro lado, esse crédito subvencionado torna-se cada vez mais atraente para os poucos que a ele têm acesso, à medida que a taxa de inflação cresce. Finalmente, nada se fez de sério para baratear os custos de distribuição, o que anula todos os efeitos positivos que se poderia esperar da política creditícia.

Por isso, temos de pensar em rever todo o sistema. Em primeiro lugar, é necessário estimular a produção agrícola pelos preços, pois assim todos os agricultores serão atingidos e não apenas uma minoria. Se for necessário um subsídio, ele deve ser oferecido no final do circuito de comercialização. Em segundo lugar, devemos colocar recursos à disposição dos pequenos lavradores para melhorar sua produtividade, mas de um modo bem específico. 19-9-78



## PREÇOS MÍNIMOS

# Eles ficaram muito aquém do necessário

A explicação é a mesma: para não elevar a inflação

Quem se arrisca a prever a situação

## Importação de trigo

FOLHA DE S. PAULO  
RIO (Sucursal) — Até o final de outubro, as importações de trigo efetuadas pelo Banco do Brasil atingirão 3,5 milhões de toneladas, o que significará em recursos, cerca de 421,6 milhões de dólares. Segundo o Departamento de Trigo da Cacex, até o final do ano, as compras de trigo no exterior poderão atingir 4,2 milhões de toneladas, em decorrência da quebra de safra 1977/78, pela seca nos estados do Sul.

O consumo interno de trigo perfaz 5,6 milhões de toneladas ao ano e a safra

nacional foi de apenas 1,4 milhão. Segundo ainda o Departamento de Trigo — DTRIG — O produto está sendo importado a US\$ 120,9 a tonelada e vendida aos moinhos a Cr\$ 1.562,60 — o que significa um subsídio de Cr\$ 2.278,90 por tonelada.

A produção brasileira esperada antes da seca e das geadas era de 2.533.000 toneladas, das quais o Paraná e o Rio Grande do Sul concorreriam com 90% ou seja, 2.280.000 toneladas. Este volume, caso fosse obtido, representaria apenas 40% do consumo nacional, cerca de 6,2 milhões de toneladas. 9-8-78

## Importação de café?

BOGOTÁ - O presidente do IBC, Camilo Calzans de Magalhães, disse ontem que o Brasil não poderá cumprir sua quota de exportação prevista no Acordo Internacional do Café (17 a 18 milhões de sacas anuais) e admitiu a possibilidade de o País ter de importar café para a indústria do solúvel, em função dos prejuízos causados pela geada e que se refletirão na diminuição da próxima safra. A Colômbia, segundo Calzans,

poderia assumir o déficit de produção do Brasil, cuja política é de garantir o pleno abastecimento do mercado interno, cuja demanda anual é estimada em 7,5 milhões de sacas. O consumo da indústria do solúvel é de 3 milhões de sacas anuais. As declarações foram feitas a propósito da decisão dos representantes dos países produtores, reunidos em Bogotá, de negociar o restabelecimento das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café. ESP. 25-8

## Cebola: importação

O ESTADO

DE S. PAULO

## de mais 33 mil t

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O governo isentou do Imposto de Importação, até 15 de setembro próximo, a compra de 33 mil toneladas de cebola no mercado externo, de acordo com resolução do Conselho de Política Aduaneira. A importação será feita para garantir o abastecimento interno e a distribuição ficará sob responsabilidade da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda.

O ministro Alysson Pauli-

nelli, da Agricultura, acha que, em decorrência de problemas climáticos no Nordeste, a safra da cebola não atingirá o nível esperado. Os produtores nacionais, porém, vêm solicitando ao governo que não importe cebolas, já que a safra nacional começou a ser distribuída no mercado e há perspectivas de boas colheitas na região do São Francisco e no interior de São Paulo. Mas, os técnicos do Ministério da Fazenda alegam que a cebola está sendo vendida ao consumidor por preços acima de Cr\$ 20,00 o quilo. 9-7-78

do abastecimento, na posse do futuro governo, agora tem mais elementos para não errar muito. Na segunda-feira, dia 31 de julho, o Conselho Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou os preços mínimos para a compra de mais de 20 produtos agrícolas da safra de 1978/79. E o aumento médio concedido aos cinco principais (\*) foi de 36,1%, bem abaixo da inflação de 40% esperada para este ano.

Este é o último anúncio de preços feito pelo governo Geisel. Com base neles é que o agricultor vai plantar ou não, com vistas à colheita que será feita pelo general João Baptista Fi-

gueiredo, conforme tudo leva a crer. Mas, a julgar pelo estímulo limitado que os 36% representam, a herança não é tranquilizadora.

Basta que se tome o exemplo do que aconteceu este ano. A política antiinflacionária predominou, mais uma vez, e os aumentos para a agricultura ficaram aquém de seus custos de produção, calculados pelo próprio governo. O resultado foi a diminuição da área plantada da maioria dos cinco produtos citados, acarretando a mesma inflação pela escassez.

(\*) São os seguintes os percentuais de aumento obtidos pelos 5 principais produtos: soja, 37,7%; milho, 38,6 e 38,5%; algodão, 34,7%; arroz, 40%; e feijão, 33,7%  
ISTOÉ 09/08/1978

O ESTADO  
DE S. PAULO

## Escassez de feijão, atestado de malogro

Quatrocentas toneladas de feijão preto, procedentes da Argentina, foram desembarcadas anteontem no Rio de Janeiro. Novas importações deverão ocorrer, proximamente, até completar-se o total de 30 mil toneladas.

Essas compras, apresentadas sempre como atos de emergência, já se tornaram, de fato, rotineiras. Fatores climáticos têm sido apontados, ocasionalmente, como causadores de escassez do feijão preto; noutras ocasiões, reconhecem as autoridades, mais diretamente, que a área plantada tem diminuído — o que, na ausência de consideráveis aumentos de produtividade, tende a reduzir a oferta. Com chuva ou sem chuva, a frequência da escassez mostra o caráter crônico, e não episódico, de um problema que só tem recebido, de parte do governo, limitada atenção. Dada a importância do feijão preto no custo de vida do Rio de Janeiro, as crises de abastecimento despertam o interesse até do Ministério da Fazenda. Quando se manifestam as dificuldades, o governo anuncia importações, às vezes seriamente, às vezes somente para pressionar eventuais especuladores. O que se vê, sempre, é uma atuação de corpo de bombeiros e de polícia, em busca de fornecimentos externos ou de estoques escondidos no Brasil. O resultado, é claro, tem valor apenas imediato. Não é na especulação que reside o problema. Jogadas de mercado só existem quando se manifestam — ou se esperam — desajustes importantes. Por mais detestável que seja a figura do especulador, sua

culpa dificilmente supera a dos responsáveis pela política econômica.

A produção do feijão preto — mostra recente estudo governamental — vem sendo confinada, progressivamente, a pequenas explorações, tendendo à extinção. Neste caso, ou se mudam certos hábitos alimentares, ou o País terá de transformar-se, definitivamente e claramente, num importador desse produto. Mas quem o fornecerá? É pouco provável que em algum país haja condições notavelmente melhores que no Brasil para essa cultura. De que se trata, portanto? De preços? Aparentemente, não. Em primeiro lugar, técnicos governamentais sustentam que preços mais altos não bastam para estimular o agricultor, pois o feijão preto é uma planta de difícil tratamento. No entanto, o consumidor nacional pagará o que exigir o produtor estrangeiro, se desejar manter seus hábitos. Por que será o preço estimulante para o plantador de fora e não para o nacional? Estamos diante de um mistério. Além disso, por que há de ser o feijão preto uma cultura mais difícil no Brasil que noutras áreas? Progressos importantes têm sido alcançados noutras culturas difíceis — como uvas para vinhos de mesa e diversas frutas de clima temperado. Será a produção do feijão preto mais complexa que todas as outras atividades que se vêm incorporando, gradativamente, à economia brasileira? Ou tudo isto não é, de fato, mais que um grande atestado de fracasso da política agrícola? 9-8-78



O ESTADO  
DE S. PAULO

## FIRMADO PACTO AMAZÔNICO

"Contra os ensaios de internacionalização, sob a forma abrupta do passado, ou da interferência sutil do presente, o melhor antídoto é a regionalização da proteção da área. Na Amazô-

nia, compete aos países que a partilham, e a eles só, a responsabilidade exclusiva pelo seu desenvolvimento". A afirmação foi feita, ontem, pelo presidente Geisel, em seu discurso de sau-

dação aos chanceleres da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, antes da assinatura do Tratado de Cooperação da Amazônia (Pacto Amazônico).

*Aproximar, em todos os níveis, populações e governos amazônicos e dar caráter de continuidade a essa aproximação, eis, resumido, o programa que o Tratado se propõe realizar.*

*Cumpridas essas metas, estarão preenchidas as condições para que, em desdobramento natural, se identifiquem projetos e áreas suscetíveis de cooperação.*

*Não existam, a priori, limitações à colaboração dentro do quadro negociador, a não ser que as partes espontaneamente se imponham.*

*A responsabilidade exclusiva que a todos nos compete na Amazônia tem, como complemento, um dever que não podemos eludir. Sob pena de frustrar a realização da própria potencialidade, os países desta região não podem voltar as costas para o desafio amazônico e condenar a América do Sul a ser, para sempre, uma periféria sem centro, uma franja de populações ao longo dos oceanos e dos vales, sem linhas de comunicação que vivifiquem o coração vazio do Continente.*

*O meio hábil para o ingresso no Tratado é a condição de amazônico, e essa não pode ser outorgada ou retirada por ninguém porque decorre de um fato: a existência soberana dentro da Amazônia.*

*A soberania que se valoriza e reforça no tratado não é, contudo, apenas ou principalmente a regional, mas, antes dela, a nacional, que constitui sua fonte primária e intocável. A ocupação da Amazônia e a definição da política interna de desenvolvimento permanecerão, co-*

*mo agora, assuntos da exclusiva competência da esfera nacional de cada país.*

*A regra básica do mecanismo será a unanimidade, projeção da rigorosa igualdade entre os membros e garantia contra o surgimento de hegemonias ou tentativas de proveito unilateral. Com esses traços, desenhado, nítido, o contorno de um movimento que nasce com a vocação, não de abolir ou suplantiar os demais esboços de integração latino-americana, mas de complementá-los numa região onde, até agora, se verificaram ações isoladas, sem qualquer sentido de cooperação.*

*Não existe, assim, razão para temer superposição ou confusão de áreas entre processos que são não competitivos, mas complementares.*

*Definido pela índole amazônica e pelo conteúdo inovador, o tratado insere-se no marco mais amplo do compromisso de todos os países para transformar o atual caráter das relações entre o mundo industrializado e as nações em desenvolvimento.*

*A fim de superar a dependência expressa no eixo vertical Norte-Sul, não basta o esforço para reformar a estrutura do comércio internacional.*

*Em complemento à ação reformista, impõe-se criar, em sentido horizontal, entre os países em desenvolvimento, vínculos que anulem as distâncias artificialmente criadas pela dependência. A serviço desse objetivo, o Tratado Amazônico será um instrumento eficaz para gerar, no interior do Continente, áreas de convergência e de trabalho conjunto. 4-7-78*

## Brasil-EUA

O ESTADO DE S. PAULO

A III Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, em comunicado conjunto divulgado ontem-último dia do encontro-considerou que o controle de preços pelo CIP "deveria ter natureza transitória, sendo desejável o retorno a um regime de livre mercado, através de uma coordenada desativação dos controles".

Foi aprovada, também, recomendação contra a "crescente intervenção das diversas agências governamentais brasileiras no processo de tomada de

decisão no setor privado" e ressaltada "a necessidade de retomar-se maior confiança nas regras do livre jogo do mercado".

O comunicado conjunto esclarece que, "com respeito à transferência de tecnologia, o Conselho reconheceu que o livre fluxo dessa tecnologia é essencial a todas as empresas constituídas no Brasil, nacionais ou estrangeiras, para que o País possa manter-se competitivo no mercado internacional. Somente desta forma o Brasil poderá oferecer produtos em condições de competir em qualidade e custo". 17-8-78

O ESTADO  
DE S. PAULO

## integração? (C.B)

Para o Brasil, o Pacto Amazônico apresenta a possibilidade de integração de uma parte de seu território que tem limites com sete vizinhos. O Itamaraty entende que essa integração proporcionará condições para explorar, sem suspeitas, um bem que não é só brasileiro e que não seria bem aproveitado pelas experiências isoladas de cada um dos seus participantes.

Essa decisão pragmática tem um frutífero bem evidente, que está implícito nas palavras do presidente Geisel e do chanceler Silveira, e que figura nas entrelinhas do tratado. A aprovação unânime da idéia mostra o poder catalizador do Brasil em uma das áreas geográficas e diplomáticas em que

sempre desejou ter atuação decisiva. A esperança do governo brasileiro, também, é que o tratado afaste, de uma vez por todas, o temor desses vizinhos de que o Brasil pretenda preponderar na região, por causa do seu tamanho geográfico e da sua importância política e econômica.

Uma última esperança é de que, ao contrário do Tratado do Prata, o da Amazônia não abra condições para um foro de intrigas e contestações, como o que desune Brasil e Argentina, em benefício de três países pequenos (Bolívia, Paraguai e Uruguai). Também no Prata, a regra sábia do consenso está escrita no tratado, para não permitir discordâncias definitivas. 4-7-78

## Advertências ao Pacto

FOLHA DE S. PAULO

LIMA — O Pacto Amazônico é de cooperação e não de integração econômica, afirmou ontem, durante conferência do "Foro de Integração Amazônica", que está sendo realizado na cidade peruana de Iquitos, o ex-chanceler do Peru, Edgardo Mercado Jarrin, que também alertou os presentes contra "possíveis ameaças hegemônicas de qualquer de seus membros ou da intervenção de companhias multinacionais, que poderiam comprometer o equilíbrio existente". Para tanto, o ex-ministro das Relações Exteriores, da primeira fase do governo das Forças Armadas, advertiu que "todos os membros devem estar vigilantes, ao mesmo tempo em que procuram, em conjunto, seus próprios mecanismos básicos de cooperação".

Edgardo Mercado Jarrin afirmou, também, que, para se alcançar o êxito histórico do Pacto Amazônico, "se necessitará fundamentalmente de fatores espirituais que fomentem a terminar com o temor de que os países grandes dominem os pequenos". 4-9-78

O ESTADO  
DE S. PAULO

## A adaptação do Brasil

Apesar de a reunião ser do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, seus participantes, pelo menos de acordo com os documentos conclusivos, trataram muito mais do Brasil e de suas necessidades de se adaptar à nova realidade do comércio exterior norte-americano, que de qualquer assunto referente aos Estados Unidos, hoje numa crise que vai desde a perda de sua hegemonia no comércio internacional até as flutuações do dólar.

Assim, as atenções se voltaram, tanto de parte dos americanos como dos brasileiros, para as saídas capazes de não interromper o fluxo das exportações brasileiras para os Estados Uni-

dos, diante das medidas norte-americanas de proteção à sua indústria e contra o subsídio direto às exportações dos países que querem ter seus produtos a preços competitivos dentro dos Estados Unidos.

Por isso, entre as conclusões finais da reunião, uma foi assinalada como a mais importante: a necessidade de o Brasil se adaptar à nova legislação norte-americana, reduzindo gradativamente os incentivos diretos à exportação ou, através de barganha, obter exceções para que alguns dos produtos manufaturados penetrem no mercado dos Estados Unidos sem a taxa dos direitos compensatórios (tributação elevada). 17-8-78



# conjuntura brasileira

BULLETIN D'ABONNEMENT

ABONNEMENT

M. \_\_\_\_\_

six mois (4 nos) 45 F

Adresse \_\_\_\_\_

un an (8 nos) 90 F

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ s'abonne à Conjuntura Brasileira par \_\_\_\_\_ an(s)

SOUTIEN

REGLEMENT PAR

Chèque bancaire ou postal

six mois (4 nos) 100 F

CCP 10 822 83A PARIS

un an (8 nos) 200 F

à retourner à CONJUNTURA BRASILEIRA

BP 322

75122 PARIS CEDEX 03

PAR AVION PLUS 12 F